

Plano Municipal de Educação de Campo Verde



SUMÁRIO

Apresentação	10
Plano Municipal e a Participação Popular	11
Etapas de Trabalho	12
Capítulo I	13
Caracterização do Município	
1. Introdução	13
2. Aspectos Físicos	14
2.1. Relevo.....	14
2.2. Clima	14
2.3. Hidrografia	15
2.4. Flora.....	15
2.5. Fauna	17
3. Aspectos Econômicos	17
3.1. Empresas e Indústrias	18
3.2. Turismo	19
3.2.1. Capim Branco.....	19
3.2.2. Fazenda Água Fria	19
3.2.3. Cidade de Pedra.....	20
4. Aspectos Sociais	20
4.1. Demografia.....	20
4.2. Recursos Humanos	21
4.3. Perfil dos Eleitores	22
4.4. Saúde	24
4.4.1. Estabelecimentos de Saúde	25
4.4.2. Morbidade Hospitalar.....	25
4.5. Índice de Desenvolvimento Humano	26
4.5.1. Evolução do IDH de 2000 a 2010	27
4.5.2. Longevidade, Mortalidade e Fecundidade	28
5. Serviços e Especificações	28
6. Renda.....	29
7. Trabalho	30
8. Habitação.....	31
9. Aspectos Históricos.....	32
10. Aspectos Educacionais.....	33
10.1. Educação e o Período de Pré-Emancipação	33
10.2. Educação no Município a partir da Emancipação Política.....	34
10.3. Educação Infantil	35

10.4. Ensino Fundamental	36
10.5. Ensino Médio	37
10.6. EJA - Educação de Jovens e Adultos	37
10.7. Educação no PME de 2006.....	38
10.8. Infraestrutura.....	39
10.9. Educação Especial	41
10.10. Transporte Escolar.....	43
10.11. Cozinha Piloto	45
11. Mini Censo Escolar.....	46
Capítulo II	48
1 - Plano Municipal de Educação	48
Capítulo III	49
1 Etapas de Ensino	49
1.1 Educação Infantil.....	49
Diagnóstico	49
Metas e Estratégias	51
1.2 Ensino Fundamental	53
Diagnóstico	53
Metas e Estratégias	62
1.3 Ensino Médio	65
Diagnóstico	65
Metas.....	69
Estratégias	70
1.4 Ensino Superior	72
Diagnóstico	72
Metas e Estratégias	73
2 Modalidades de Ensino	74
2.1 EJA	74
Diagnóstico	74
Metas e Estratégias	78
2.2 Ed. Especial	79
Diagnóstico	79
Metas e Estratégias	81
2.3 Educação do Campo.....	82
Diagnóstico	82
Metas.....	84
Estratégias.....	85
2.4 Educação Tecnológica e Formação Profissional.....	86
Diagnóstico	86
Metas e Estratégias	87
2.5 Educação a Distância.....	88
Diagnóstico.....	88

Metas e Estratégias	89
2.6 Educação Indígena e Quilombola.....	90
Diagnóstico	90
Metas.....	90
Estratégias	91
3 Políticas de Apoio e Sustentação	92
3.1 Formação e Valorização dos Profissionais da Educação	92
Diagnóstico	92
Metas e Estratégias	96
3.2 Financiamento, gestão Educacional de Regime de Colaboração.	98
Diagnóstico	98
Metas e Estratégias	102
3.3 Gestão Democrática, Controle Social e Participação.....	103
Diagnóstico	103
Metas e Estratégias	104
4 Bibliografia	106

Plano Municipal de Educação de Campo Verde

FÁBIO SCHROETER

Prefeito Municipal

LAERTE BRASILEIRO DE ALVARENGA

Vice-Prefeito

WELSON PAULO DA SILVA

Presidente da Câmara

Prof.^a ANDREA DA SILVA CASTILHO SCHROETER

Secretária Municipal de Educação

COMISSÃO ORGANIZADORA SMEC

Prof.^a Ana Luiza Caramori De Lemos

Prof.^a Fatima Adib Nafi

Prof.^a Jaqueline de Aquino. B. Bordignon

Prof.^a Roseli Rejani Schmidt

Prof.^a Simoni Pereira Borges

Prof.^a Sônia Aparecida Flores

Almir José O. da Silva

Bernadete Prati Silva

Júlio Tomazi

Regiane Vicentin

MEMBROS DA COMISSÃO DE TRABALHO

Conselho Municipal de Educação: Aparecida Martins Assunção

Assessoria Pedagógica: Peri Faco Dalla Nora

UAB: Claudinei Eckerdt

Secretaria de Finanças: David Rodriguez de Alencar

Secretaria de Ação Social: Aliciane F. Andrade

Secretaria de Saúde: Josélia C. Silva

Centro Educacional Bem Me Quer: Hedvanildes Xavier de Moraes e

Joana do N. Eikhoff

Centro Educacional Paulo Freire: Luzia R. Costa

Centro Educacional Amerecilda: Angela Maria Borsari Trevizan e

Cleide Mirian S. Sabino

Creche Cora Coralina: Andréia Ferreira do Prado

Creche Francisco Tirado: Camila Portella Panoso

E.M. Dona Artemir Pires: Selma A. P. Garuzi

E.M. Jose Garbúgio: Vânia C. João e Cátia Maria Pereira

E.M. Monteiro Lobato: Lucas Bueno e Maria Ap^a. Oliveira de Jesus Silva

E.M. Paraíso: Jucineide Abadia Fernandes

E.M. Sabina Lazarin Prati: João Eupídio Monteiro

E.M. Santo Antônio: Vera Monica de L. Silva

E.M. São Lourenço: Odete Selva

E. E. Alice Barbosa Pacheco: Priscila Leite Rocha

E.E. Boa Esperança: Maria Aparecida T. Salomão e Flaviana L. de O. Moura

E.E. Ledy A. Brescancin: Claudia B. Coimbra e Onodete Souza gomes

E.E. Jupiara: José Estandislau da Silva

E. E. Ulisses Guimarães: Shirlei Vicocal

E.E. Waldemon Moraes Coelho: Ronaldo José L. da Mota

Sicredi Vale do Cerrado: Sergio Antônio Alves

Escola Progresso: Ângela de Fátima Pupo

APAE: Michelli da Silva Jacobi

SINTEP: Dalvina B. Kirchesch

Palavra do Prefeito Municipal

O Plano Municipal de Educação de Campo Verde como documento oficial em forma de Lei tornará o trabalho da Secretaria de Educação e Cultura mais eficiente e fará com que os projetos e as ações na área da educação se tornem cada vez mais dinâmicos, pois todos os envolvidos no processo educativo estarão focados nas metas e estratégias estabelecidas. O PME ultrapassa gestões administrativas fazendo com que os benefícios atinjam os cidadãos de nosso município com maior justiça social. Para a elaboração desta Lei a Secretaria de Educação e Cultura envolveu educadores, técnicos da educação, secretarias municipais e convocou vários segmentos da sociedade civil que participaram ativamente da elaboração do documento. Este documento será um marco na história de Campo Verde e fará com que as políticas educacionais pensadas para os próximos dez anos, aconteçam de forma ordenada e constante, prevendo as demandas do município e sanando-as de forma mais qualitativa. Sendo assim o PME vem ao encontro das necessidades dos cidadãos campoverdenses e da Administração Municipal.

Palavra da Secretária Municipal de Educação e Cultura

A educação abrange todos os aspectos do ser humano, desde o seu nascimento onde a família inicia o processo do educar, cuidar e desenvolver um ser capaz de exercer a sua autonomia. É nas instituições escolares que devemos garantir a complementação da educação familiar nos aspectos da convivência, da ética, da valorização da dignidade humana, do equilíbrio emocional, da superação dos preconceitos de raça, credo, sexo, idade ou quaisquer formas de discriminação do ser humano.

É dever das instituições escolares em todos os seus níveis e modalidades, se apresentarem como instrumento de uma concepção de educação abrangente que forme um cidadão capaz de exercer sua cidadania. Onde ele tenha fundamentos teóricos e práticos do exercício democrático republicano, da idoneidade moral, dos valores sociais do trabalho, da livre iniciativa, da capacidade de empreender e de superar desafios, a fim de poder contribuir para uma sociedade mais justa e solidária, promovendo o bem comum, e com isso construir com os demais para o desenvolvimento de uma nação verdadeiramente igualitária nas oportunidades.

O Plano Municipal de Educação regulamenta e conduz ao cumprimento dos fundamentos e objetivos da ação pública, de todas as necessidades detectadas nos estudos de reconhecimento do município, e se adequa ao Plano Nacional de Educação e ao Plano Estadual de Educação buscando condensar as demandas da nação e do estado respectivamente e do município frente a educação municipal, portanto os planos são formados pelos valores, anseios e necessidades da sociedade a qual esta inserido.

O PNE, PEE e PME vão de encontro com a democracia, do controle social dos poderes públicos, na ampliação do acesso as instituições escolares, da qualidade da educação, da melhoria da qualidade de vida para o desenvolvimento humano para um estado de direito.

O PME é documento elaborado democraticamente, que garante que as metas precisam ser cumpridas, indiferentemente de quem estiver à frente do governo municipal. Pois perpassa um governo ou outro, é a manutenção daquilo que foi planejado, ele pertence à Educação. Portanto maior que qualquer representação de classes, o seu cumprimento é a garantia de uma sociedade melhor.

A Secretaria Municipal de Educação de Campo Verde esta focada no cumprimento das metas para melhorar a educação quantitativamente e qualitativamente a fim de superar as desigualdades sociais e melhorar oportunizar uma melhoria de condições de trabalhos para os profissionais da educação bem como o atendimento a população que necessita dos serviços educacionais.

PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CAMPO VERDE

1. APRESENTAÇÃO

O Plano Municipal de Educação (PME) é um documento que define metas a serem cumpridas pelo município num prazo de dez anos, com o objetivo de ampliar a oferta de vagas e melhorar a qualidade do atendimento escolar ofertado, desde a Educação Infantil até o Ensino Superior. Planejar dentro deste contexto e desta conjectura implica em adotar compromissos perante a sociedade em trabalhar incessantemente para superar as desigualdades de oportunidades que se faz presente em nosso país. Para tanto se faz necessário que adotemos uma nova atitude diante dos processos que constituem a educação, seja ela na gestão dos recursos financeiros bem como na gestão de pessoas, sempre oportunizando e valorizando a participação social e a colaboração entre os sistemas de ensino.

A Emenda Constitucional nº 59/2009 mudou a condição do Plano Nacional de Educação (PNE), que passou de uma disposição transitória da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96) para uma exigência constitucional com periodicidade decenal, o que significa que planos plurianuais de governos devem tomá-lo como referência. O plano também passou a ser considerado o articulador do Sistema Nacional de Educação, com previsão de percentual do PIB para o seu financiamento; portanto, deve ser a base para a elaboração dos planos estaduais e municipais, que, ao serem aprovados em lei, devem considerar a previsão de recursos orçamentários.

Diante âmbito se faz necessário trabalhar as metas do Plano Municipal de Educação de forma que estejam em consonância com os Planos Nacional e Estadual. O alinhamento dos planos de educação em cada município e em cada estado se constitui em um passo importante para a construção do Sistema Nacional de Educação (SNE) esse esforço pode contribuir para construir acordos nacionais que podem diminuir as lacunas de articulação federativa no campo da política pública educacional.

Respeitando o princípio constitucional de gestão democrática do ensino público, preconizada na Constituição Federal Art. 206, Inciso VII, e tendo como premissa a gestão democrática de ensino e da educação, a garantia de princípios de transparência e impessoalidade, a autonomia e a participação, a liderança e o trabalho coletivo, a representatividade e a competência, foi elaborado o Plano Municipal de Educação de Campo Verde. A elaboração deste documento exigiu, de todos que participaram a dedicação, a compreensão e objetividade a respeito de qual educação queremos. Este processo de construção coletiva nos sinaliza fortemente que a educação é o alicerce para o desenvolvimento de uma sociedade plena e uma nação desenvolvida. O PME preconiza o que está posto no Plano Nacional de Educação de forma resumida, onde os principais aspectos norteadores abordados são: a universalização, a qualidade do ensino, a formação

e valorização dos profissionais, a democratização da gestão e o financiamento da educação.

Acreditamos que o Plano Municipal de Educação de Campo Verde caminhe para uma educação global, que contribua para a formação de cidadãos críticos, com uma visão de mundo, em condições para interagir na atualidade de forma construtiva, solidária, participativa e sustentável.

2. PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E A PARTICIPAÇÃO POPULAR

A grandeza do Plano Municipal de Educação advém da participação coletiva da sociedade, com o envolvimento de todos os seus segmentos que interajam com a educação. Um plano terá mais representatividade se todos tiverem empenho político na sua realização e a capacidade de mobilização, individual e coletiva de promover o compromisso de expressar as necessidades, as ideias, às propostas e os anseios de todos que vivem no município. É sob esta concepção que a construção do Plano Municipal de Educação envolve os profissionais da educação e os diferentes segmentos e setores da sociedade que estão conectados à educação, e os movimentos sociais organizados.

A partir de 2014 com a aprovação do Plano Nacional e Estadual, o município recebeu capacitação suficiente para a adequação do plano, ministrada pelo Avaliador Educacional do Ministério da Educação através da secretaria de articulação com os Sistemas de Ensino em parceria com a secretaria de Educação (Seduc) e a UNDIME.

Como primeira etapa do processo de elaboração do Plano Municipal de Educação, foram realizadas diversas reuniões com o objetivo de se discutir com professores, diretores e representantes das Instituições e da comunidade em geral, a importância do Plano Municipal, as formas de participação e etapas de desenvolvimento. Nesses encontros preparatórios, iniciado em novembro de 2014, foram estabelecidos às etapas do trabalho, os procedimentos de pesquisa para a elaboração do diagnóstico, o trabalho das comissões, o calendário dos encontros bem como os critérios para a elaboração do documento. Em 2015 com o mini censo realizado e com a tabulação feita, bem como as pesquisas sobre o município e a educação finalizada, compilamos todos os dados e passamos para a próxima fase, das reuniões das comissões para a reelaboração do documento. Para finalizarmos o documento foi realizada uma última reunião com as comissões e a preparação para a Audiência Pública que ocorreu no dia dezoito de maio com expressivo envolvimento popular, em torno de 300 pessoas participaram da votação das metas e estratégias do Plano Municipal de Educação.

ETAPAS DE TRABALHO

Etapas	DIA - MESES – ANO								
	OUT 2014	NOV 2014	DEZ 2014	JAN 2015	FEV 2015	Mar 2015	Abr 2015	Mai 2015	Jun 2015
1º Etapa: Organização dos trabalhos.									
Convites para reunião de abertura dos estudos do PME.	02								
Reunião de Abertura.	09								
Reunião para formação da Comissão Organizadora.		05							
Formação da Comissão Técnica.		05							
Portaria de Nomeação dos Membros.		11							
Reunião para o Mini Censo.			14						
Realização do Mini Censo e tabulação dos dados.					09/02 a 10/03				
2º Etapa: Estudos para elaboração do Plano e cronograma de trabalho das comissões.					De 09 a 26/03				
Elaborar diagnósticos e diretrizes de acordo com as propostas do grupo.							09/04		
	OUT 2014	NOV 2014	DEZ 2014	JAN 2015	Fev 2015	Mar 2015	Abr 2015	Mai 2015	Maio 2015
3ª Etapa: Apresentação dos trabalhos desenvolvidos pelo grupo de trabalho.								07 a 13	
Debate e conclusão do trabalho apresentado.								14	
4ª Etapa: Audiência Pública e formação do fórum Municipal Permanente de Educação.									19
Confecção do projeto de Lei para Câmara.									20 a 27
Envio do projeto de Lei para Câmara.									28

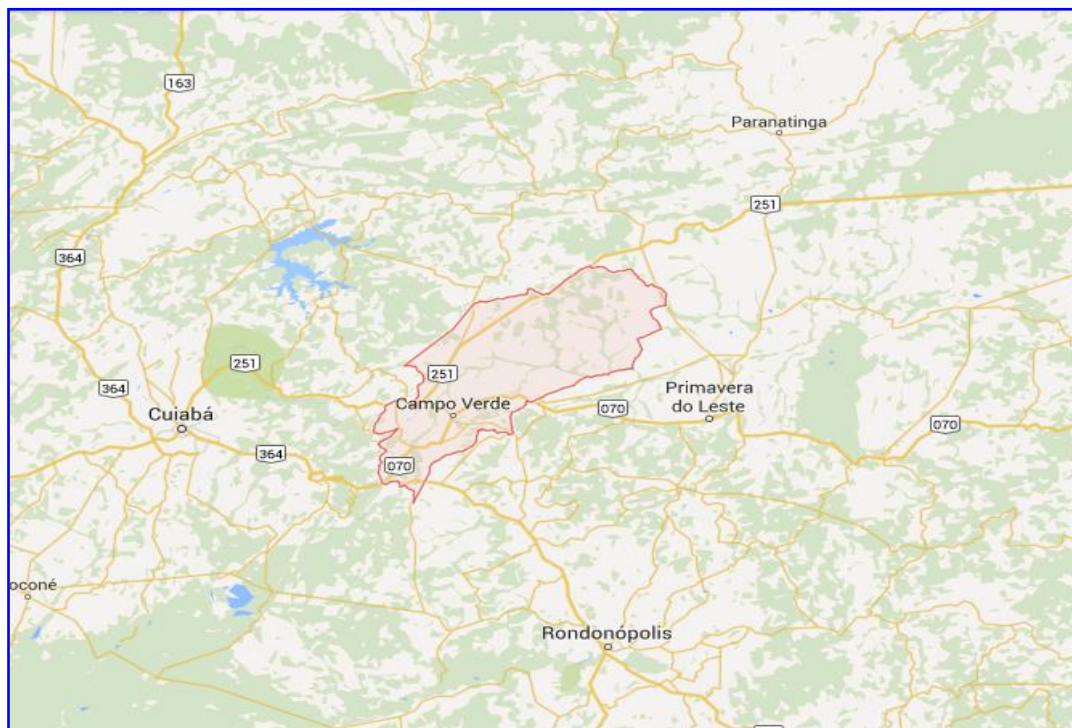
CAPÍTULO I

Caracterização Geral do Município

1. Introdução

1.1 Situação Geográfica – Localização

O município de Campo Verde localiza-se no sudoeste do Estado de Mato Grosso, a 127 km de Cuiabá. As coordenadas geográficas do município são: 15° 33' 12" latitude sul e 55° 10' 03" longitude oeste. A altitude do município, isto, é, a elevação vertical acima do nível do mar é de 735 metros.



Possui área de 4.471,64 km², limitando-se com os seguintes municípios:

- Ao Norte - Nova Brasilândia;
- Ao Sul - Jaciara, Dom Aquino, Santo Antônio do Leverger;
- A Leste - Primavera do Leste;
- A Oeste - Chapada dos Guimarães e Cuiabá.

2 Aspectos Físicos

2.1 Relevo

O Município de Campo Verde, encontra-se na unidade geomorfológica do Planalto dos Guimarães onde se destaca as formas de relevo relacionadas com o comportamento estrutural caracterizado por estratos sedimentares dispostos de forma horizontal ou sub-horizontal. Apresenta características topográficas e geomórficas muito distintas, de modo que foi possível reconhecer três compartimentos individualizados, ou seja, a Chapada dos Guimarães com altitudes entre 600 a 800 metros; o Planalto do Casca com índices entre 300 e 600 metros e o Planalto dos Alcantilados na categoria dos 300 a 650 metros de altitude, (RADAMBRASIL, 1982). Regionalmente, estão associados em concordância com os derrames basálticos e correspondem ao chapadão, assemelhando-se a uma extensão de mesa ou tabuleiros em níveis altimétricos diferentes, mantidos pelas rochas basálticas e/ou pelos sedimentos de maior resistência, além das concreções silicosas e carbonáticas. Pedologicamente as superfícies do Planalto dos Guimarães estão representadas pelas unidades dos tipos Concrecionários, Latossolos, Neossolos Regolíticos, Litólicos, Neossolos Quartzarênicos, Argissolos, Plintossolos, Gleissolos e Organossolos. Mesmo apresentando essa diversidade em termos de tipos de solos, essa é uma das áreas de aptidão agrícola do Estado, onde vastas extensões são destinadas às práticas relacionadas ao agronegócio.

O relevo da região de Campo Verde possui três características distintas: plano, suave, ondulado e montanhoso. Grande parte do relevo de Campo Verde é constituído por extensas planícies, isso é, grande porção de terreno plano, desenvolvendo-se na atualidade a atividade agropastoril (agricultura e pecuária). Em determinadas áreas no interior do município o relevo é formado por chapadas (áreas esplanadas existentes no alto de uma serra, ou de um monte).

Além disso também predominam regiões constituídas por planaltos (terrenos planos e elevados), como o Planalto dos Guimarães, na região de divisa com o município de mesmo nome. Há também serras - conjunto de montanhas elevadas - como a Serra do Roncador e Serra dos Coroados

2.2 Clima

O clima da região de Campo Verde caracteriza-se por ser tropical alternadamente seco e úmido. Esse clima abrange grande parte da porção centro-sul e leste do Estado. Em Campo Verde a temperatura média varia entre 18°C e 24°C, com temperatura mínima, podendo chegar a 10°C onde a temperatura máxima, oscila entre 29°C a 34°C. Uma das principais características deste clima é a ocorrência de invernos secos e verões chuvosos.

No verão esse clima recebe forte influência de massa de ar equatorial continental, quente e úmida, que torna esse período conhecido como "estação das chuvas".

No inverno, que é a "estação seca" a massa de ar tropical continental, originada na região do "chaco" Argentino e Boliviano, é responsável pela formação de ventos quentes e secos. Nesse período, Campo Verde também recebe ventos do Sul que permitem a penetração da massa polar atlântica, que provoca o fenômeno da friagem (queda da temperatura).

O período de chuvas ocorre de outubro a maio, sendo que os índices pluviométricos (quantidade de chuvas) variam de 9,4 mm a 225 mm, sendo constatado um maior índice nos meses de dezembro a maio. O período de estiagem ocorre de junho a setembro.

O município apresenta altitude média em torno de 736 metros, fato amenizador de suas temperaturas que ficam em torno da média anual de 22°C. O seu ambiente está vinculado ao tipo de clima tropical quente e subúmido, com quatro meses de seca, de maio a agosto e precipitação média anual em torno de 1.750 mm, com intensidade máxima em dezembro, janeiro e fevereiro, (FERREIRA 2001).

2.3 Hidrografia

Campo Verde é contemplado pela existência de diversos rios que formam a extensa e importante rede hidrográfica do município, na qual se destacam os seguintes rios: Rio São Lourenço, Rio das Mortes, Rio da Casca, Rio Aricá Mirim, Rio Cumbuco e Rio Roncador.

É importante salientar que Campo Verde destaca-se devido ao fato de possuir dois importantes rios que convergem para duas bacias hidrográficas: Rio das Mortes que pertence a Bacia do Araguaia e que forma a Bacia Amazônica e o Rio São Lourenço que faz parte da Bacia do Alto Uruguai, desaguardo no Pantanal.

2.4 Flora

O cerrado é considerado paisagem marcante de Campo Verde, bem como de 34 % do território mato-grossense e 1/5 do território nacional. Sob o ponto de vista econômico a flora do cerrado apresenta um potencial considerável de espécies com características medicinais, comestíveis e ornamentais. Esse tipo de vegetação "caracteriza-se pela presença de arbustos e árvores pequenas com troncos e galhos retorcidos, casca grossa, espalhadas descontinuamente entre gramíneas e ervas. Apresenta fisionomia semelhante às savanas africanas. O cerrado é rico em biodiversidade com propriedades medicinais já conhecidas por índios e antigos moradores(...)". (PIAIA, 1999)

Dentre as espécies que compõem a vegetação do cerrado campoverdense, destacam-se principalmente:

- O pequiizeiro (árvore que produz fruto bastante apreciado na culinária mato-grossense),
- A lixeira (árvore cuja folha tem uma espécie de lixa que era usada na confecção de artesanato),
- O buritizeiro (espécie de palmeira - também frutífera, ainda pouco explorada pela população),
- A lobeira, marmelo, cajueiro nativo, entre outros.

O ipê do cerrado e o jacarandá-mimoso são considerados espécies de grande potencial ornamental, as quais se desenvolvem em diferentes áreas de cerrado. O ambiente do cerrado está sujeito á alta insolação que eleva a temperatura diurna e provoca a baixa quantidade de umidade nos períodos de estiagem (ausência de chuvas). Além do cerrado a vegetação campoverdense dispõe também de uma infinidade de espécies que formam as matas ciliares (matas próximas aos rios), e os pequenos bosques das pequenas planícies ou depressões. Atualmente grande parte do cerrado foi destruída para dar lugar, principalmente ao desenvolvimento agrícola, cultivo de pastagens e outros fins. Resta ainda essa vegetação nativa praticamente em lugares inadequados ao desenvolvimento agropecuário.

Já em meados da década de 90 o município de Campo Verde destacava-se no cenário estadual pela sua elevada produção de grãos. Nesse mesmo período, agricultores do município iniciaram a prática de um novo cultivo agrícola; o algodão. Em menos de cinco anos de produção, Campo Verde, devido à situação climática e outros fatores favoráveis a esse cultivo tornou-se o maior produtor de algodão a nível nacional, recebendo uma grande quantidade de empresas especializadas no cultivo e comercialização desse produto.

Quanto ao zoneamento sócio-econômico-ecológico Campo Verde é caracterizado da seguinte forma: “agricultura altamente tecnificada em ambientes de cerrado com baixa fertilidade natural, porém ecologicamente aptos para culturas anuais com o uso sustentado de corretivos e fertilizantes, em um sistema de rotação de lavouras, segundo o grau de tolerância do solo”. (Atlas de Mato Grosso)

Ao lado do desenvolvimento da lavoura mecanizada, a pecuária também ocupa lugar de destaque na economia campoverdense, contribuindo para o crescimento do município, que além dessas duas bases econômicas também apresenta um contínuo crescimento do setor comercial e industrial, ambos caracterizados pela sua qualidade e diversificação.

2.5 Fauna

A fauna do Bioma do Cerrado é pouco conhecida, particularmente a dos Invertebrados. Seguramente ela é muito rica, destacando-se naturalmente o grupo dos Insetos. Quanto aos Vertebrados, o que se conhece são, em geral, listas das espécies mais frequentemente encontradas em áreas de Cerrado, pouco se sabendo da História Natural desses animais, do tamanho de suas populações, de sua dinâmica etc. Recentemente estão surgindo alguns trabalhos científicos, dissertações e teses sobre estes assuntos.

Entre os Vertebrados de maior porte encontrados em áreas de Cerrado, citamos a jiboia, a cascavel, várias espécies de jararaca, o lagarto teiú, a ema, a seriema, a curicaca, o urubu comum, o urubu caçador, o urubu-rei, araras, tucanos, papagaios, gaviões, o tatu-peba, o tatu-galinha, o tatu-canastra, o tatu-de-rabo-mole, o tamanduá-bandeira e o tamanduá-mirim, o veado campeiro, o cateto, a anta, o cachorro-do-mato, o cachorro-vinagre, o lobo-guará, a jaritataca, o gato mourisco, e muito raramente a onça-parda e a onça-pintada.

Em Campo Verde existe a presença de todos os animais característicos do cerrado, mas cada vez mais raro de serem encontrados, devido a ocupação do homem com grandes lavouras e o crescimento da cidade.

3 Aspectos Econômicos

Com 25 anos de emancipação político-administrativa e quase 40 mil habitantes, Campo Verde tem no agronegócio a base de sua economia, com destaque para a produção de algodão em pluma, soja, milho, frango de corte, ovos comerciais, ovinos, suínos, gado de corte e de leite. Com 66 mil hectares de algodão de primeira e segunda safra cultivados na safra 2012/2013, o município é considerado a "Capital Nacional do Algodão" em razão da excelente produtividade e qualidade da fibra. A soja é outra cultura importante no município, com 180 mil hectares cultivados anualmente e produtividade média de 55 sacas por hectare. O milho safrinha, que antes era cultivado apenas para ocupar a terra no período de entressafra da soja, se transformou nos últimos anos em uma cultura rentável e altamente produtiva. Em 2013 foram cultivados em Campo Verde 110 mil hectares, com produtividade média de 100 sacas por hectare. Existem registros de produtividade superior a 140 sacas/ha em áreas isoladas. Campo Verde também se destaca como um dos maiores produtores de frango de corte de Mato Grosso, com 5,5 milhões de aves produzidas mensalmente através do sistema de integração, onde a empresa abatedoura fornece os pintinhos, a ração e as vacinas e os criadores entram com a mão de obra. A avicultura de corte é grande geradora de emprego e renda no município. Na avicultura de postura, Campo Verde responde por uma das maiores produções de ovos comerciais do Centro-Oeste Brasileiro. Com três grandes granjas instaladas e um plantel de 1,6 milhão de aves, são produzidas diariamente 2 mil

caixas de ovos com 30 dúzias cada. A produção atende os mercados de Mato Grosso, Rondônia, Tocantins, Goiás e o Distrito

Federal. Implantada no município a partir de 1992, a suinocultura vem registrando ao longo das duas últimas décadas um crescimento médio de 15% ao ano. São 6 mil matrizes alojadas em 5 granjas e 90 mil animais produzidos por ano. A cidade conta com um frigorífico para o abate de suínos certificado pelo Serviço de Inspeção Federal (SIF). Campo Verde também tem ocupado lugar de destaque no cenário estadual na criação de ovinos, com um plantel formado por 10 mil animais das raças santa inês, boer, texel e outras. Promissora em razão da grande demanda pela carne de ovelha, a ovinocultura tem sido apontada como uma ótima atividade para as pequenas e médias propriedades. Na pecuária de corte Campo Verde registra um rebanho de 90 mil cabeças, número que deve dobrar nos próximos anos com a instalação de pelo menos dois grandes confinamentos no município, um deles com capacidade para 100 mil animais. Com o melhoramento genético do rebanho e adoção de modernas técnicas de criação, a pecuária leiteira tem registrado um crescimento considerável em Campo Verde nos últimos quatro anos com 340 mil litros de leites produzidos por mês, o município é o terceiro maior produtor do Vale do Rio São Lourenço.

Na agricultura familiar em Campo Verde, existem seis assentamentos da Reforma Agrária e um do extinto Banco da Terra. Nas pequenas propriedades localizadas nessas comunidades são produzidos alface, tomate, abobrinha, acelga, cebolinha, couve e frutas como maracujá e abacaxi. Um dos assentamentos mais bem estruturados é o Santo Antônio da Fartura, distante a 45 quilômetros da cidade e com 267 lotes e mais de 500 famílias, o assentamento é responsável 70% dos hortifrutigranjeiros consumidos em Cuiabá.

3.1 Empresas e Indústrias

Campo Verde com apenas 27 anos é um município que necessita de empresas e indústrias a fim de se desenvolver. Destacamos algumas empresas pioneiras no município, este setor é representado neste momento por: Água Cristalina, Antel; Verdes Campos Aviação Agrícola, e Sadia que está presente em Campo Verde desde 1989 com a comercialização de grãos e desde 1992 com o Projeto de Avicultura, Agro Amazônia pioneira no segmento de venda de sementes, adubos e defensivos agrícolas, Agroeste é uma empresa que se destaca na produção de sementes de milho gerando muitos empregos desde 2000.

A Empresa Tenusa se instalou em 2004 para produzir gelatina e alimentos para animais a partir do manufaturamento do couro que encerrou seus trabalhos. Em 2005 a Prefeitura Municipal iniciou um trabalho de captação de investimento na área industrial onde acertou a instalação do Abatedouro da SADIA S/A que acabou não acontecendo e uma indústria na área do Biodiesel em operação nos dias de hoje.

3.2 Turismo

Campo Verde é um daqueles lugares onde a natureza reuniu clima e solo favoráveis à agricultura e belezas naturais capazes de formar um cenário de rara beleza. São morros, serras, rios, riachos, lagos, cavernas e formações rochosas que encantam moradores e visitantes.

3.2.1 Capim Branco: história e belezas

Um dos mais belos cenários está na região da comunidade histórica de Capim Branco, que, além de casas centenárias, construídas durante o processo de ocupação da região, ainda no século 19, é cercada pelos morros da Cruz e da Rapadura.

No primeiro, uma cruz de madeira erigida em 1933 por um morador conhecido como “Pedro Boleiro”, tornou-se símbolo de fé e ponto de peregrinação da comunidade. No morro da Rapadura, um pequeno sítio arqueológico, formado por inscrições rupestres, comprova que o homem já habitava a região há mais de 4,5 mil anos.

Na comunidade está instalado o Museu da História de Campo Verde, em um prédio que é réplica da primeira estação telegráfica do interior de Mato Grosso, construída por Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon e inaugurada em 1896. Seu acervo é formado por fotos e utensílios utilizados pelos pioneiros.

Capim Branco, que tem no seu entorno várias cachoeiras, conta com uma pequena estrutura capaz de oferecer conforto aos visitantes, como restaurantes, pesque e pague e um balneário dotado de piscina e área de descanso. As cachoeiras estão em áreas particulares e a visitação só pode ser feita com autorização dos proprietários.

3.2.2 Fazenda Água Fria

Distante 49 quilômetros do centro de Campo Verde é na Fazenda Água Fria que está localizada a Caverna “Aroe Jari”, também conhecida como “Caverna do Francês”. Com cerca de 1,5 mil metros de extensão, tem em seu interior a “Lagoa Azul”, que ganhou esse nome devido à coloração azulada da água causada pela incidência dos raios do sol em determinadas épocas do ano.

Na Fazenda Água Fria estão também a “Ponte de Pedra”, a “Pedra do Monjolo” e a cachoeira Almiscarada. Com cerca de 10 metros de altura, a queda d água é uma das mais belas da região. Outro atrativo da propriedade é a caverna “Kiodo Brado”. Com cerca de 200 metros de extensão e 50 de altura, o atrativo se assemelha a uma grande catedral.

Estrutura – Na Fazenda Água Fria, o visitante encontra uma estrutura pronta para recebê-lo, como trilhas, pontes suspensas, chuveiros, banheiros, restaurantes, área para descanso e guias treinados.

3.2.3 Cidade de Pedra

Localizada em uma fazenda a cerca de 25 quilômetros de Campo Verde, na região da Agrovila João Ponce de Arruda, a “Cidade de Pedra” tem esse nome devido às formações rochosas que afloram em meio ao cerrado. O lugar conta também com um cânion com 600 metros de comprimento, 80 metros de largura e 50 metros de profundidade. O atrativo está em uma propriedade particular onde a entrada só é permitida com autorização e não conta com infraestrutura para receber turistas.

A região da Agrovila é rica em cachoeiras. São pelo menos 10 localizadas em propriedades particulares, algumas delas com mais de 15 metros de altura, e várias outras de porte menor, além de corredeiras de águas cristalinas.

Fonte: Prefeitura Municipal de Campo Verde.

4 Aspectos Sociais

4.1 Demografia

A população campoverdense é constituída por pessoas provenientes de diversas regiões do país. Historicamente os primeiros migrantes que se estabeleceram nessa região eram procedentes da região sudeste e estabeleceram fazendas destinadas à criação de gado, atividade essa que durante muito tempo consolidou-se como base econômica da região. Posteriormente em inicio da década de 70, com o desenvolvimento da política governamental de expansão das fronteiras agrícolas, um novo fluxo migratório protagonizado dessa vez por agricultores sulistas, estabeleceu em terras dessa região inúmeras famílias que gradativamente passaram a introduzir novas culturas no cerrado, fomentando a economia dessa região com o desenvolvimento do setor agrícola vinculado especificadamente a produção de grãos.

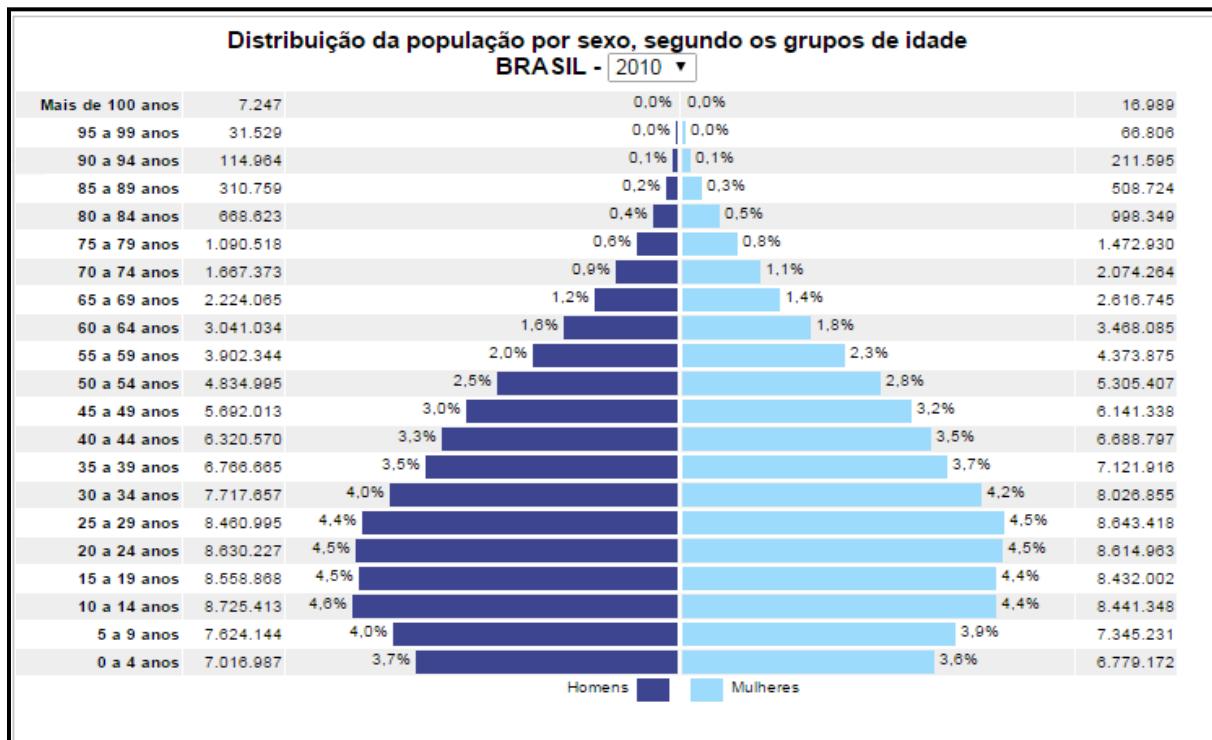
De acordo com o censo do IBGE de 1996 a população campoverdense era calculada em tomo de 10.746 habitantes, distribuídos da seguinte forma: 66% na área urbana e 34% na área rural do município. O Censo realizado pelo IBGE no ano de 2000 apresentou um aumento da taxa de concentração população na área urbana do município, que chegou a 76% enquanto a taxa de concentração rural atingiu 24% do total da população do município, como demonstra o gráfico abaixo. No período de 1991 a 2000, a população de Campo Verde teve uma taxa média de crescimento anual de 12,99%, passando de 5.975 em 1991 para 17.221 no ano 2000. A taxa de urbanização cresceu 59,17%, passando de 47,67% em 1991 para 75,87% em 2000n neste mesmo ano, a população do município representava 0,69% da população do Estado e 0,01% da população do País.

De acordo com o IBGE Campo Verde tem:

- ✓ População estimada em 2014 – 36.800
- ✓ População em 2010 – 31.589
- ✓ Densidade demográfica (hab./ Km²) 6,61

4.2 - Recursos Humanos Campo Verde	
Síntese das Informações	
Área da unidade territorial	4.782,12 km ²
Estabelecimentos de Saúde SUS	18 estabelecimentos
Pessoal ocupado total	7.276 pessoas
PIB per capita a preços correntes - 2012	R\$ 51.113,85
População residente	31.589 pessoas
População residente - Homens	16.282 pessoas
População residente - Mulheres	15.307 pessoas
População residente alfabetizada	26.714 pessoas
População residente que frequentava creche ou escola	9.523 pessoas
População residente, religião católica apostólica romana	20.645 pessoas
População residente, religião espírita	140 pessoas
População residente, religião evangélicas	7.738 pessoas
Valor do rendimento nominal médio mensal dos domicílios particulares permanentes com rendimento domiciliar, por situação do domicílio - Rural	R\$ 2.301,51
Valor do rendimento nominal médio mensal dos domicílios particulares permanentes com rendimento domiciliar, por situação do domicílio - Urbana	R\$ 3.005,27
Valor do rendimento nominal mediano mensal per capita dos domicílios particulares permanentes - Rural	R\$ 510,00
Valor do rendimento nominal mediano mensal per capita dos domicílios particulares permanentes - Urbana	R\$ 630,00
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - 2010 (IDHM 2010)	0,75

Fonte: IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística



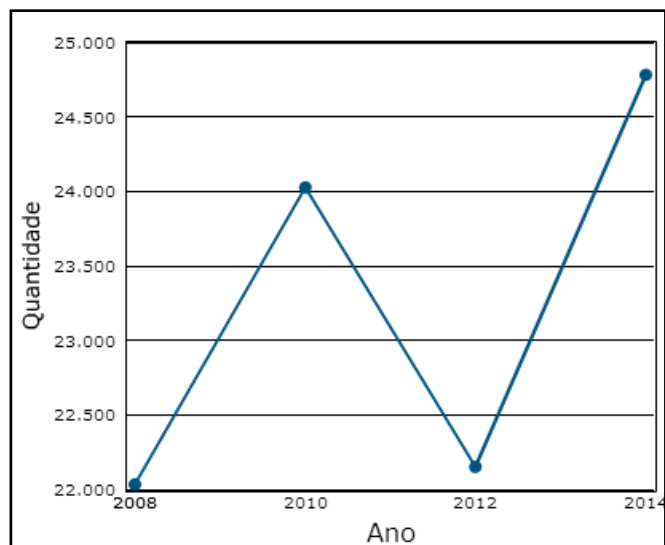
Fonte: IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

4.3 Eleitores

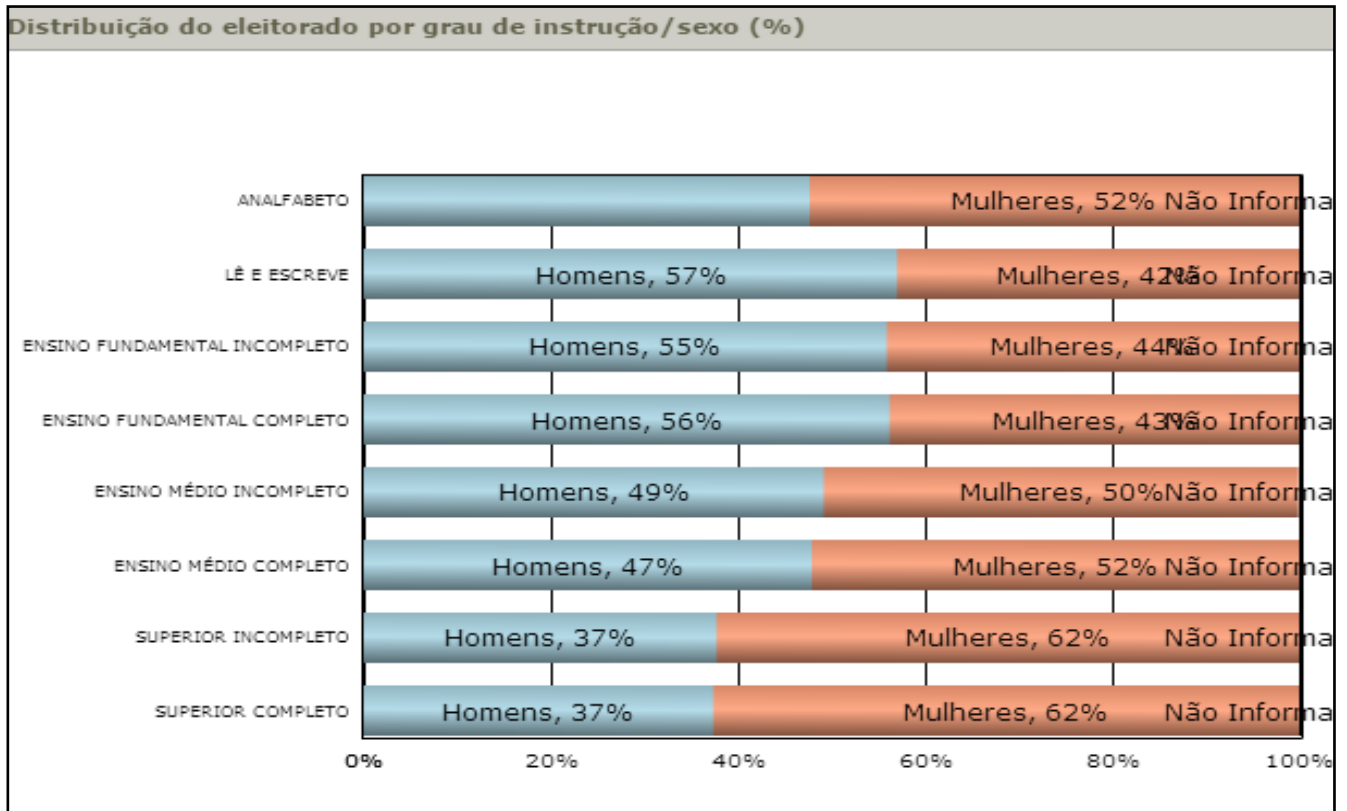
4.3.1 Perfil dos Eleitores

Quantitativo por grau de instrução/sexo.

2008		
Abrangência	Qt	%
CAMPO VERDE	22.035	1,106
2010		
Abrangência	Qt	%
CAMPO VERDE	24.028	1,146
2012		
Abrangência	Qt	%
CAMPO VERDE	22.153	1,020
2014		
Abrangência	Qt	%
CAMPO VERDE	24.782	1,132



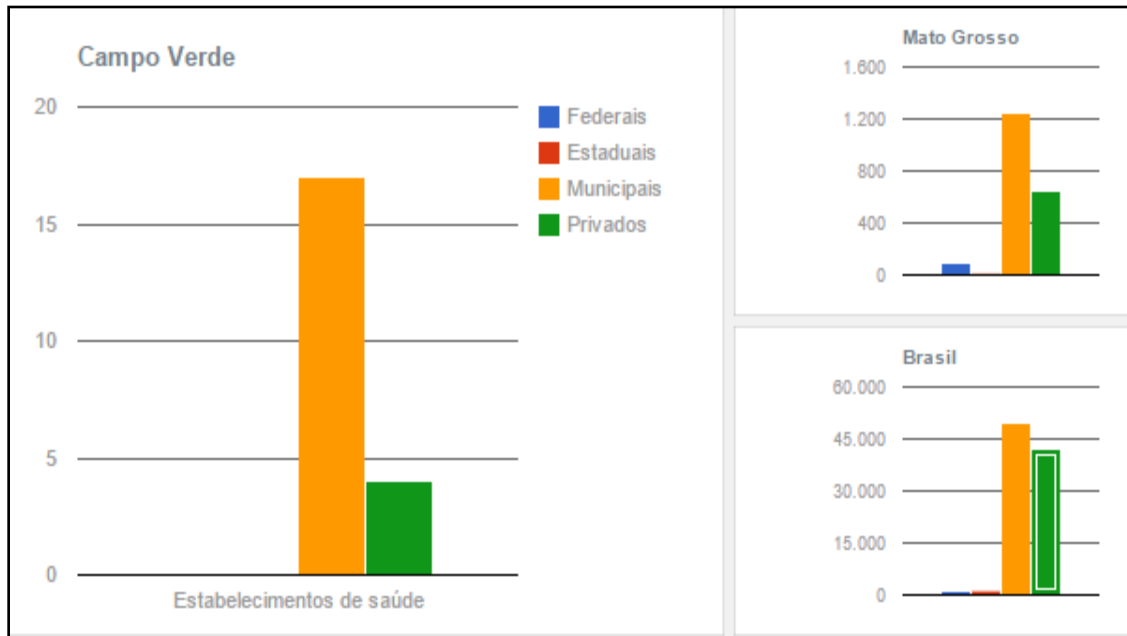
Fonte: PNUD, Ipea e FJP



Abrangencia	Município	Grau de Instrução	Homens	%	Mulheres	%	Não Informado	%	Subtotal
MT	CAMPO VERDE	ANALFABETO	346	47,658	380	52,342	0	0,000	726
	CAMPO VERDE	LÊ E ESCRIVE	1.141	57,050	859	42,950	0	0,000	2.000
	CAMPO VERDE	ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO	4.060	55,923	3.200	44,077	0	0,000	7.260
	CAMPO VERDE	ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO	1.158	56,214	902	43,786	0	0,000	2.060
	CAMPO VERDE	ENSINO MÉDIO INCOMPLETO	1.890	49,219	1.950	50,781	0	0,000	3.840
	CAMPO VERDE	ENSINO MÉDIO COMPLETO	2.654	47,915	2.885	52,085	0	0,000	5.539
	CAMPO VERDE	SUPERIOR INCOMPLETO	485	37,714	801	62,286	0	0,000	1.286
	CAMPO VERDE	SUPERIOR COMPLETO	774	37,373	1.297	62,627	0	0,000	2.071
Subtotal			12.508		12.274		0		24.782
Total Geral			12.508		12.274		0		24.782

4.4 Saúde

Entre 2000 e 2010, a população de Campo Verde teve uma taxa média de crescimento anual de 6,25%. Na década anterior, de 1991 a 2000, a taxa média de crescimento anual foi de 12,48%. No Estado, estas taxas foram de 1,02% entre 2000 e 2010 e 1,02% entre 1991 e 2000. No país, foram de 1,01% entre 2000 e 2010 e 1,02% entre 1991 e 2000. Nas últimas duas décadas, a taxa de urbanização cresceu 69,17%.



Fonte: IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Estrutura Etária entre 2000 e 2010, a razão de dependência de Campo Verde passou de 53,68% para 43,93% e o índice de envelhecimento evoluiu de 2,16% para 3,46%. Entre 1991 e 2000, a razão de dependência foi de 60,14% para 53,68%, enquanto o índice de envelhecimento evoluiu de 1,77% para 2,16%.

O que é razão de dependência? População de menos de 14 anos e de 65 anos (população dependente) ou mais em relação à população de 15 a 64 anos (população potencialmente ativa). O que é índice de envelhecimento? população de 65 anos ou mais em relação à população com menos de 15 anos.

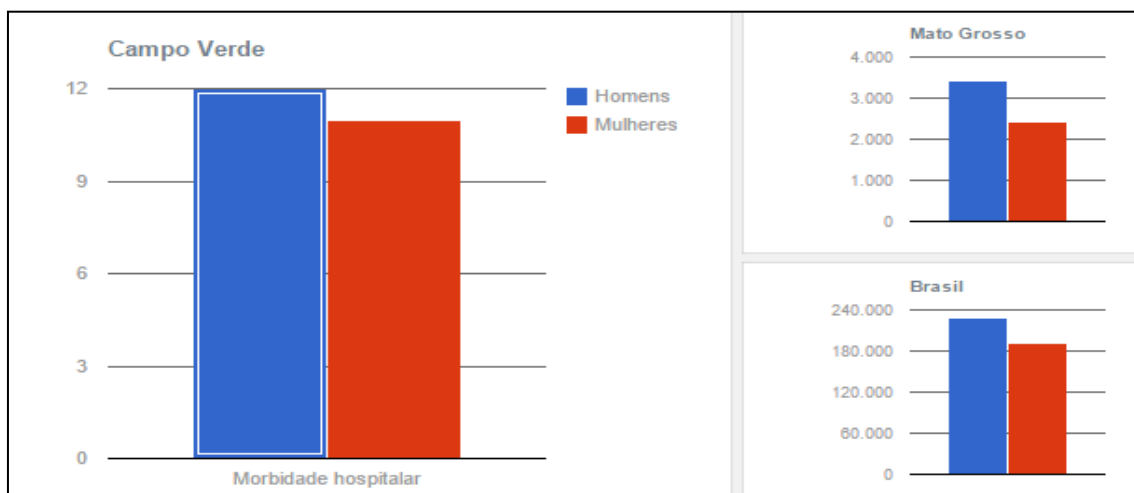
População	População (1991)	%do Total (1991)	População (2000)	%do Total (2000)	População (2010)	%do Total (2010)
População total	5.975	100,00	17.221	100,00	31.589	100,00
Homens	3.349	56,05	8.991	52,21	16.282	51,54
Mulheres	2.626	43,95	8.230	47,79	15.307	48,46
Urbana	2.848	47,67	13.065	75,87	25.472	80,64
Rural	3.127	52,33	4.156	24,13	6.117	19,36
Taxa de Urbanização	-	47,67	-	75,87	-	80,64

4.4.1 Estabelecimentos de saúde

Variável	Campo Verde	Mato Grosso	Brasil
Federais	0	91	950
Estaduais	0	13	1.318
Municipais	17	1.252	49.753
Privados	4	645	42.049

Fonte: IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

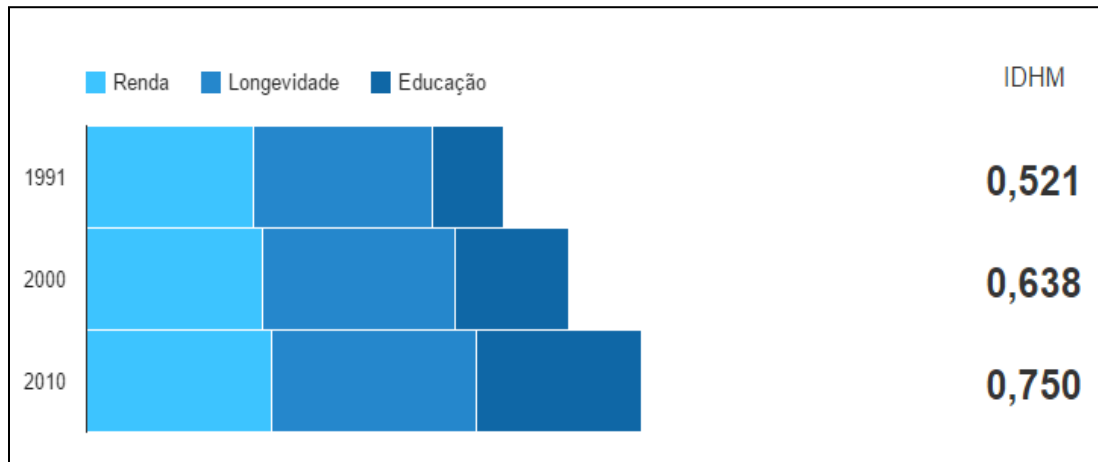
4.4.2 Morbidade hospitalar



Fonte: IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

4.5 Índice de Desenvolvimento Humano

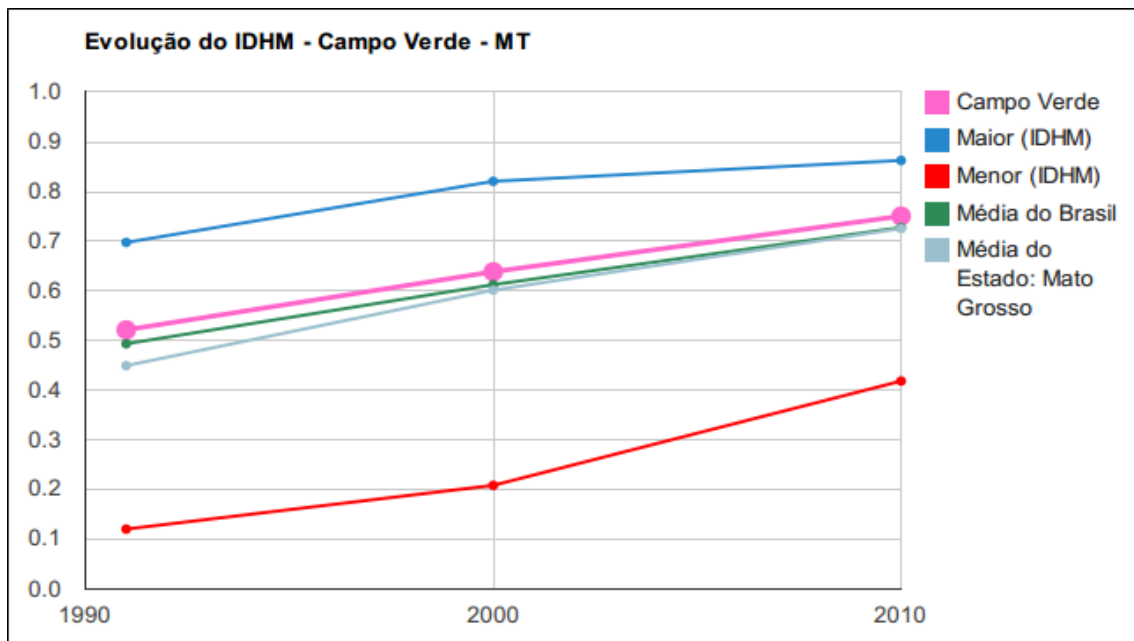
O Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) de Campo Verde era de 0,750 em 2010, o que situa esse município na faixa de Desenvolvimento Humano Alto (IDHM entre 0,700 e 0,799). A dimensão que mais contribui para o IDHM do município é a Longevidade, com índice de 0,834, seguida de Renda, com índice de 0,755, e de Educação, com índice de 0,670.



Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e seus componentes Campo Verde - MT			
IDHM e componentes	1991	2000	2010
IDHM Educação	0,286	0,460	0,670
% de 18 anos ou mais com ensino fundamental completo	29,66	36,16	56,17
% de 5 a 6 anos frequentando a escola	52,34	71,28	89,64
% de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental	33,98	69,08	92,17
% de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo	20,31	42,14	65,33
% de 18 a 20 anos com ensino médio completo	5,48	24,56	45,64
IDHM Longevidade	0,729	0,786	0,834
Esperança de vida ao nascer (em anos)	68,75	72,15	75,06
IDHM Renda	0,680	0,717	0,755
Renda per capita (em R\$)	549,00	691,16	878,37

Fonte: PNUD, IPEA e FJP 1

4.5.1 Evolução do IDH 2000 a 2010



Campo Verde ocupa a 551ª posição entre os 5.565 municípios brasileiros segundo o IDHM. Nesse ranking, o maior IDHM é 0,862 (São Caetano do Sul) e o menor é 0,418 (Melgaço).

Situação em 2010

População Total, por Gênero, Rural/Urbana - Campo Verde - MT						
População	População (1991)	% do Total (1991)	População (2000)	% do Total (2000)	População (2010)	% do Total (2010)
População total	5.975	100,00	17.221	100,00	31.589	100,00
Homens	3.349	56,05	8.991	52,21	16.282	51,54
Mulheres	2.626	43,95	8.230	47,79	15.307	48,46
Urbana	2.848	47,67	13.065	75,87	25.472	80,64
Rural	3.127	52,33	4.156	24,13	6.117	19,36

Fonte: PNUD, Ipea e FJP 2

4.5.2 Longevidade, mortalidade e fecundidade

A mortalidade infantil (mortalidade de crianças com menos de um ano de idade) no município passou de 19,8 por mil nascidos vivos, em 2000, para 15,3 por mil nascidos vivos, em 2010. Em 1991, a taxa era de 20,7. Já na UF, a taxa era de 16,8, em 2010, de 27,5, em 2000 e 33,6, em 1991. Entre 2000 e 2010, a taxa de mortalidade infantil no país caiu de 30,6 por mil nascidos vivos para 16,7 por mil nascidos vivos. Em 1991, essa taxa era de 44,7 por mil nascidos vivos.

Com a taxa observada em 2010, o Brasil cumpre uma das metas dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio das Nações Unidas, segundo a qual a mortalidade infantil no país deve estar abaixo de 17,9 óbitos por mil em 2015.

Longevidade, Mortalidade e Fecundidade - Campo Verde - MT			
	1991	2000	2010
Esperança de vida ao nascer (em anos)	68,8	72,2	75,1
Mortalidade até 1 ano de idade (por mil nascidos vivos)	20,7	19,8	15,3
Mortalidade até 5 anos de idade (por mil nascidos vivos)	23,0	22,0	18,7
Taxa de fecundidade total (filhos por mulher)	3,4	2,2	2,1

Fonte: PNUD, Ipea e FJP

A esperança de vida ao nascer é o indicador utilizado para compor a dimensão Longevidade do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM). No município, a esperança de vida ao nascer cresceu 2,9 anos na última década, passando de 72,2 anos, em 2000, para 75,1 anos, em 2010. Em 1991, era de 68,8 anos. No Brasil, a esperança de vida ao nascer é de 73,9 anos, em 2010, de 68,6 anos, em 2000, e de 64,7 anos em 1991.

5 Serviços/ Especificações

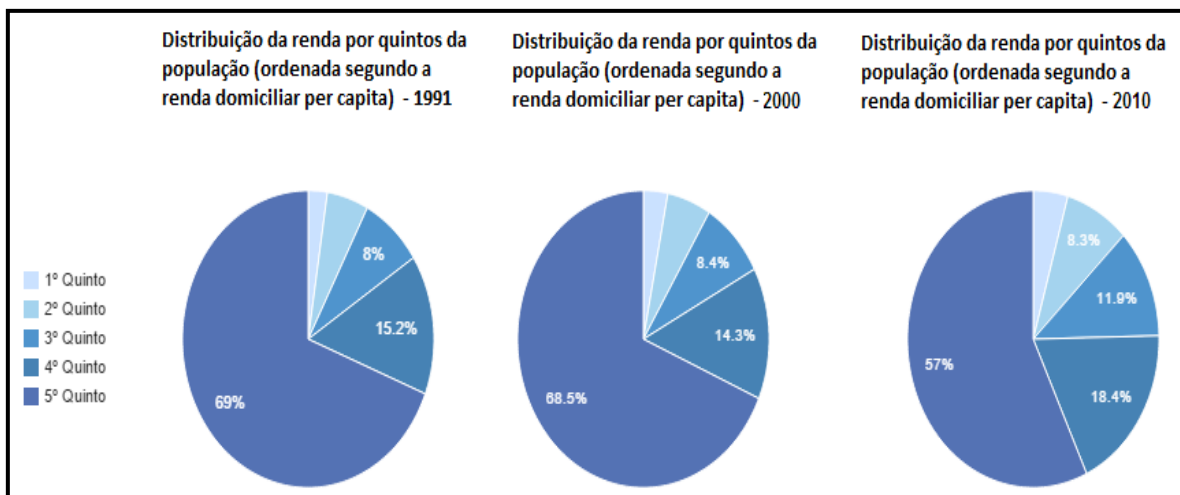
QUANTIDADE		
	Rede Pública	Rede Privada
Serviço de Água e Esgoto		01 concessionária
Serviço de Energia Elétrica - CEMAT		01 concessionária
Serviços de Telefonia Fixa		Empresa OI
Serviços de Telefonia Móvel		04 empresas
Serviços Bancários	O2- Banco do Brasil e Caixa Econômica	04 – HSBC, SICREDI, Bradesco, SICOOB
Serviço de Telecomunicações		08 canais abertos e 02 canais pagos Claro e SKY.

Fonte: PNUD, Ipea e FJP

6 Renda

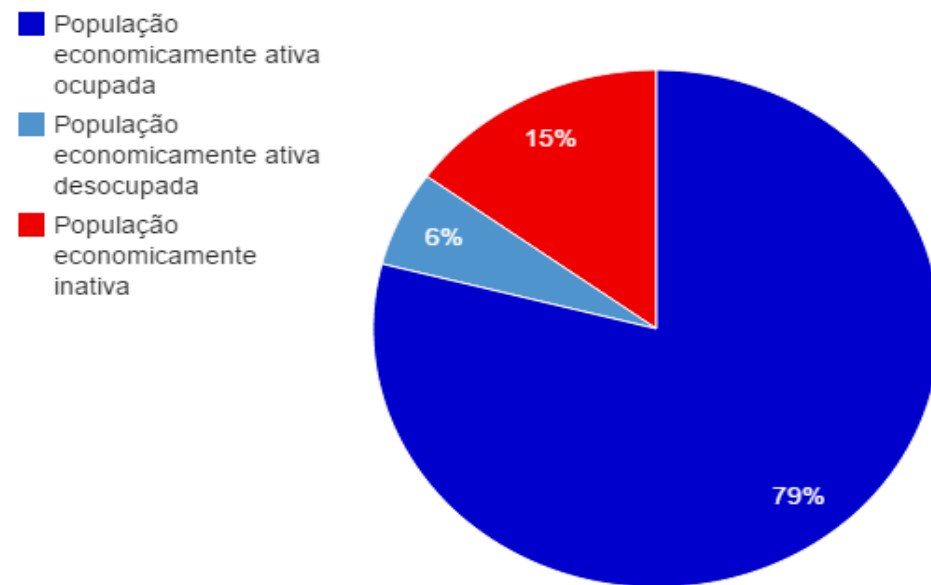
A renda per capita média de Campo Verde cresceu 59,99% nas últimas duas décadas, passando de R\$ 549,00, em 1991, para R\$ 691,16, em 2000, e para R\$ 878,37, em 2010. Isso equivale a uma taxa média anual de crescimento nesse período de 2,50%. A taxa média anual de crescimento foi de 2,59%, entre 1991 e 2000, e 2,43%, entre 2000 e 2010. A proporção de pessoas pobres, ou seja, com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 140,00 (a preços de agosto de 2010), passou de 26,42%, em 1991, para 16,38%, em 2000, e para 3,57%, em 2010. A evolução da desigualdade de renda nesses dois períodos pode ser descrita através do Índice de Gini, que passou de 0,64, em 1991, para 0,63, em 2000, e para 0,51, em 2010.

Renda, Pobreza e Desigualdade - Campo Verde - MT			
	1991	2000	2010
Renda per capita (em R\$)	549,00	691,16	878,37
% de extremamente pobres	11,17	2,80	1,51
% de pobres	26,42	16,38	3,57
Índice de Gini	0,64	0,63	0,51



Fonte: PNUD, Ipea e FJP

Composição da população de 18 anos ou mais de idade – 2010



Fonte: PNUD, Ipea e FJP

7 Trabalho

Entre 2000 e 2010, a **taxa de atividade** da população de 18 anos ou mais (ou seja, o percentual dessa população que era economicamente ativa) passou de 70,78% em 2000 para 79,03% em 2010. Ao mesmo tempo, sua **taxa de desocupação** (ou seja, o percentual da população economicamente ativa que estava desocupada) passou de 8,60% em 2000 para 5,97% em 2010.

Ocupação da população de 18 anos ou mais - Campo Verde - MT		
	2000	2010
Taxa de atividade	70,78	79,03
Taxa de desocupação	8,60	5,97
Grau de formalização dos ocupados - 18 anos ou mais	46,32	62,34
Nível educacional dos ocupados		
% dos ocupados com fundamental completo	42,44	60,00
% dos ocupados com médio completo	26,78	39,44
Rendimento médio		
% dos ocupados com rendimento de até 1 s.m.	33,03	10,75
% dos ocupados com rendimento de até 2 s.m.	72,90	60,53
Percentual dos ocupados com rendimento de até 5 salários mínimo	90,03	90,25

Fonte: PNUD, Ipea e FJP

Em 2010, das pessoas ocupadas na faixa etária de 18 anos ou mais do município, 28,82% trabalhavam no setor agropecuário, 0,71% na indústria extrativa, 8,60% na indústria de transformação, 7,61% no setor de construção, 0,41% nos setores de utilidade pública, 14,97% no comércio e 32,60% no setor de serviços.

8 - Habitação

Indicadores de Habitação - Campo Verde – MT			
	1991	2000	2010
% da população em domicílios com água encanada	79,28	90,29	92,24
% da população em domicílios com energia elétrica	82,85	92,07	98,32
% da população em domicílios com coleta de lixo. *Somente para população urbana. *Somente para população urbana	90,04	95,14	97,56

Fonte: PNUD, Ipea e FJP

Vulnerabilidade Social - Campo Verde – MT			
Crianças e Jovens	1991	2000	2010
Mortalidade infantil	20,67	19,82	15,30
% de crianças de 0 a 5 anos fora da escola	-	83,00	71,00
% de crianças de 6 a 14 fora da escola	25,22	5,06	1,94
% de pessoas de 15 a 24 anos que não estudam, não trabalham e são vulneráveis, na população dessa faixa	-	14,12	6,88
% de mulheres de 10 a 17 anos que tiveram filhos	4,11	4,09	3,83
Taxa de atividade - 10 a 14 anos	-	6,96	6,10
Família			
% de mães chefes de família sem fundamental e com filho menor, no total de mães chefes de família.	1,77	10,36	19,33
% de vulneráveis e dependentes de idosos	1,56	0,61	0,45
% de crianças com até 14 anos de idade que têm renda domiciliar per capita igual ou inferior a R\$ 70,00 mensais	17,21	4,09	2,05
Trabalho e Renda			
% de vulneráveis à pobreza	57,23	44,65	17,25
% de pessoas de 18 anos ou mais sem fundamental completo e em ocupação informal	-	49,55	28,14
Condição de Moradia			
% da população em domicílios com banheiro e água encanada	77,69	89,17	96,11

Fonte: PNUD, Ipea e FJP

9 Aspectos Históricos

A região onde está localizado o município de Campo Verde começou a ser povoada a partir do século XVIII, com a chegada dos primeiros colonizadores vindos de Minas Gerais. Em 1886, as famílias Borges e Fernandes, lideradas por Diogo Borges e José Camilo Fernandes, se instalaram na fazenda que ficou conhecida como Buriti dos Borges.

Em 1896, sob o comando do major Gomes Carneiro, que tinha como seu ajudante de ordens o futuro marechal Cândido Mariano da Silva Rondon, foi inaugurada na comunidade de Capim Branco a estação telegráfica Coronel Ponce que, desativada na década de 1950, acabou destruída pela ação do tempo e do homem. Em 2009 foi inaugurada uma réplica do prédio, construída para abrigar o Museu da História de Campo Verde, e que conta com um acervo formado por utensílios e fotos do período da colonização.

Os sulistas – Por praticamente um século a região viveu um período de estagnação, sem nenhuma atividade econômica importante. A agricultura e a pecuária eram praticadas apenas para a subsistência dos moradores. Esse cenário só começou a mudar a partir da metade da década de 1960, quando migrantes vindos do Sul do Brasil se instalaram nas proximidades do entroncamento das rodovias BR-070 com a MT-140, onde um goiano conhecido por “Duca”, tinha um pequeno comércio.

A chegada dos colonizadores gaúchos deu um novo impulso ao cerrado, até então inóspito e improdutivo. Determinados a realizarem o sonho de uma vida melhor nas novas terras, os novos moradores deram início ao cultivo do arroz de sequeiro. Em 1974, Otávio Eckert instalou um posto de combustível na junção da BR-070 com a MT-140 e, em 1984, lançou o loteamento Campo Real. Anos antes, mais precisamente em 1979, Júlio Pavlak havia criado o Loteamento Jupiara com o objetivo de implantar no local uma nova cidade. O projeto não alcançou o sucesso esperado e foi abandonado. Com tecnologia adequada, o solo do cerrado tornou-se extremamente produtivo. Com os bons resultados obtidos no campo veio o crescimento populacional e, em 1988, o distrito de “Posto Paraná”, como o lugar passou a ser chamado, foi desmembrado de Dom Aquino, dando origem ao município de Campo Verde.

A emancipação se deu em 4 de julho, através da Lei número 5.314, de autoria do deputado estadual Moisés Feltrin e sancionada pelo governador Carlos Bezerra. O nome Campo Verde foi escolhido após um plebiscito entre os moradores e faz referência às extensas plantações de soja que tomam conta da paisagem no período da safra da leguminosa.

10 Aspectos Educacionais

10.1 Educação no Período Pré-Emancipação

Segundo relato de descendentes de pioneiros, uma prática comum de moradores que residiam em fazendas estabelecidas nessa região era contratar uma professora para ensinar aos seus filhos ler, escrever e calcular. Alguns tinham a oportunidade de realizar ou completar seus estudos em internatos localizados em Chapada dos Guimarães e Cuiabá que eram geralmente administrados por padres, embora seja interessante frisar que muitas crianças e adolescentes preferiam permanecer nas fazendas juntamente com seus pais do que realizar estudos fora de casa.

Foi no início da década de 70, que surgiu em Campo Verde às primeiras instituições de Ensino legalizadas, que consistiam na realidade em escolas mistas rurais, implantadas em diversos pontos do município, bem como escolas localizadas próximas a sede do futuro município, que nesta época era um reduzido conglomerado de casas. Nas entrevistas realizadas percebe-se que uma das principais preocupações das famílias que aqui foram estabelecendo-se era garantir a educação de seus filhos, não medindo esforços para que isso se concretizasse. Muitas dessas escolas multisseriadas localizavam-se em áreas de limites de um município com outro, como demonstra a tabela a seguir:

Localidade	Escola	Lei de Criação
Ponte Alta	Escola Rural Mista Ponte Alta Ponte Alta	Dec. Lei 257/73 - do município de Cuiabá.
Distrito Coronel Ponce	Escola Rural Coronel Ponce	Dec. Lei 44/Z74 - do município de Dom Aquino.
Unidade Escolar Canhambora	Pensão Seriema - Fazenda Canhambora	Dec. Lei 26/78 - do município de Chapada dos Guimarães.
Fazenda Buriti da Conceição	Escola Rural Mista Colônia do Zéquinha	Dec. Lei 873/78
Fazenda Marajoara	Unidade Escolar Ana Cecília	Dec. Lei 43/85 - do município de Chapada dos Guimarães.
Escola Rural Mista Fortuna	Fazenda Fortuna	Dec. Lei 66/86 – do município de Chapada dos Guimarães.
E.M. Paraíso	Posto Limeira	Dec. Lei 04/83 do município de Chapada dos Guimarães.

No final da década de 70 foi implantando no município o Loteamento Jupiara de propriedade de Júlio Pavlac (1981/1882). Na primeira fase de ocupação deste loteamento foram construídas algumas residências. Anos mais tarde, aproximadamente final de 1981, foi construída uma pequena Escola em lote de sua propriedade, que passou a ser denominada Escola Dona Helena Pavlac, que pertencia administrativamente ao município de Cuiabá, para exercer a função de professora na referida escola foi convidada Lida de Matos, que assumiu o cargo, mas foi obrigada a afastar-se do mesmo devido a problemas de saúde. Com o afastamento da professora a Escola ficou paralisada por algum tempo e os alunos sem aula. Revoltados com essa situação pais de alunos organizaram uma Comissão que foi a Cuiabá solicitar a reabertura da escola junto a Secretaria de Educação.

10.2. Educação no Município a partir da Emancipação Política

O setor educacional no município de Campo Verde apresentou um grande avanço principalmente a partir da consolidação do processo de emancipação político-administrativa.

O processo de legalização das escolas foi concluído com a criação do Decreto Lei n.º 047/90 de 06 de setembro de 1990 que determinou a legalização pelo município de Campo Verde.

Essas escolas passaram a funcionar sob a coordenação e supervisão da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto de Campo Verde, responsável, a partir de então, pela administração financeira e pedagógica das referidas escolas.

Devido à necessidade crescente de criar novas escolas rurais mistas, em virtude do aumento da demanda de alunos como consequência do fluxo migratório para essa região - a administração municipal criou, através da Lei Nº. 049/90 de 13 de setembro as escolas rurais multisseriadas, localizadas em fazendas situadas em diversos pontos do interior do município, conforme mostra tabela abaixo:

Escolas Rurais Mistas Criadas Pela Lei N.º 049/90	
ESCOLA	LOCALIDADE
Escola Rural Mista Santa Amélia	Fazenda Modelo
Escola Rural Mista Campo Alegre	Fazenda Campo Alegre
Escola Rural Mista Flamboyant	Fazenda Flamboyant
Escola Rural Mista Juscelino Kubitschek	Fazenda Juscelino Kubitschek
E. M. Egídio Bortolí	Fazenda Santo Antônio
Escola Rural Mista Mezzomo	Fazenda Mezzomo
As escolas acima se encontram desativadas, com exceção da Egídio Bortoli que está paralisada.	

No período de 1993 a 1998 outras escolas foram criadas pela administração municipal na zona rural para atender as crianças em idade escolar no interior do município, como:

Escola	Localidade	Lei de Criação
Escola Rural Mista	Fazenda Samambaia	Dec. Lei 127/92 José Neres da Fonseca
E.R.M. Matsui	Fazenda Matsui	Dec. Lei 158/93
E.M. R. Santa Isabel	Fazenda São Vicente	Dec. Lei 158/93
E.M.R. de 1º Grau União	Fazenda Paraná	Dec. Lei 007/96
Escola 28 de Outubro	Assentamento 28 de Outubro	Lei 459/97
E.M. José Garbúgio	Comunidade Garbúgio	Lei 533/98

Esta lei efetuou a desativação das E.R.M. Matsui e Santa Amélia.

Um dos fatores principais que influenciou a administração pública na decisão de implantar um número maior de escolas rurais em diferentes regiões no interior do município era a carência de transporte escolar.

Com a implementação do Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (Pnate) que foi instituído pela Lei nº 10.880, de 9 de junho de 2004, com o objetivo de garantir o acesso e a permanência nos estabelecimentos escolares dos alunos do ensino fundamental público residentes em área rural que utilizem transporte escolar, as escolas acima foram desativadas onde o transporte escolar passou a buscar os alunos para escolas maiores.

10.3 Educação Infantil

A primeira instituição designada especificadamente a Educação Infantil em Campo Verde foi a “Escolinha Pingo de Gente” criada em 1986 - mesmo ano de criação da E.E. Waldemon Moraes Coelho. A respectiva escolinha surgiu a partir da constatação da necessidade de implantação de um estabelecimento que atendesse basicamente crianças que não haviam atingido a idade escolar.

Posteriormente, a partir de 1997 a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, juntamente com o poder público municipal iniciou o processo de polarização das escolas da rede municipal de ensino, seguindo diretrizes do Governo Federal.

No ano de 1989 foi construída a Creche Municipal Bem-Me-Quer, inaugurada oficialmente em 15 de julho de 1990, no Bairro Jupiara, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Posteriormente, essa modalidade de ensino foi implantada na E.M. Dona Maria Artemir Pires, sendo que havia o atendimento de Pré-escolar nas Escolas Estaduais Jupiara - localizada no Bairro Jupiara - e Waldemon Moraes Coelho, no centro da cidade, além da Escola Particular Progresso.

No ano de 1997 foi criada a Creche Chapeuzinho Vermelho (Lei n.º 492/97 de 6 de novembro) que depois teve a construção de seu próprio espaço físico e, mudança de sua denominação.

A Lei n.º. 9394/96 determinou o atendimento da Educação Infantil para a rede municipal de ensino, assim alunos de Escolas Estaduais passaram gradativamente a matricular-se, a partir de 1997, em escolas municipais aumentando o quadro discente das mesmas. A E.E. Prof.^a Alice Barbosa Pacheco - em Gestão de Convênio com município, por sua vez, continuou com o atendimento da Educação Infantil (Pré - Escola) sob a administração da SMECD.

Em 1999, a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto assumem as Creches criando o Centro de Educação Bem-Me-Quer - antes Creche Bem-Me-Quer e o Centro de Educação Amerecida Fernandes Rezende, anteriormente Creche Chapeuzinho Vermelho.

A partir de 2001 a SMECD, além de atuar na orientação pedagógica, começou a administrar financeiramente os Centros de Educação Infantil. Na intenção de aperfeiçoar o quadro atuante nos centros educacionais, foi realizado no ano de 2002 o 1º Concurso Público com vagas específicas para professores de Educação Infantil. Atualmente modalidade da Educação Infantil no município de Campo Verde recebe o acompanhamento de: Nutricionista, Psicóloga, Conselho Tutelar, Pastoral da Criança, Agentes de Saúde.

A partir de 2005 os Centros Educacionais passaram a obedecer às diretrizes dos Parâmetros Curriculares Nacionais onde os Centros Educacionais do município tiveram um limite de matrícula por sala de aula e auxiliares. Em 2006 foi organizado a Matriz Curricular para essa faixa etária.

10.4 Ensino Fundamental

No período inicial de sua emancipação já atuavam na sede do município duas escolas estaduais de atendimento ao Ensino Fundamental: Escola Estadual Jupiara e Escola Estadual Waldemon Moraes Coelho Gradativamente outros estabelecimentos vinculados ao Ensino foram implantados tanto pela rede municipal, como pelas redes estadual e particular. No ano de 1992 foi criada a primeira escola da rede municipal de Ensino Fundamental na sede E. M. Dona Sabina Lazarin Prati. Na área rural a primeira Escola pertencente à rede municipal de ensino foi a E.M. Paraíso - criada nessa região no ano de 1983 pela administração municipal de Chapada de Guimarães, que foi legalizada pelo município de Campo Verde no primeiro ano de emancipação política administrativa.

A Escola São Cristóvão foi um dos primeiros estabelecimentos particulares de ensino fundamental implantado na sede, criada sob iniciativa da Senhora Solange Campos, que estabeleceu o funcionamento desse educandário em 1991. A escola funcionou na sua residência até a conclusão da construção do prédio escolar construído próximo ao Clube da Soja. No ano 1993 a respectiva escola passou a ser administrada pelas professoras Vanilde Silveira da Silva e Tânia Regina M. de Oliveira, proprietárias da Escola Particular Progresso criada em 1991.

Devido o crescimento populacional constante observado na sede do município a partir de sua emancipação político-administrativa, surgiu a necessidade de estabelecimentos de ensino fundamental para atender ao número crescente de alunos.

Atualmente o Ensino Fundamental de Campo Verde conta com 5.514 alunos que utilizam transporte escolar e recebem merenda. As escolas participam de várias atividades escolares, como Socialização do Conhecimento.

10.5 Ensino Médio

Com o objetivo de atender a população discente que apresentava um crescimento constante, foi implantado, ainda no ano de 1989, o funcionamento do Ensino Médio junto a Escola Estadual Waldemon Moraes Coelho. Posteriormente, em 1996, o atendimento desse nível de ensino foi estabelecido junto a Escola Particular Progresso.

No ano de 1998, com a polarização do Ensino Médio determinado pela Secretaria Estadual de Educação, foi criada no município a Escola Estadual “Ulisses Guimarães”, atendendo especificadamente essa modalidade de ensino, passando a partir do ano de 2003 a atender também as séries finais do Ensino Fundamental.

Recentemente, no ano de 2003, em convênio com o Governo Estadual, o Ensino Médio foi ampliado para a área rural do município, com o objetivo de atender a demanda de alunos concentrados no interior do município, mais precisamente na região do Posto Limeira — E.M. Paraíso - e Agrovila - Escola Estadual Professora Alice Barbosa Pacheco - durante o turno noturno. No ano de 2004 foi implantado o atendimento ao Ensino Médio na E.M. Santo Antônio.

10.6 EJA - Educação de Jovens e Adultos

Para amenizar o problema de baixo índice de escolaridade e até mesmo analfabetismo constatado em parte da população camoeverdense no início da década de 90, foi implantado em 1993, na Escola Estadual de 1o Grau Jupiara o Curso Supletivo.

A clientela caracterizava-se por serem composta na sua grande maioria por trabalhadores braçais da cidade, operários da SADIA, trabalhadores de fazendas, empregadas domésticas, e alguns funcionários públicos, que ao concluir os seus estudos buscavam uma maior possibilidade de inserção no competitivo mercado de trabalho. Os poucos alunos que vinham da zona rural vinham para a escola utilizando o transporte escolar administrado pela Secretaria Municipal de Educação. Em virtude da grande demanda existente foi implantado no ano de 1996 junto a Escola Municipal Dona Sabina

Lazarin Prati, que cedeu o espaço físico para o Programa TELECURSO 2000, atendendo a modalidade de Ensino Fundamental e Ensino Médio, até novembro de 1997.

Devido à deficiência de espaço físico da Escola Jupiara e a grande demanda de alunos provenientes da SADIA foram criadas em 1996 salas anexas junto a prédio da respectiva empresa, bem como na Fazenda Lindóia, exclusivas para atendimento de funcionários da SADIA.

Em 1998 o EJA - Educação de Jovens e Adultos - foi implantado na Escola Municipal Dona Maria Artemir Pires, atendendo inicialmente alunos de 1ª a 4ª séries no período noturno. Além de trabalhadores assalariados da cidade, a clientela era constituída também por trabalhadores de fazendas, utilitários do transporte escolar. No ano de 2003 esse atendimento foi ampliado para 5ª a 8ª séries, incluindo Curso de Informática. Demonstrando a preocupação da municipalidade em ampliar o atendimento da EJA na área rural foi introduzido o atendimento dessa modalidade no ano de 2004 na Escola M. Santo Antônio - Assentamento Santo Antônio da Fartura.

10.7 Educação no ano do PME 2006

No ano em que foi aprovado o primeiro Plano Municipal de Campo Verde contava com o funcionamento de diversos estabelecimentos de ensino vinculados a rede municipal, estadual e privada de ensino, além de entidades filantrópicas, como demonstra o quadro abaixo:

Dependência Administrativa	Denominação	Área de Atuação	Direção
Municipal	E.M.D* Maria Artemir Pires	Ensino Fundamental / EJA	Eloecil Maria Guerrize Conte
	E.M.D* Maria Sabina Lazarin Prati	Educação Infantil / Ensino Fundamental	Sonia A. Flores Gonçalves
	E.M.São Lourenço	Ensino Fundamental	Luciana Maria Klamt
	E.M.Monteiro Lobato	Ensino Fundamental	Dejair Lima
	E.M.Paraíso	Educação Infantil / Ensino Fundamental	Vânia Caria João
	E.M.Santo Antônio	Ensino Fundamental	Clemilson Carvalho do Nascimento
	E.M.José Garbugio	Ensino Fundamental	Elizete Zimpel
	Centro Educacional Bem Me Quer	Educação Infantil	Adonai Tini José E. da Silva
	Centro Ed. Ameredida Fernandes Rezende	Educação Infantil	Tânia Regina João
	E.M. João Ponce de arruda	Ensino Fundamental	Marcos Gonçalves
Estaduais	E.E. Jupiara	Ensino Fundamental / EJA	José E. da Silva
	E.E. Waldemon Moraes Coelho	Educação Infantil / Ensino Fundamental / Ensino Médio	Sebastiana Seron
	E.E. Ulisses Guimarães	7ª e 8ª séries do Ensino Fundamental Ensino Médio	Lélia Marlene Coty
	E.E. Prof. Alice Barbosa Pacheco		Manoel Gonçalves dos Santos
Particulares	Escola Progresso	Educação Infantil/Ensino Fundamental / Ensino Médio	Vanildes Silveira da Silva

	Escola Coopercamp	Educação Infantil/Ensino Fundamental até 7º ano.	Maria do Socorro Jesus
Filantrópicas	E.Especial Castelinho APAE	Educação Especial	Alba Badocco
	Educandário Maria de Lourdes	Ensino Fundamental	Dirceu Berlamino Pereira

As Escolas situam-se na área urbana e rural do município, sendo quatro na zona rural do município e treze estabelecidas na área urbana, localizadas no centro, e nos bairros que apresentam maior concentração populacional na sede. Além das Escolas relacionadas os

Centros Educacionais Amerecilda Conceição Fernandes Rezende, a Bem-Me-Quer e a Escola Especial Castelinho - APAE constituem-se em estabelecimentos vinculados a Educação Infantil e Educação Especial respectivamente.

Segundo dados obtidos através de Censo Escolar realizado no ano de 2006 - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Diretoria de Estatísticas da Educação) Básica - o município possuía 7.571 alunos matriculados na rede municipal, estadual e particular de ensino, pertencentes às diversas modalidades de ensino: Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio, Educação Especial e EJA (Educação de Jovens e Adultos). Esse número representa um total de crescimento na taxa de matrícula de aproximadamente 10% em relação ao mesmo período do ano anterior - 2002, quando o município contava com 6.911 alunos.

Devido ao processo de crescimento demográfico constante observado em Campo Verde, o quadro docente também evoluiu. Em 2001 havia no município 258 professores, no ano de 2002 esse número passou para 282 docentes. Já em 2003 o total de professores atuantes - contratados e concursados - nas redes municipal, estadual e particular de ensino, totalizava 327 professores, sendo, no entanto a sua maioria concursada e habilitada na área em que atuam.

10.8 Infraestrutura

Procurando aprimorar cada vez mais e ampliar o atendimento pedagógico, a educação em Campo Verde vem sendo alvo de investimentos tanto na rede municipal, como estadual e particular de ensino. Em certos casos são firmados convênios com o objeto de conseguir verbas junto a órgãos oficiais que possibilitam a melhoria e desenvolvimento da infraestrutura do setor educacional. Dentre as recentes construções, ampliações e inovações executadas a partir de 2000 junto ao setor educacional do município destacam-se:

a) Construção de quadras poliesportivas:

- Escola Municipal D. Sabina Lazarin Prati (2000)
- Escola Municipal São Lourenço (2002)
- Escola Municipal Paraíso (2000)

- Escola Municipal José Garbúgio (2001)
- Escola Municipal D.^a Maria Artemir Pires (2003)
- Escola Municipal Monteiro Lobato (2003)

Foram construídas quadras cobertas em 2002 junto às Escolas Estaduais Ulisses Guimarães, Jupiara e Waldemon Moraes Coelho. Essas construções foram viabilizadas a partir de convênio assinado entre Secretaria de Estado de Educação e Prefeitura Municipal de Campo Verde.

b) Laboratórios de Informática:

- ✓ E.M. Sabina Lazarin Prati,
- ✓ E.M. Dona Maria Artemir Pires,
- ✓ E. M. São Lourenço, 16 máquinas
- ✓ E. M. Monteiro Lobato
- ✓ E.M. Paraíso
- ✓ E.M. José Garbúgio, 2006
- ✓ E.M. Santo Antônio da Fatura, 2006
- ✓ E.M. João Ponce de Arruda, 2007

c) Ampliações das escolas:

- ✓ Escola Progresso: Prédio Progresso Mirim (2001)
- ✓ E.M. Sabina L. Prati: 06 salas de aula, mais salas para setor administrativo, calçamento do pátio interno - 2000.
- ✓ E.M. Artemir Pires: 04 salas de aulas — 2003 e reforma completa finalizada no ano de 2007;
- ✓ Centro Educacional Bem-Me-Quer - 01 sala de aula, lavanderia, reforma de banheiros e depósito para material da cozinha e da limpeza.
- ✓ E. M. José Garbúgio - 2000 e 2004
- ✓ E. M. Paraíso-2004
- ✓ E. M. São Lourenço - 2004
- ✓ Reformas nas Escolas Estaduais (em parceria com o município)
- ✓ Escola Estadual Jupiara e E.E. Ulisses Guimarães 2006

d) Construção e criação de Escolas:

- ✓ E.M. Monteiro Lobato - Bairro Jupiara
- ✓ E.M. Santo Antônio
- ✓ E.M. São Lourenço - Bairro São Lourenço (2000)

Ampliação, em 2003 do atendimento do Ensino Médio junto às escolas Paraíso e Prof.^a Alice Pacheco Barbosa da zona rural, sob responsabilidade da Secretaria de Estado

da Educação. No ano de 2004 o Ensino Médio também foi ampliado junto à E.M. Santo Antônio.

De 2006 a 2014

- ✓ Construção do Centro Educacional Paulo Freire 2006 a 2014, com 30 salas de aulas, refeitório, cozinha e área administrativa,
- ✓ Em 2011 é inaugurada a Creche Francisco Tirado Aragão com 08 salas de aulas, refeitório, cozinha e área administrativa.
- ✓ Ampliação da Escola São Lourenço;
- ✓ Entrega do Ensino Fundamental da Escola João Ponce a SEDUC em 2014 a escola foi paralisada e as 02 salas de Educação Infantil ficaram como sala anexa do Centro Educacional Amerecilda.
- ✓ Em 2008 a reforma da Cozinha Piloto, refeitório da Escola Paraíso e Quadra Coberta da Escola M Santo Antônio.
- ✓ Construção das Escolas: Estadual Ledy Anita Brescancin em 2010 e E. Estadual Boa Esperança em 2012.

10.9 Educação Especial

A Educação Especial no município de Campo Verde teve seu primeiro registro formal com a matrícula de uma aluna com deficiência física na rede municipal de ensino no ano de 1989. Em 1994 foi implantada a APAE no município, que veio atender 14 alunos nesta modalidade de ensino, continuando em funcionamento até a presente data. No período de 1997 a 1999, por iniciativa dos governos estadual e municipal, em gestão compartilhada, formaram-se duas salas para atender os deficientes auditivos e visuais no município, sendo um em cada rede. A sala de recursos para deficientes auditivos contava com 4 alunos e funcionava na Escola Estadual Jupiara e a sala para deficientes visuais funcionava na sala da Biblioteca Municipal, atendendo 4 alunos. Com a desativação destas salas em 1999, os alunos continuaram inclusos ou foram encaminhados para Unidade da APAE em Campo Verde.

Em 2001, a Prefeitura Municipal contratou uma psicóloga para realizar avaliação psicoeducacional, orientações para professores e pais. Em 2002, foi contratada uma fonoaudióloga para realizar triagem e atendimentos aos alunos matriculados e deficientes auditivos, orientações a professores e pais. Em 2003, foi criada a Sala de Recursos para Deficientes Auditivos, funcionando na Escola Municipal Dona Maria Artemir Pires.

Neste período havia uma preocupação constante com a capacitação dos professores para lidar com a diversidade no contexto escolar, bem como com mudanças de atitude na comunidade. Foram realizadas reuniões e cursos de capacitação principalmente na área de deficiência auditiva. Os alunos começaram a ter maior visibilidade, aparecendo socialmente em apresentações, jogos e projetos.

Em 2004, deu-se continuidade à Sala de Recursos para Deficientes Auditivos e aos projetos e cursos a eles referentes, sendo proposta a abertura de uma Sala de Apoio Pedagógico Específico, para alunos com baixo aproveitamento escolar.

No ano de 2005, foi criada a Coordenadoria Geral de Educação Especial, "com o objetivo de garantir a educação inclusiva de qualidade, pautada no respeito à diversidade humana, na aceitação e valorização das diferenças, promovendo nas instituições de aprendizagem, ações que viabilizassem o acesso e permanência de pessoas com necessidades educacionais especiais". A Equipe de Educação Especial estava composta por uma fonoaudióloga, uma psicóloga e uma pedagoga especialista em educação especial. Dentre as realizações deste ano constam: aquisição de materiais pedagógicos para o atendimento de apoio pedagógico específico e testes psicológicos, capacitação para professores (Assessoramento de Apoio Pedagógico Especializado - Teoria e Prática), contratação de docentes intérpretes para atuarem com os alunos surdos que frequentam as séries iniciais, realização do primeiro Curso de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) no município. Em parceria com a Fundação Dorina Nowill para Cegos, houve o fornecimento de livros e CD's, houve a oferta de Apoio Pedagógico Especializado e realização do 1º Encontro Municipal dos Direitos dos Portadores de Deficiência.

Em 2006, permaneceu uma Equipe de Educação Especial, composta por 2 psicólogas, 1 fonoaudióloga e 1 pedagoga especialista em educação especial, que realizam atendimento interdisciplinar aos alunos, pais, professores e equipe pedagógica das escolas. Continuou-se o investimento na capacitação dos educadores com o oferecimento do Curso Saberes e Práticas da Inclusão, encerrado em evento no qual o profissional convidado trabalhou os temas relacionados a sensibilização da inclusão e deficiência intelectual. Houve também palestra "Desenvolvendo competências para o atendimento aos alunos com Distúrbios de Aprendizagem, Condutas Típicas e Deficiência Intelectual" e dois cursos de LIBRAS, um básico para profissionais da educação e outro de extensão, para os intérpretes. Houve a adequação para a acessibilidade física da Escola Municipal Dona Sabina Lazarin Prati, visando receber um aluno com paralisia cerebral. Aquisição de materiais para aluno cego e baixa visão e recebimento de livros solicitados ao MEC (Ensaio Pedagógico, Educação Inclusiva, Gibis da Turma da Mônica sobre acessibilidade, Lei da Acessibilidade). Estabelecimento de parceria com o Centro de Apoio Pedagógico ao Deficiente Visual (CAP), para a produção de livro didático em Braille, bem como com o Centro de Reabilitação de Cuiabá (CRIDAC) para realização de triagem auditiva aos alunos para concessão de aparelhos auditivos e com Instituto Braille de Rondonópolis onde foi iniciado o processo de triagem visual dos alunos.

A eliminação das barreiras arquitetônicas nas escolas é uma condição importante para a integração dessas pessoas no ensino regular, constituindo uma meta necessária na década da educação. Nossas escolas necessitam de instalações sanitárias, rampas, corrimãos e tapetes antiderrapantes nas áreas escorregadias, portas largas, mobiliário adequado para alunos com necessidades especiais. Outro elemento fundamental refere-se às ajudas técnicas (elementos que permitam compensar uma ou mais limitações

funcionais motoras, sensoriais ou mentais da pessoa com deficiência, com o objetivo de permitir-lhe superar as barreiras da comunicação e da mobilidade), conforme as necessidades específicas dos alunos. O MEC, através do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) financiou em 2006 a ação de formação de professores que atuam nas escolas da rede municipal de ensino.

10.10 Transporte Escolar

Evolução atendimento do transporte escolar no município de Campo Verde.

A partir da emancipação administrativa política do município uma das principais preocupações da administração pública foi a implantação do sistema de transporte escolar que atendesse a população discente que necessita desse meio para poder efetuar seus estudos. Como foi colocado anteriormente referente aos primeiros anos de emancipação política administrativa do município um dos primeiros veículos utilizados pela administração municipal como transporte escolar foi uma Kombi doada pela Fazenda “Dois Corações”. Esse veículo foi amplamente utilizado pela Secretaria Municipal de Educação, e posteriormente doado a APAE. Segundo relatos de professores, houve ocasiões em que na ausência de veículo próprio para transporte de alunos, os pais levavam e buscavam seus filhos na escola, como ocorreu durante determinado período de tempo junto a Escola Municipal Paraíso, que atualmente conta com dois ônibus para efetuarem o atendimento de transporte aos alunos que residem em fazendas distantes do estabelecimento de ensino. Segundo levantamento realizado, praticamente 100% do quadro docente dessa escola utiliza o transporte escolar, fato esse que também é realidade em outras escolas da rede municipal de ensino.

No decorrer do processo de desativação das escolas mistas rurais e polarização de escolas da rede municipal desencadeado a partir de 1997, houve a necessidade de ampliação do transporte escolar para atender a demanda de alunos que passaram a frequentar as escolas polos no interior e na sede do município.

Em 2001 a demanda atendida pelo transporte escolar totalizava 1460 alunos. Três anos depois, em 2004, esse atendimento beneficiava 1930 alunos das redes municipal e estadual de ensino, além de alunos da Educação Especial. O número de linhas foi ampliado para 36, sendo atendidas por 14 veículos, dois locados e doze da administração municipal. Além disso, o setor educacional disponibiliza de um ônibus próprio para a realização de excursões escolares.

Em 2005 novamente o transporte escolar ampliou suas linhas, e a partir deste ano o município ofereceu uma linha do transporte dentro da zona urbana atendendo aos alunos que estudam nos bairros. O número de linhas passou de 36 para 38 em 2004, sendo atendidas por 14 veículos próprios, 06 locados e 1 na linha da APAE. As linhas do transporte escolar beneficiaram em 2004, 339 alunos das escolas estaduais e 1569 alunos das escolas municipais somando 1908 alunos atendidos.

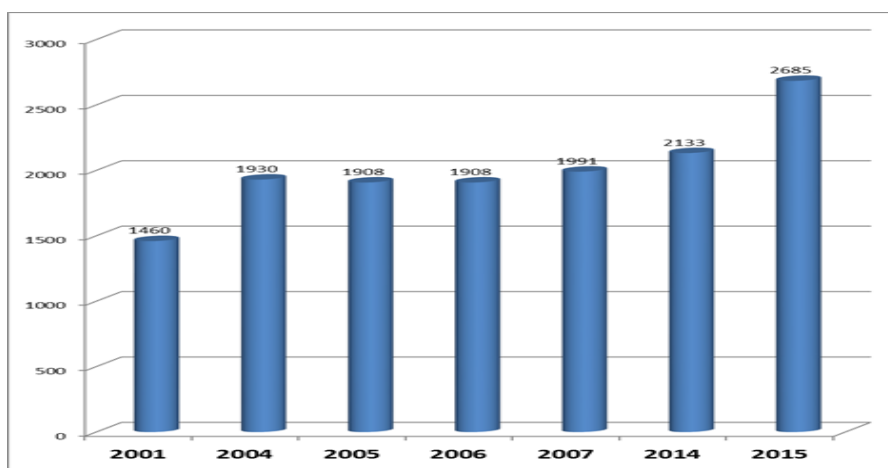
Em 2006 as linhas permaneceram com o mesmo número e passaram por um estudo de realinhamento para 2007, onde existia a proposta de modificação de linhas para a Escola Santo Antônio e José Garbúgio. Neste ano as linhas de transporte beneficiaram um total de 1691, sendo 450 alunos da rede estadual e 1241 alunos da rede municipal. A linha da zona urbana que atendia 300 alunos da rede municipal e estadual.

De 2006 até os dias de hoje houve um acréscimo de atendimento no transporte escolar, sendo que no ano de 2011 a SEDUC cedeu em regime de comodato 10 unidades de transporte escolar (07 micros e 03 ônibus) e em 2012 foram adquiridos pelo município 12 ônibus financiados pelo BNDES e mais 04 ônibus financiados pelo MEC.

Atualmente o transporte escolar do município é compartilhado com o estado transportando 2685 alunos nos turnos matutino, vespertino e noturno. Possui 20 ônibus próprios (município) 10 ônibus cedidos pelo estado e 02 ônibus terceirizados. Os ônibus fazem 56 linhas e percorrem 4.640 quilômetros por dia. Sendo que 24 linhas são compartilhadas, 04 exclusivas para escolas municipais e 28 são linhas de uso exclusivo de escolas estaduais.

Serão acrescentadas: 01 linha na Escola Paraíso, 142 km dia, 01 linha Fazenda Filadélfia 100 km dia, 01 linha no horário das 12 horas para atender as Escolas Estaduais no Ensino Médio Inovador, 28 Km/ dia.

Evolução do transporte escolar nos últimos anos:



Dados: SMEC – Coordenação de Transportes.

10.11 Cozinha Piloto

A partir de 2001 o preparo da merenda escolar do município, oferecida para as escolas da zona urbana, foi centralizada em um local, que foi denominado de Cozinha Piloto. Onde são preparados café da manhã, almoço, e lanches para as Escolas Municipais urbanas, Centros Educacionais, Escola Especial Castelinho, e alunos da EJA. Hoje município oferece diariamente 437 almoços para as escolas de Educação Infantil e para o Centro Educacional Paulo Freire atendendo aos alunos de educação integral e 5052 lanches para as escolas de Educação Infantil e de Ensino Fundamental da zona urbana . A cozinha conta ainda com uma padaria que fornece pães e bolos para as escolas municipais.

A Cozinha possui atualmente uma nutricionista, um padeiro, uma chefe de cozinha, uma chefe de padaria e 13 cozinheiras, tendo um cardápio elaborado por nutricionista e preparado por profissionais, que estão sendo capacitados pela SMEC, para manusear e preparar os alimentos com qualidade e quantidade suficiente para atender a demanda alimentar diária. A merenda escolar oferecida nas escolas municipais de Educação Infantil e das séries finais do Ensino Fundamental é composta por um cardápio diferenciado, que possui qualidade nutricional em quantidade suficiente para suprir as necessidades das crianças durante sua permanência no ambiente escolar, somando assim, condições para um bom aprendizado. Na zona rural funcionam cozinhas que preparam lanche para 844 alunos e 325 almoços, onde cada escola possui uma cozinheira responsável.

Tabela com resultados do minicenso na cidade de Campo Verde em janeiro de 2015.

Bairros	Quantidade pessoas	Analfabetos	Formados	DEFICIÊNCIA				NECESSITA CRECHE	QUER EJA/EP/ES		
				DI	DF	DA	DV		EJA	EP	ES
Res. Cuiabá	68	00	9	3	2	1	1	15			
Santa Rosa	96	6	1	3		1		40	75	43	
Campo Real II	83	00	21		1			4	7	5	5
São Lourenço	69	00	3	3	1			37	3	1	6
Jardim América	72	1	5					4	17	1	12
Vale do Sol	77	3	9	2	1			1			
Bom Clima	106	4	4	1			2	5	6		6
Eckert	83	8	2					3	10	5	
Cidade Alta II	87	1	8					4	8		
São Miguel	113	10	10	3				11	5		
Jardim Campo Verde	51	2	9					2	10		1
Belvedere	83	00	2	1				6	2		
Centro	91	2	11	1				3		11	4
Bela Vista	78	00	3					6			
Bordas do Lago	43	3	2					8	18	1	
Jupiara	85	4	2		3			7	1	7	6
Total	1285	44 (3,42%)	101 (7,86%)	17	8	2	3	156 (12,14%)	162 (12,60%)	74 (5,76%)	40 (3,11)

- a) Bairro com maior número de analfabetos: São Miguel com 8,84%;
- b) Bairro com maior número de pessoas formadas Ensino Superior: Campo Real II com 25% e Centro com 12%;
- c) Bairro com maior solicitação de Ensino Superior: Jardim América 16%;
- d) Bairro com maior solicitação de EJA: Santa Rosa com 78% dos entrevistados solicitaram essa modalidade de ensino;
- e) Bairro com maior solicitação de creche: São Lourenço 53%, Santa Rosa 41% e São Miguel 9% respectivamente por ordem decrescente.
- f) Bairro com o maior índice de Deficiência Intelectual: Residencial Cuiabá 4,4%, São Lourenço 4,3% e Santa Rosa 3,1%.
- g) Bairro com o maior índice de Deficiência Física: Jupiara 3,5% seguido por Res. Cuiabá 2,94%.
- h) Bairro com o maior índice de Deficiência Auditiva: Res. Cuiabá 2,9% e Santa Rosa 1,04%
- i) Bairro com o maior índice de Deficiência Visual: Bom Clima 1,8%.

CAPÍTULO II

1 Plano Municipal de Educação

Aqui são apresentadas as metas propostas pelo PME, que será encaminhado ao Poder Legislativo Municipal, trazendo algumas análises e informações com o objetivo de aproximar, ainda mais, a sociedade e, sobretudo os gestores educacionais dos debates e desafios relativos à melhoria da educação municipal, tendo por eixo os processos de organização e gestão da educação, seu financiamento, avaliação e os desafios da efetivação de políticas do município com centralidade e no PNE, PEE e PME de duração decenal.

Art. 2º São diretrizes do Plano Nacional de Educação:

I - erradicação do analfabetismo;

II - universalização do atendimento escolar;

III - superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;

IV - melhoria da qualidade da educação;

V - formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;

VI - promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;

VII - promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País;

VIII - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto - PIB, que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;

IX - valorização dos (as) profissionais da educação;

X - promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

CAPÍTULO III

EDUCAÇÃO BÁSICA

1 ETAPAS DE ENSINO

1.1 EDUCAÇÃO INFANTIL

DIAGNÓSTICO

Em Campo Verde, como na maioria dos municípios do território nacional, a preocupação com atendimento das crianças que pertencem a Educação Infantil vem sendo intensificada em decorrência das necessidades de se cumprir a legislação que assegura o direito da criança ao acesso e permanência na Educação Infantil.

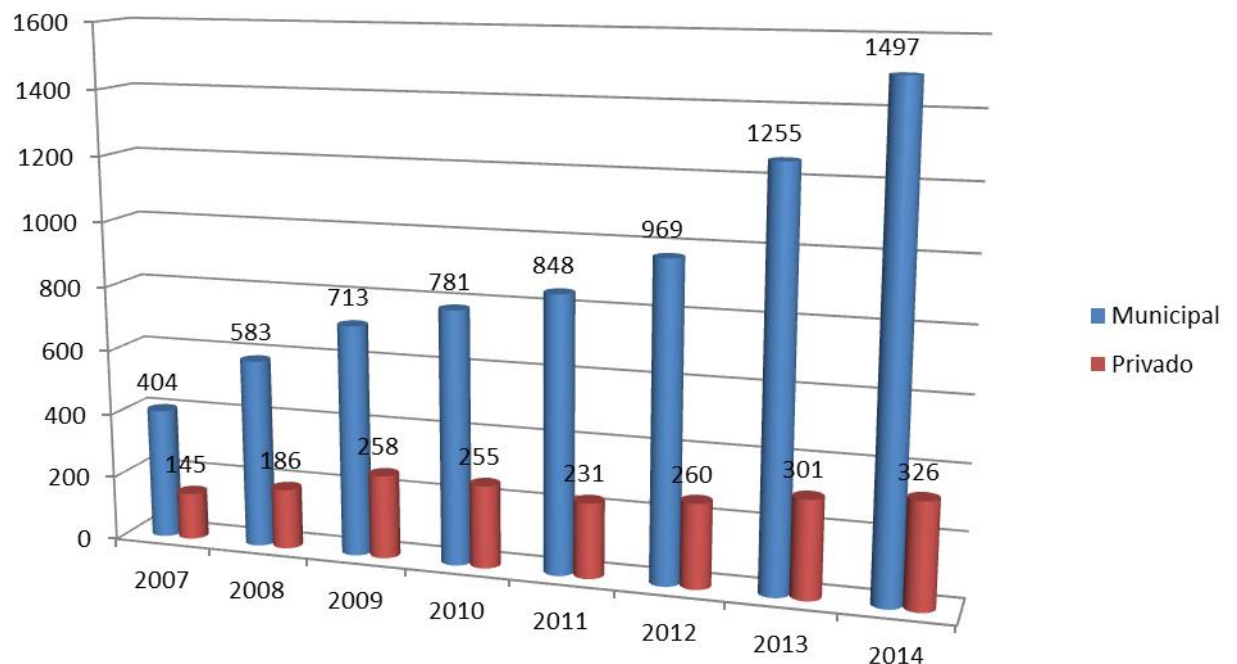
Estudos Fundamentados em pesquisas sobre desenvolvimento humano garante avanços na educação desde a primeira infância. Pois neste período cria-se a base para futuras aprendizagens, através de mediações e estímulos proporcionando o desenvolvimento integral da criança, dentro de uma proposta lúdica indissociáveis entre o educar e o cuidar.

De acordo com a LDB (lei 9394/96) que estabelece normativas para o atendimento das crianças na faixa etária de 0 a 05 anos, o município de Campo Verde, oferece atendimento às crianças com a faixa etária de 09 meses à 03 anos (creche) e de 04 a 05 anos(pré-escola).

Visando assegurar o que os marcos legais determinam, o Município tem em vista realizações de ações efetivas como:

- a) A garantia gradativa do atendimento às crianças de zero a cinco anos.
- b) Prover as instituições de educação infantil de infraestrutura adequada e recursos materiais de forma a atender a demanda;
- c) A formação continuada para os docentes, coordenadores, gestores e funcionários que atuam com essas crianças; assegura uma visão planejada do atendimento da educação infantil ofertado pelo município de Campo Verde.

Matricula inicial por dependência administrativa de 1989 a 2015.



Fonte: INEP

A infância é compreendida no presente Plano Municipal de Educação, como uma categoria social e, portanto, inserida em seu contexto histórico-cultural.

A Secretaria Municipal da Educação deve constituir estruturas e competências capazes de assumir as funções de articulação e coordenação da política municipal de educação, no atendimento dos direitos sociais assegurados à criança na legislação brasileira, nela incluída a responsabilidade pela rede de instituições de educação infantil. Nesse contexto, faz-se necessário referendar neste documento a educação infantil desse novo sujeito de direitos e sua finalidade, ambos estabelecidos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº. 9394/96.

As instituições de educação infantil em suas propostas pedagógicas deverão explicitar as condições necessárias ao funcionamento do espaço físico, da rotina e do calendário escolar que possibilitem a execução, avaliação e o aperfeiçoamento das diretrizes aqui estabelecidas. As propostas pedagógicas das instituições de educação infantil devem se pautar nos princípios éticos da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito às diferenças e à diversidade, bem como o respeito ao bem comum; princípios políticos dos direitos e deveres de cidadania, do respeito à ordem democrática; princípios estéticos da sensibilidade, da criatividade, da ludicidade e da diversidade de manifestações artísticas e culturais etc, que são a base indispensável para a concepção, desenvolvimento e avaliação de toda a equipe de docentes e profissionais que convivem com as crianças (Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil - Parecer CNE/CEB 022/1998).

META 1

Universalizar, até 2016 a educação Infantil na pré- escola para as crianças de 4 (quatro) e 5 (cinco) anos de idade, para 100%(cem por cento) e ampliar a oferta de Educação Infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PME.

Estratégias

1.1. Estabelecer no primeiro ano de vigência do PNE, normas, procedimentos e levantamentos de dados, verificando a demanda anual por creche para a população de até 03 anos de idade, para planejar a oferta e verificar o atendimento manifesto.

1. 2. Promover a busca ativa de crianças em idade correspondente à educação infantil, em parceria com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, preservando o direito de opção da família em relação às crianças de até 03 anos.

1.3. Criar e construir creches e pré-escolas em todos os bairros que apresentam demanda comprovado através de estudos realizados por instituições reconhecidas e ampliar os já existentes, para atendimento conjunto de crianças de 0 a 05 anos e onze meses, conforme padrões mínimos exigidos pela legislação, considerando a demanda do município com a contrapartida do Estado e União.

1.4. Orientar as instituições educacionais, as quais atendem crianças de 0 a 5 anos e onze meses, que agreguem ou ampliem, em suas práticas pedagógicas cotidianas, ações que visem ao enfrentamento da violência sexual e outros tipos de violência, a inclusão e o respeito às diversidades de toda ordem: raça, etnia, religião etc, a promoção da saúde e dos cuidados e convivência escolar saudável e o estreitamento da relação família-criança-instituição.

1.5. Acompanhar o atendimento das crianças, observando as listas de espera de creches e escolas de Educação Infantil visando planejar o atendimento da meta.

META 2 .

Reestabelecer padrões de qualidade referente a infraestrutura, mobiliários, materiais pedagógicos, para as melhorias dos serviços prestados nas instituições de educação infantil, a partir da sanção deste Plano.

Estratégias:

2.1. Garantir na matrícula e na organização das respectivas classes escolares a relação crianças/professor: a) de 0 a 1 ano – 06 a 08 crianças/01 professor e um auxiliar; b) de 01 a 02 anos 08 a 10 crianças – 01 professor e 01 auxiliar, c) de 02 a 03 anos 10 a 15 crianças – 01 professor e 01 auxiliar – d) 03 a 05 – 15 a 20 crianças – 01 professor e 01

auxiliar. De acordo com a Resolução 002/2009 do Conselho Municipal de Educação CEE/MT.

2.2. Assegurar a infraestrutura, materiais didáticos adequados ao processo educativo, considerando as características das faixas etárias, conforme os padrões do CAQ (Custo Aluno Qualidade).

2.3. Formalizar e executar os planos de ações articuladas dando cumprimento às metas de qualidade estabelecidas para a educação básica pública e as estratégias de apoio técnico e financeiro voltadas à melhoria da gestão educacional, à formação de professores e profissionais de serviços e apoio escolares, à ampliação e ao desenvolvimento de recursos pedagógicos e à melhoria e expansão das unidades escolares.

2.4 - Garantir que as unidades escolares de educação infantil façam a devida adequação de seu funcionamento, atendendo às necessidades da comunidade em que estão inseridas de acordo com o PPP (Projeto Político Pedagógico) de cada unidade.

2.5. Criar Centros de Educação Infantil para atendimento conjunto de crianças de 0 a 05 anos, em tempo integral, conforme padrões mínimos exigidos pela Legislação.

META 3

Assegurar, o aperfeiçoamento pedagógico anualmente através de cursos de Formação Continuada das Secretarias e Instituições que atuam na Educação.

Estratégias:

3.1. Promover a formação continuada dos profissionais que atuam nos Centros Educacionais, assegurando ao Professor o acesso à aquisição de equipamentos essenciais à sua qualificação profissional e aprimoramento de suas condições de trabalho, melhorando o atendimento as crianças da Educação Infantil de acordo com a matriz curricular de sua instituição.

3.2. Reelaborar anualmente e executar projetos pedagógicos que amparem o profissional da educação pública e privada preservando a integridade física, psíquica e moral em caso de agressões de natureza verbal, física e psicológica denúncias sem provas, punições sem justa causa.

3.3. Divulgar, trimestralmente, os relatórios de aplicação da totalidade dos recursos financeiros gastos com manutenção e desenvolvimento da educação infantil, provenientes do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB - bem como provenientes da receita resultante de outros impostos para a manutenção e desenvolvimento da Educação Básica;

3.4. Garantir atuação de profissionais qualificados para atuarem nas salas de creche e educação infantil desse Município.

3.5. Avaliar periodicamente todos os projetos pedagógicos das instituições da Educação Infantil, visando a melhoria do atendimento das crianças, considerando também as práticas pedagógicas oportunizadas pelos educadores.

1.2 ENSINO FUNDAMENTAL

DIAGNÓSTICO

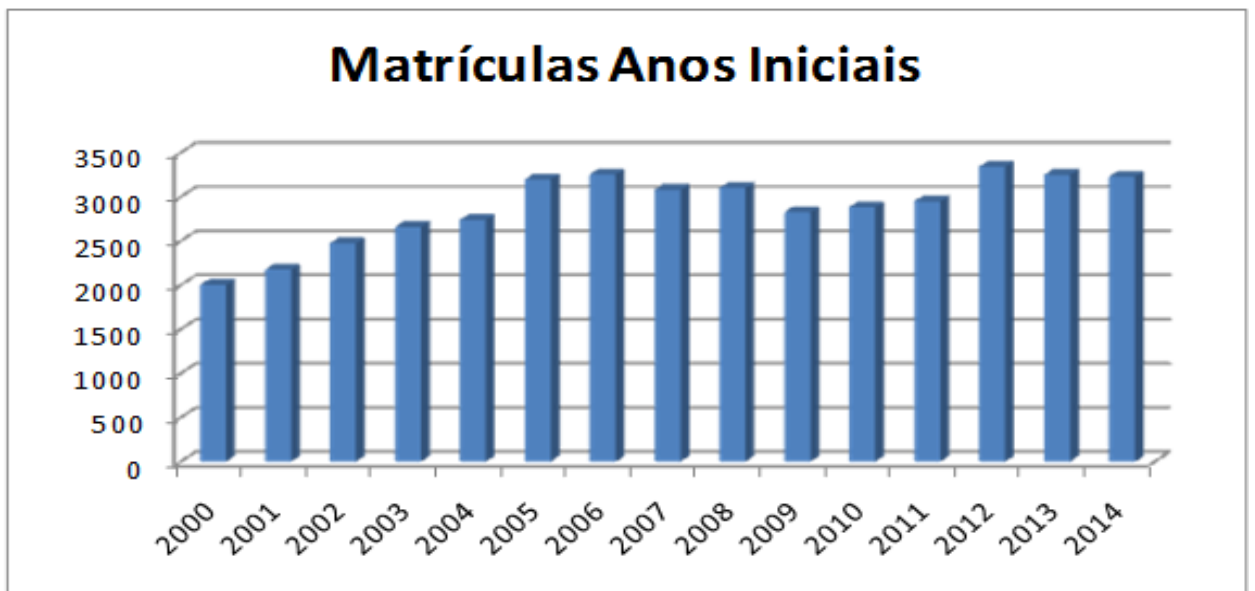
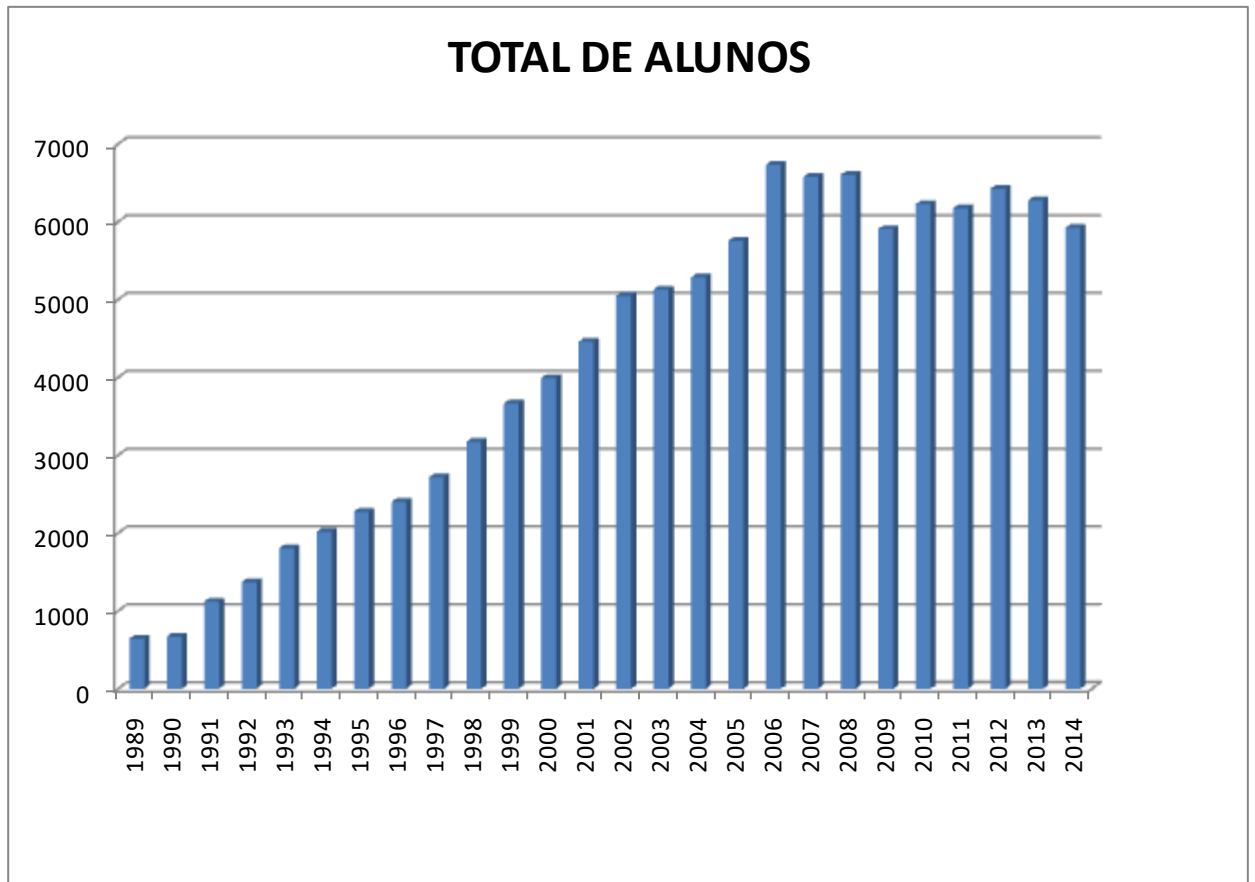
Considerando o diagnóstico, peça fundamental para a construção do Plano Municipal de Educação, seguem dados estatísticos fornecidos pelas Escolas da rede estadual, rede municipal e rede privada, com o número de matrículas e aprovação. Estes dados poderão nos dar uma visão da situação real em que se encontra o Ensino Fundamental em nosso Município.

A rede de ensino em Campo Verde, de acordo com dados da Secretaria Municipal de Educação e Cultura (2015) possui 16 escolas que atendem o Ensino Fundamental, sendo 8 escolas da rede municipal, 5 escolas da rede estadual e 3 escolas da rede privada. Das 16 escolas que estão localizadas no município, 11 estão na Zona urbana, sendo que uma destas atende alunos do campo, e outras 5 estão localizadas na Zona rural.

A implantação do Ensino Fundamental de nove anos começou na rede municipal de ensino em 2000, através de discussões e estudos com a Secretaria Municipal de Educação e Cultura. A rede estadual iniciou em 1999 o Ensino Fundamental de nove anos com o Ciclo Básico de Aprendizagem. A legislação que regulamenta o ensino fundamental de nove anos é a Resolução do Conselho Estadual de Educação (CEE) nº 002/2009, no artigo 25 *“O Ensino Fundamental, segunda Etapa da Educação Básica, constitui-se direito obrigatório e gratuito na escola pública e terá duração mínima de nove anos, iniciando-se a partir dos seis anos de idade”*.

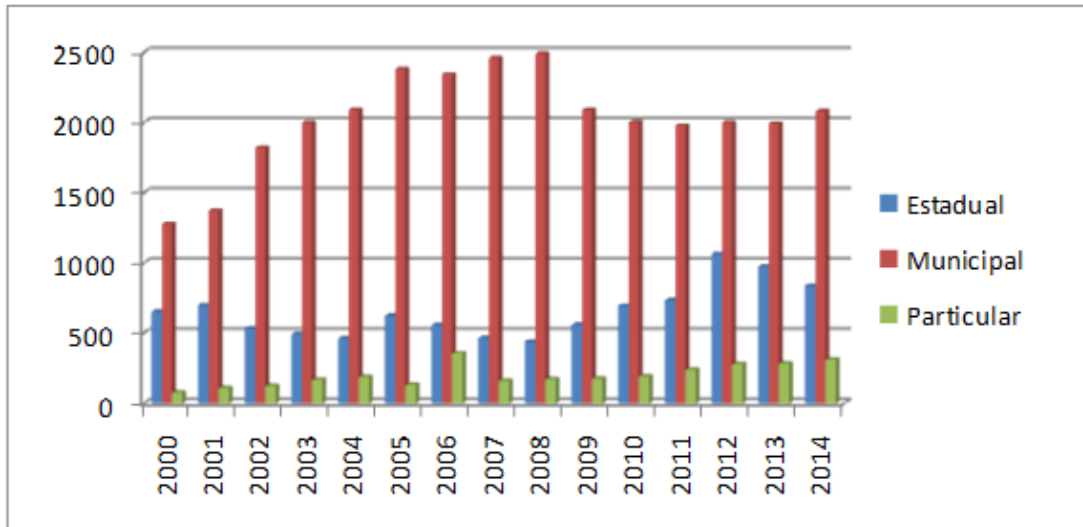
No município o Ensino Fundamental teve um crescimento no número de matrículas contínuo nos anos de 1989 até 2006, já nos anos subsequentes entre 2006 a 2014 obtivemos oscilações, na sua maioria diminuindo o número de alunos matriculados.

Média de crescimento anual do Ensino Fundamental 1989 a 2014

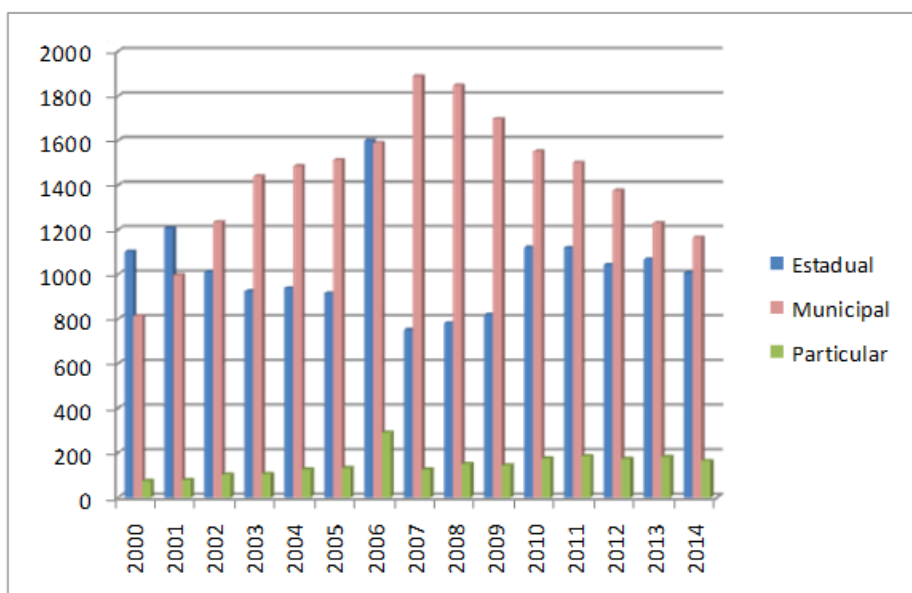
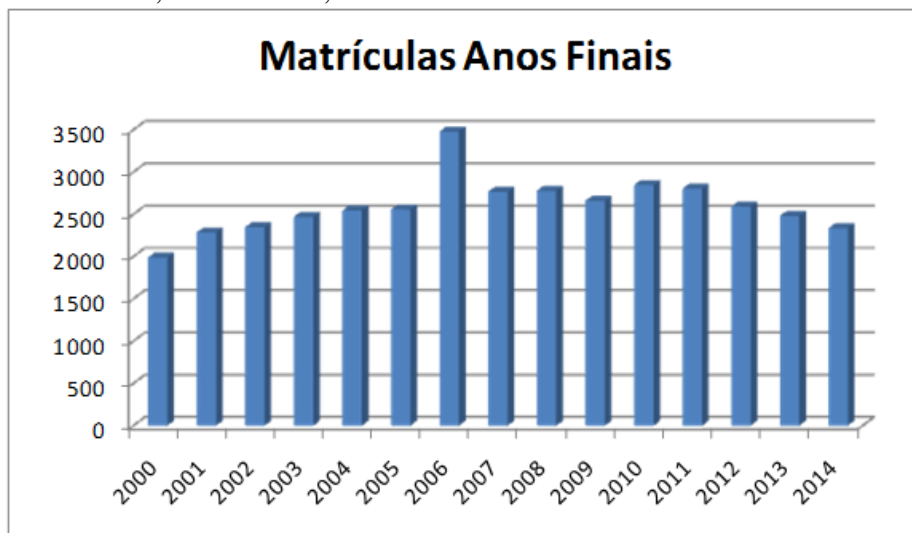


A taxa de matrícula no Ensino Fundamental nos anos iniciais, entre os de 2000 a 2014 sofreu um aumento em torno de 161,15%, sendo que na rede estadual houve um

crescimento de 128,22%, na rede municipal de 163,13%, e na rede privada um crescimento de 410,52%.



Quanto ao Ensino Fundamental nos anos finais nesse mesmo período, a matrícula inicial geral apresentou um crescimento de 117,44%. Na rede estadual a taxa ficou em 91,37%, na rede municipal em 143,29% e na rede privada, seguindo a mesma tendência das séries iniciais, cresceu 221,62%.



A redução da matrícula é uma tendência nacional. De acordo com o MEC o decréscimo observado na matrícula em toda a Educação Básica decorre, principalmente, da acomodação do sistema educacional, em especial na modalidade regular do Ensino Fundamental. (MEC/INEP, p.2, 2010)

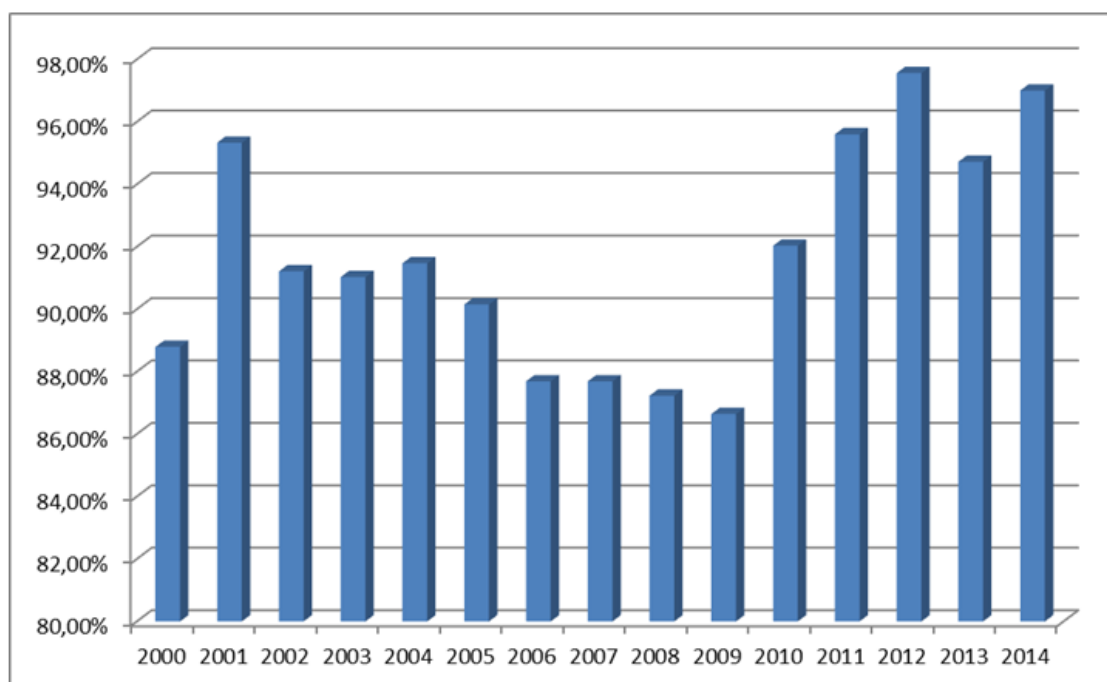
A análise do comportamento da matrícula não pode prescindir da comparação entre o contingente atendido pelo sistema educacional e o tamanho dos respectivos cortes consideradas adequadas à cada etapa de escolarização. Com a ampliação do ensino fundamental para 9 anos, parte da população de 6 anos, que antes era atendida na educação infantil, passou a ser matriculada no ano inicial do esquema de 9 anos.

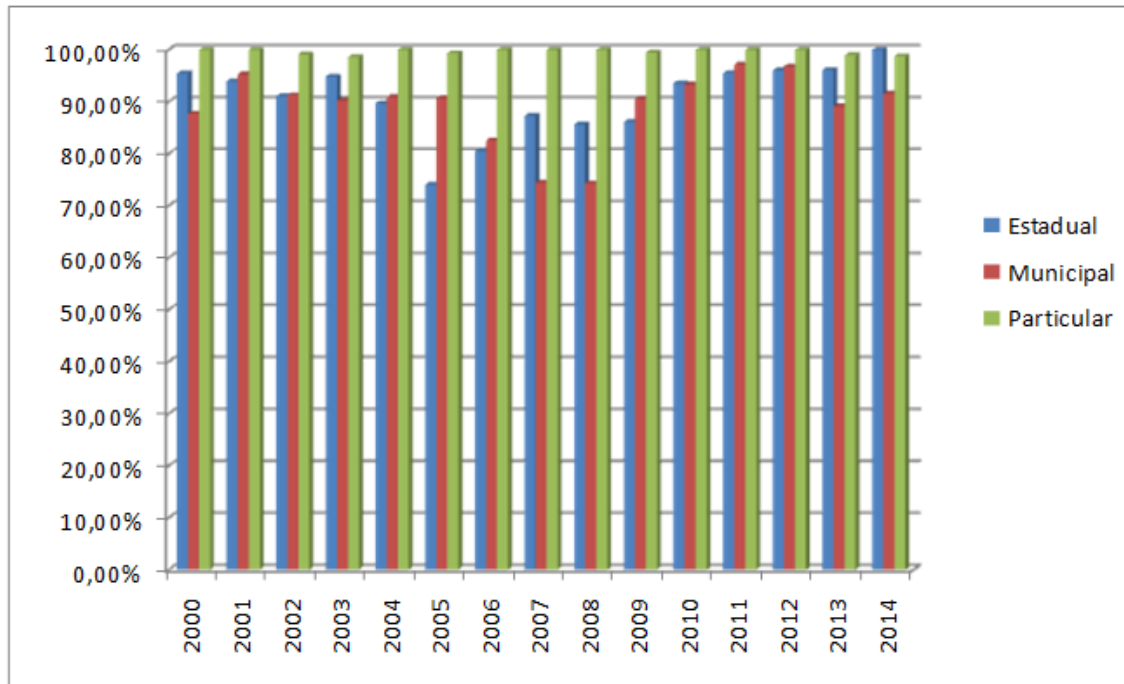
Outro aspecto que tem impacto na distribuição e no contingente de alunos na educação básica é o comportamento dos indicadores de rendimento escolar. Com mais alunos sendo aprovados e, conseqüentemente, promovidos aos anos subsequentes, aumenta o número de habilitados a ingressar nas próximas etapas de escolarização.

Os especialistas chamam este movimento de fluxo escolar. Historicamente, o sistema educacional brasileiro foi pouco eficiente em sua capacidade de produzir concluintes na idade correta. No entanto, a tendência atual mostra aumento no número de alunos que ultrapassam os anos iniciais do ensino fundamental. Daí a queda na matrícula e, por conseqüência, a ampliação da demanda para os anos finais dessa etapa de ensino. (MEC/INEP, p. 2, 2010)

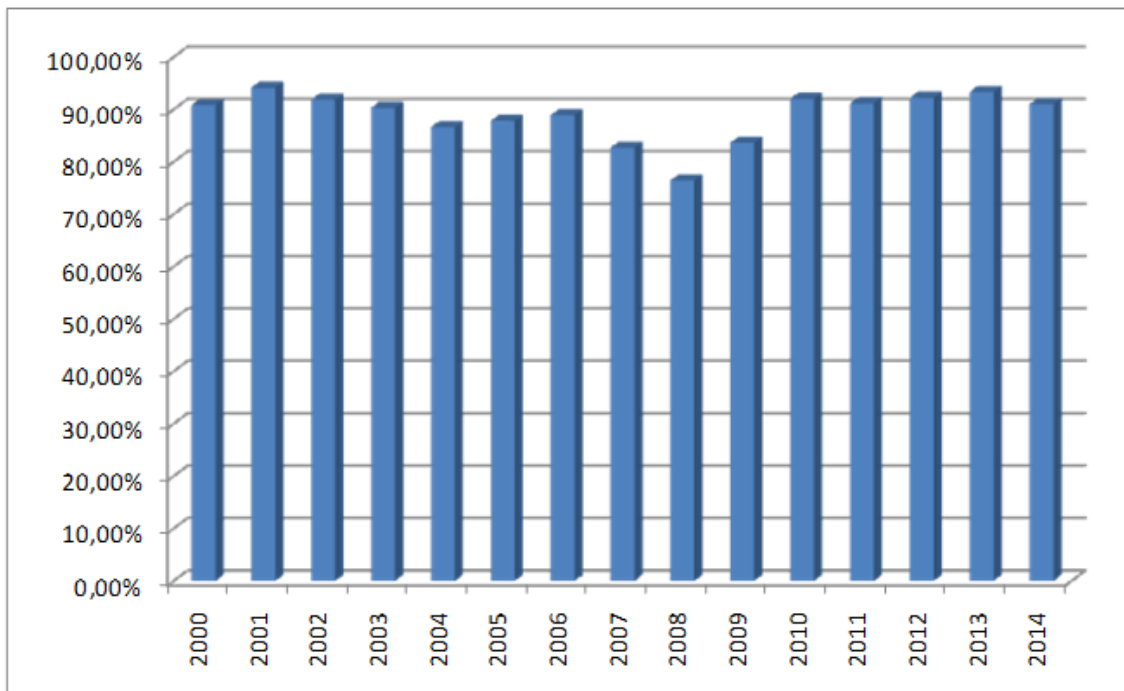
Com relação à aprovação no Ensino Fundamental percebe-se uma leve variação em todas as redes de ensino, mas, de modo geral os dados indicam uma tendência geral na elevação dos índices.

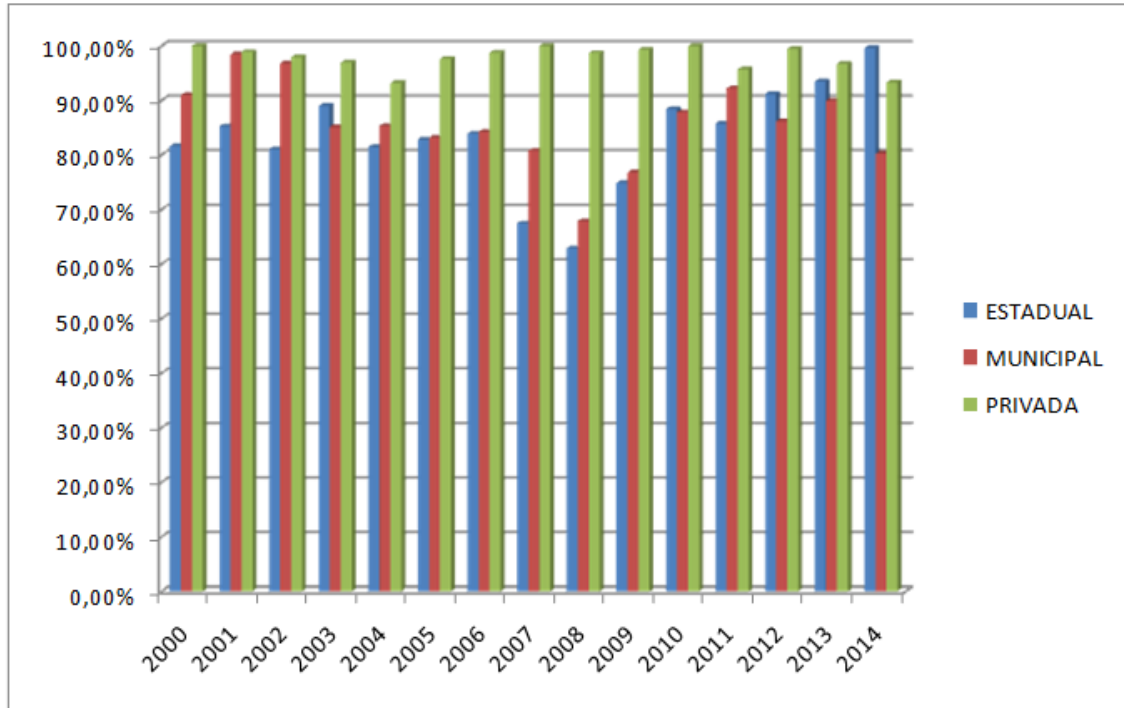
Taxa de Aprovação no Ensino Fundamental 1º ao 5º Ano, por dependência administrativa – 2000 a 2014.





Taxa de Aprovação no Ensino Fundamental 6º ao 9º Ano, por dependência administrativa – 2000 a 2014.





IDEB

O IDEB foi criado pelo Inep, para estabelecer metas bienais de qualidade a serem atingidas não apenas para o País, mas também por escolas, municípios e estados, em uma escala de zero a dez. É calculado a partir dos dados sobre aprovação da escola, obtidos no Censo Escolar, e médias de desempenho nas avaliações do Inep, o Saeb e a Prova Brasil. A primeira avaliação realizada no município foi no ano de 2005, sendo que só algumas escolas foram contempladas com a avaliação. Na tabela abaixo temos os dados do IDEB já observados e os que teremos que atingir até 2021.

PROVA BRASIL

Ano	Ensino Fundamental	Disciplina	Brasil	Mato Grosso	Pública/ MT	Estadual	Municipal	Privada/MT
2013	Anos Iniciais	Matemática	205,10	199,62	203,00	197,32	217,67	244,17
2013	Anos Iniciais	Português	189,72	185,66	188,68	186,36	203,54	229,88
2013	Anos Finais	Matemática	244,76	232,26	234,93	234,18	256,82	289,70
2013	Anos Finais	Português	240,22	229,74	232,00	233,39	254,97	274,73

A Escala Saeb varia dependendo da disciplina e da etapa escolar. As habilidades mais complexas em português estão concentradas nas pontuações que variam entre 325 a 350 no 5º ano, 375 a 400 no 9º ano; e em matemática nas pontuações que variam entre 325 a 350 no 5º ano, 400 a 425 no 9º ano. Podemos observar nas tabelas que a melhoria na qualidade de educação de Campo Verde é uma questão de prioridade para o gestor em cada unidade escolar.

	ANOS INICIAS										ANOS FINAIS									
	IDEB OBSERVADO					METAS					IDEB OBSERVADO					METAS				
	2005	2007	2009	2011	2013	2009	2011	2013	2021	2005	2007	2009	2011	2013	2007	2009	2011	2013	2021	
TOTAL	3,8	4,2	4,6	5,0	5,2	4,2	4,6	4,9	6,0	3,5	3,8	4,0	4,1	4,2	3,5	3,7	3,9	4,4	5,5	
DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA																				
PÚBLICA	3,6	4,0	4,4	4,7	4,9	4,0	4,4	4,7	5,8	3,2	3,5	3,7	3,9	4,0	3,3	3,4	3,7	4,1	5,2	
ESTADUAL	3,5	4,3	4,8	4,9	5,2	3,9	4,3	4,6	5,7	2,9	3,6	4,2	4,3	4,2	2,9	3,1	3,3	3,7	4,9	
MUNICIPAL	4,3	4,5	5,1	5,6	5,7	4,7	5,1	5,4	6,4	3,7	4,5	4,6	5,3	4,7	3,7	3,9	4,2	4,6	5,7	
PRIVADA	5,9	6,0	6,4	6,5	6,7	6,3	6,6	6,8	7,5	5,8	5,8	5,9	6,0	5,9	5,8	6,0	6,2	6,5	7,3	

Distorção

A distorção idade-série nas escolas do município de Campo Verde fica em torno de 6%. A cada 100 alunos, aproximadamente 6 estão com atraso escolar em média de 2 anos.

Tabela idade-série nas escolas de Campo Verde

Nome da Escola	Distorção Idade-Série
Escola Progresso	0%
Escola Municipal Dona Sabina Lazarin Prati	4%
Escola Estadual Waldemon Moraes Coelho	7%
Escola Estadual Jupiara	2%
Escola Municipal Dona Maria Artemir Pires	6%
Escola Municipal São Lourenço	10%
Escola Coopercamp	1%
Educandário Espirita Maria de Lourdes	14%
Escola Municipal Monteiro Lobato	12%
Centro Educacional Paulo Freire	9%
Escola Estadual Ledy Anita Brescancin	1%
Escola Estadual Alice Barbosa Pacheco	1%
Escola Estadual Boa Esperança	2%
Escola Municipal Paraíso	5%
Escola Municipal José Garbúgio	9%
Escola Municipal Santo Antônio	7%

Fonte: Inep 2013 Organizado por Mentt 2014

META 5:

Universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos conclua essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PME.

Estratégias:

5.1. Implantar direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento que configurarão a base nacional comum curricular do ensino fundamental;

5.2. Criar mecanismos para o acompanhamento individualizado dos (as) alunos (as) do ensino fundamental: aula de apoio pedagógico, desenvolver tecnologias pedagógicas que combinem, de maneira articulada, a organização do tempo e das atividades didáticas entre a escola e o ambiente comunitário;

5.3. Promover a relação das escolas com instituições privadas e públicas, e movimentos culturais, a fim de garantir a oferta regular de atividades culturais para a livre fruição dos (as) alunos (as) dentro e fora dos espaços escolares, assegurando ainda que as escolas se tornem polos de criação e difusão cultural;

5.4. Incentivar a participação dos pais ou responsáveis no acompanhamento das atividades escolares dos filhos por meio do estreitamento das relações entre as escolas e as famílias;

5.5. Oferecer atividades extracurriculares de incentivo aos (às) estudantes e de estímulo a habilidades, inclusive mediante certames e concursos nacionais;

5.6. Promover atividades de desenvolvimento e estímulo a habilidades esportivas nas escolas, interligadas a um plano de disseminação do desporto educacional e de desenvolvimento esportivo nacional.

META 6:

Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem, e que no máximo, até o 3º (terceiro) ano do ensino fundamental todas as crianças estejam alfabetizadas, para que o município possa atingir as médias nacionais do IDEB.

Estratégia:

6.1. Estabelecer e implantar, mediante pactuação interfederativa, diretrizes pedagógicas para a educação básica e a base nacional comum dos currículos, com direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento dos (as) alunos (as) para cada ano do ensino fundamental, respeitada a diversidade local;

6.2. Assegurar que todas as escolas de educação básica em todas as modalidades tenham desencadeado o processo para a reelaboração do seu projeto político-pedagógico, com observância das Diretrizes Curriculares e/ou políticas estadual e municipal, com efetiva participação da comunidade.

6.3. Acompanhar as práticas pedagógicas realizadas nas escolas, estimulando o desenvolvimento da aprendizagem dos alunos;

6.4. Estimular os professores a participarem de cursos de capacitação específico para as dificuldades dos alunos;

6.5. Assegurar que:

a) No quinto ano de vigência deste PME, pelo menos 70% (setenta por cento) dos (as) alunos (as) do ensino fundamental tenham alcançado nível suficiente de aprendizado em relação aos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de seu ano de estudo, e 50% (cinquenta por cento), pelo menos, o nível desejável;

b) No último ano de vigência deste PME, todos os (as) estudantes do ensino fundamental tenham alcançado nível suficiente de aprendizado em relação aos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de seu ano de estudo, e 80% (oitenta por cento), pelo menos, o nível desejável;

6.6. Constituir, em colaboração entre a União, o Estado, e o Município, um conjunto nacional de indicadores de avaliação institucional com base no perfil do alunado e do corpo de profissionais da educação, nas condições de infraestrutura das escolas, nos recursos pedagógicos disponíveis, nas características da gestão e em outras dimensões relevantes, considerando as especificidades das modalidades de ensino;

6.7. Formalizar e executar os planos de ações articuladas dando cumprimento às metas de qualidade estabelecidas para a educação básica pública e às estratégias de apoio técnico e financeiro voltadas à melhoria da gestão educacional, à formação de professores e professoras e profissionais de serviços e apoio escolares, à ampliação e ao desenvolvimento de recursos pedagógicos e à melhoria e expansão da infraestrutura física da rede escolar;

6.8. Desenvolver indicadores específicos de avaliação da qualidade da educação especial, bem como da qualidade da educação bilíngue para surdos;

6.9. Orientar as políticas das redes estaduais e municipais de ensino, de forma a buscar atingir as metas do IDEB, diminuindo a diferença entre as escolas com os menores índices e a média nacional, garantindo equidade da aprendizagem e reduzindo pela metade, até o último ano de vigência deste PME, as diferenças entre as médias dos índices das redes estaduais e municipais de ensino;

6.10. Fixar, acompanhar e divulgar os resultados pedagógicos dos indicadores do sistema nacional de avaliação da educação básica e do IDEB, e a avaliação nacional da alfabetização, relativos às escolas, às redes públicas de educação básica, assegurando a contextualização desses resultados, com relação a indicadores sociais relevantes, como os de nível socioeconômico das famílias dos (as) alunos (as), e a transparência e o acesso público às informações técnicas de concepção e operação do sistema de avaliação;

6.11. Incentivar o desenvolvimento, selecionar, certificar e divulgar tecnologias educacionais para o ensino fundamental e incentivar práticas pedagógicas inovadoras que assegurem à melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem asseguradas à diversidade de métodos e propostas pedagógicas, com preferência para softwares livres e recursos educacionais abertos, bem como o acompanhamento dos resultados nos sistemas de ensino em que forem aplicadas;

6.12. Garantir políticas de combate à violência na escola e a construção da cultura de paz e ambiente escolar dotado de segurança para a comunidade escolar.

6.13. Assegurar o desenvolvimento de projetos curriculares articulados com a base nacional comum, relacionados à Educação Ambiental, à Educação das Relações Étnico-Raciais e dos direitos humanos e música.

6.14. Colaborar nas ações juntamente com a União e Estado, envolvendo as Secretarias de Educação, de Saúde, de Bem Estar Social, Ambiental, de Cultura, de Ação Social, Conselhos Tutelares e Conselhos Municipais de Educação para o pleno atendimento das necessidades dos estudantes da educação básica, incluindo equipe multiprofissional (pedagogos, assistente social, fonoaudiólogos e outros), sem ônus para a educação.

6.15. Garantir a renovação e manutenção periódica dos equipamentos de multimídia, informática e laboratoriais, com profissional capacitado para o funcionamento da unidade escolar com a atribuição de auxiliar o professor.

6.16. Apoiar ações de Educação Ambiental articuladas com os projetos político-pedagógicos das escolas que contribuam ou promovam o desenvolvimento local sustentável.

6.17. Orientar as escolas para que o ensino da educação religiosa e as solenidades escolares sejam realizados com base na laicidade do ensino, primando pelo direito democrático da religiosidade de todos os povos e culturas, conforme legislação vigente.

META 7

Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos (as) alunos (as) da educação básica até o ultimo ano de vigência deste PME.

Estratégias:

7.1. Promover, com o apoio da União, a oferta de educação básica pública em tempo integral, por meio de atividades de acompanhamento pedagógico e multidisciplinares, inclusive culturais e esportivas, de forma que o tempo de permanência dos (as) alunos (as) na escola, ou sob sua responsabilidade, passe a ser igual ou superior a 07 (sete) horas diárias durante todo o ano letivo, com a ampliação progressiva da jornada de professores em uma única escola;

7.2. Aderir, em regime de colaboração, programa de construção de escolas com padrão arquitetônico e de mobiliário adequado para atendimento em tempo integral, prioritariamente em comunidades pobres ou com crianças em situação de vulnerabilidade social;

7.3. Institucionalizar e manter, em regime de colaboração, programa nacional de ampliação e reestruturação das escolas públicas, por meio da instalação de quadras poliesportivas, laboratórios, inclusive de informática, espaços para atividades culturais, bibliotecas, auditórios, cozinhas, refeitórios, banheiros e outros equipamentos, bem como da produção de material didático e da formação de recursos humanos para a educação em tempo integral;

7.4. Fomentar a articulação da escola com os diferentes espaços educativos, culturais e esportivos e com equipamentos públicos, como centros comunitários, bibliotecas, praças, parques, museus, teatros, cinemas e planetários;

7.5. Estimular a oferta de atividades voltadas à ampliação da jornada escolar de alunos (as) matriculados nas escolas da rede pública de educação básica por parte das entidades privadas de serviço sociais vinculadas ao sistema sindical, de forma concomitante e em articulação com a rede pública de ensino;

7.6. Adotar medidas para otimizar o tempo de permanência dos alunos na escola, direcionando a expansão da jornada para o efetivo trabalho escolar, combinado com atividades recreativas, esportivas e culturais.

7.7. Garantir atividades de apoio às tarefas escolares de todas as escolas que implantarem carga horária de 07 horas, com previsão de espaço físico, recursos financeiros e profissionais da educação em número suficiente.

7.8. Criar um sistema para acompanhamento e avaliação dos resultados obtidos na implementação do currículo com carga horária ampliada.

7.9. Garantir, no mínimo, 03 (três) refeições diárias em todas as escolas que implantarem carga horária de 07 horas.

1.3 ENSINO MÉDIO

DIAGNÓSTICO

Coerente com a LDB, o Ensino Médio, etapa final da educação básica, com duração mínima de três anos, tem como finalidade a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos, bem como a preparação básica para o trabalho e a cidadania e o aprimoramento do educando como pessoa humana, para continuar aprendendo.

A rede ensino de Campo Verde dispõe de seis escolas que atendem alunos de Ensino Médio.

Escola	Bairro	Rede	Localização
Centro Integrado De Ensino Médio Progresso	Centro	Particular	Urbana
Coopercamp	Estação Da Luz	Particular	Urbana
EE Boa Esperança	Campo Verde	Estadual	Rural
EE Ulisses Guimaraes	Centro	Estadual	Urbana
EE Waldemon Moraes Coelho	Centro	Estadual	Urbana
EE Alice Barbosa Pacheco	Zona Rural	Estadual	Rural

A realidade do Ensino Médio em Campo Verde não difere de outros municípios do Estado de Mato Grosso, a qualidade vem melhorando gradativamente, mas há muito a avançar tanto na oferta para os egressos do Ensino Fundamental, quanto para alunos

oriundos de outras cidades e Estados, a fim de atender sua totalidade com qualidade. Ofertando materiais didáticos, distribuídos gratuitamente, pautado numa infraestrutura que atenda as necessidades educacionais que oportunize aos educandos o acesso ao ensino superior gratuito e ao mercado de trabalho.

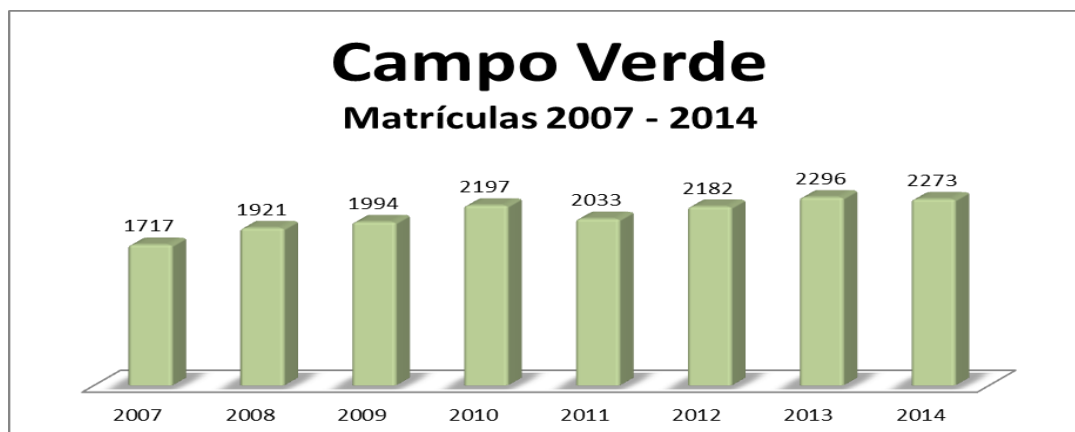
Apesar das mudanças ocorridas nos últimos anos podemos ainda identificar alguns problemas:

- ✓ Fluxo irregular, alunos não dão continuidade aos estudos;
- ✓ Alunos oriundos do Ensino Fundamental sem conhecimentos básicos necessários;
- ✓ Falta de perspectiva e muita desmotivação dos estudantes;
- ✓ Ausência da família na escola (desestruturação familiar);
- ✓ Presença de drogas nas escolas;
- ✓ Carência de recursos financeiros nas instituições escolares;
- ✓ Ausência de laboratórios de ciências físicas químicas e biológicas, falta de materiais pedagógicos e humanos;
- ✓ Profissionais admitidos temporariamente sem as mesmas condições do professor efetivo.
- ✓ Falta de concurso público para efetivar profissionais temporários.

Observou-se nos últimos anos que no Ensino Médio houve uma melhora no que diz respeito ao acesso, infraestrutura e aumento da oferta de vagas. Aproximadamente 500 novas vagas foram abertas, o que corresponde a 16 novas salas de aulas no último decênio. Dentre as novas vagas destacamos as geradas nas escolas da zona rural, facilitando dessa forma a inclusão de alunos do campo no Ensino Médio.

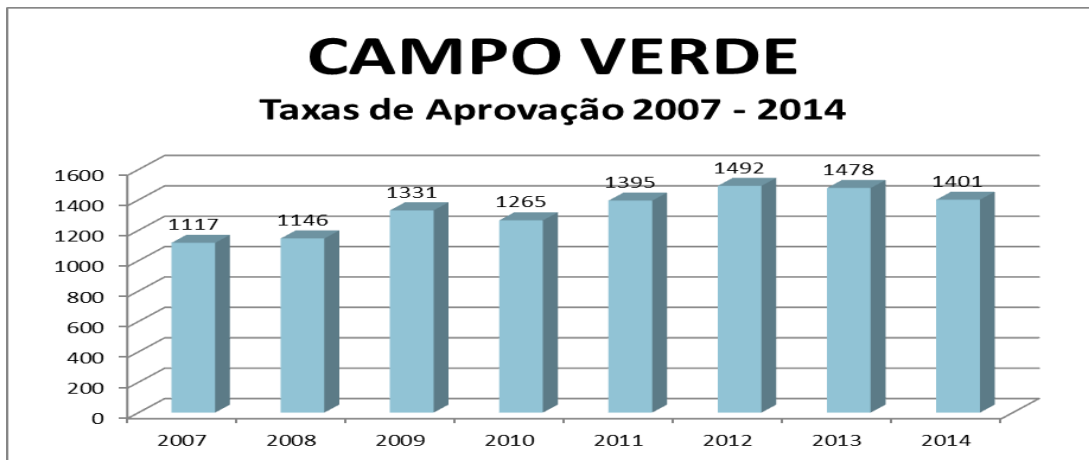
A rede particular de Ensino Médio atende aproximadamente 10% (dez por cento) da demanda do município.

Observa-se no gráfico abaixo o aumento no número de matrículas:

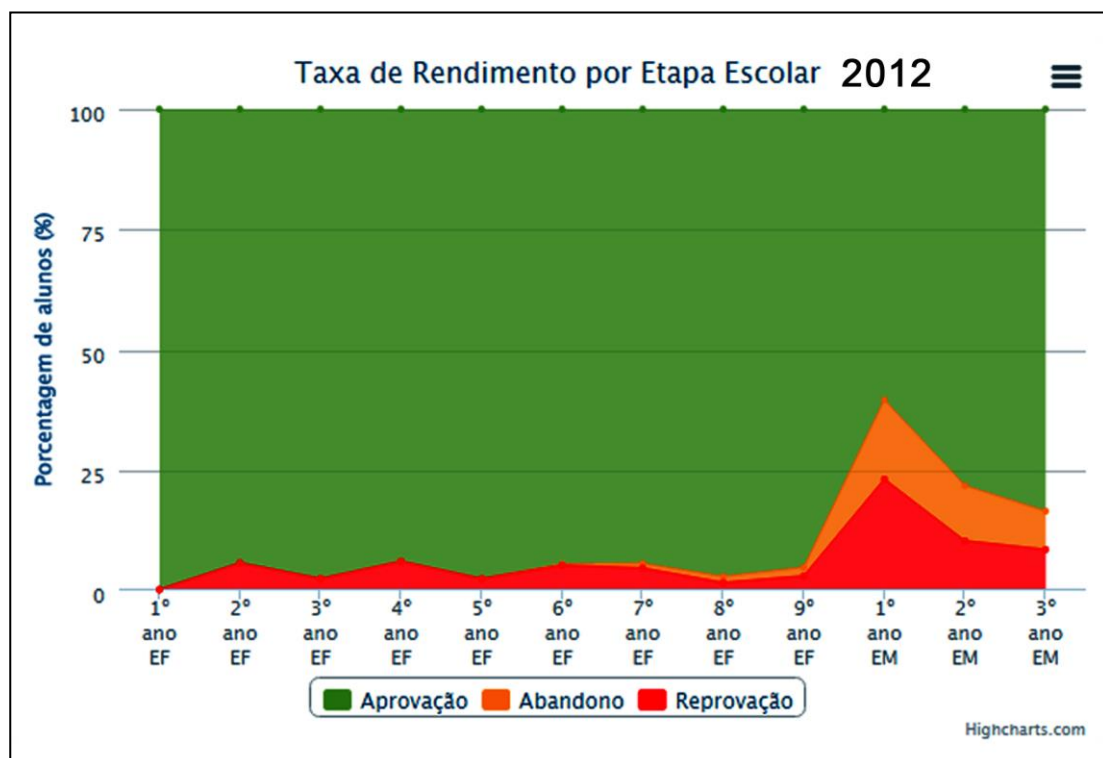


TAXA DE APROVAÇÃO

Percebe-se no gráfico abaixo que a taxa de aprovação pouco evoluiu nos últimos anos.

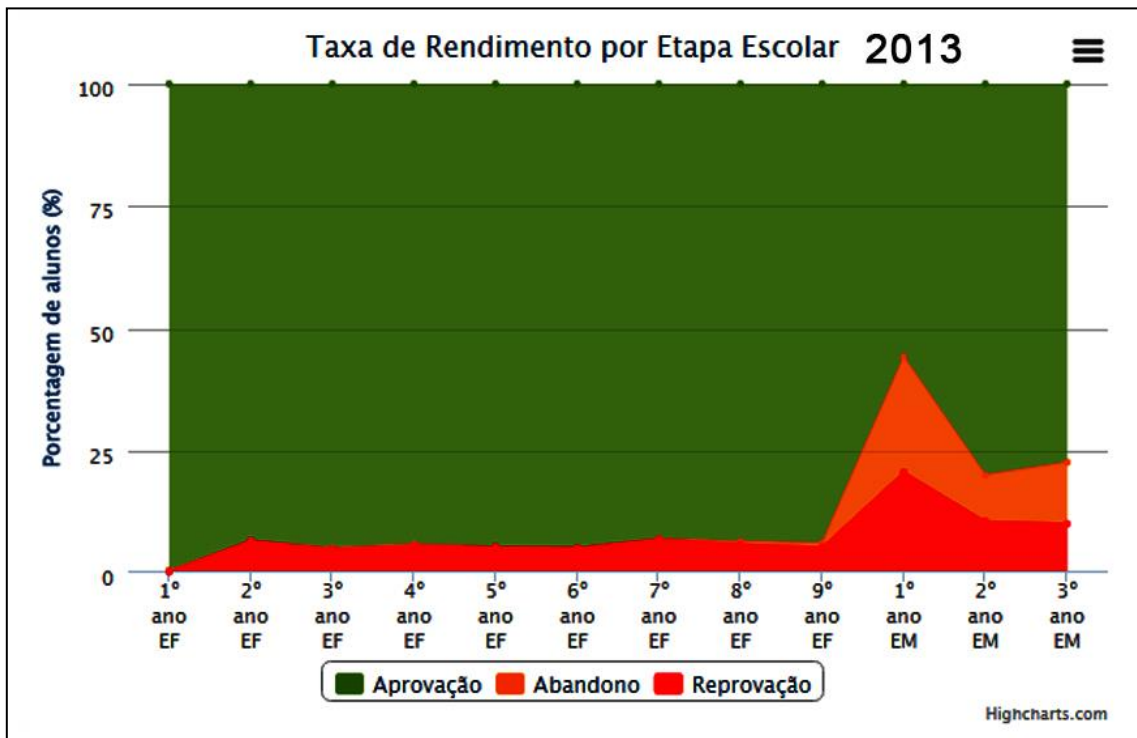


Considerando, os gráficos anteriores que apresentam o aumento no número de matrículas e uma constância no número de aprovados, podemos concluir que ocorreu um aumento nas taxas de evasão e reprovação. Nos próximos gráficos observaremos que os maiores índices de evasão e repetência encontram-se nos primeiros anos do Ensino Médio, o que explica-se por uma formação deficitária no Ensino Fundamental, principalmente nas escolas estaduais que valem-se do sistema de “ciclo”, fato que contribui para o fracasso e conseqüente desmotivação dos estudantes desse nível. Os dados obtidos compreendem o período entre os anos de 2010 e 2013 apresentados nos gráficos abaixo.



Ensino Médio	Reprovação	Abandono	Aprovação
1º ano EM	23,1% 194 reprovações	16,5% 138 abandonos	60,4% 505 aprovações
2º ano EM	10,3% 54 reprovações	11,5% 61 abandonos	78,2% 409 aprovações
3º ano EM	8,5% 36 reprovações	8,0% 34 abandonos	83,5% 352 aprovações

Fonte: Censo Escolar 2012, Inep. Organizado por Meritt. Classificação não oficial.



Ensino Médio	Reprovação	Abandono	Aprovação
1º ano EM	20,6% 181 reprovações	23,6% 207 abandonos	55,8% 489 aprovações
2º ano EM	10,5% 55 reprovações	9,5% 50 abandonos	80,0% 415 aprovações
3º ano EM	10,0% 44 reprovações	12,6% 55 abandonos	77,4% 337 aprovações

Fonte: Censo Escolar 2013, Inep. Organizado por Meritt. Classificação não oficial.

Considerando-se que os percentuais de repetência e evasão escolar, do período observado, estão significativamente acima de 15%, avalia-se a necessidade de definir estratégias para conter o avanço da evasão escolar. É preciso intervir no trabalho pedagógico o mais rápido possível visando conter o abandono escolar, pois muitos estudantes poderão ficar desmotivados e abandonar a escola, em virtude que altos índices de reprovação e/ou evasão escolar também contribuem para alterar a distorção idade/série.

Cabe ao município apoiar e incentivar melhorias para o Ensino Médio quanto à preparação básica para o trabalho e cidadania, a formação ética do aluno, autonomia, pensamento crítico e a aprendizagem de competências.

META 8

Universalizar, até 2025, o atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos e elevar, até o final do período de vigência deste PME, a taxa líquida de matrículas no Ensino Médio para 85%.

Esta meta do PME prima pela resolução do que vem sendo um dos problemas cruciais do atendimento ao direito à educação no Brasil. Com a aprovação do FUNDEB e, principalmente, da Emenda Constitucional nº 59/2009, que aumenta a obrigatoriedade da oferta da Educação Básica dos 04 aos 17 anos de idade, a questão da universalização do Ensino Médio deixa de ser apenas uma luta da sociedade civil organizada e entra na agenda das políticas governamentais de modo mais efetivo.

Ao observarmos os dados preliminares do Censo da Educação Básica de 2012, que indicam que o Brasil possui 40.554.335 alunos matriculados nas redes públicas estaduais e municipais de ensino, nas áreas urbanas e rurais; e que,

desse total, apenas 7.137.775 estão no Ensino Médio, o que representa 17,6% do total das matrículas, é possível constatar o tamanho do desafio colocado para o atendimento da meta em questão.

Para entender melhor esse desafio, basta olhar os dados do Censo de 2011, que apontam que, de 2007 a 2011, o número de alunos matriculados no Ensino Médio, na idade adequada, se manteve na casa dos 8,4 milhões, enquanto a população com idade entre 15 e 17 anos se manteve na casa dos 10,4 milhões.

No caso do Ensino Médio, mantido o raciocínio, a estimativa é que a situação de equilíbrio da matrícula esteja em torno de 10,4 milhões de alunos, que corresponde à população na faixa etária de 15 a 17 anos, contra os atuais 8,4 milhões de matriculados. Essa dinâmica precisa ser monitorada e acelerada para que haja ampliação da demanda para o Ensino Médio, especialmente se considerar que o aluno potencial do Ensino Médio é o conluente do ensino fundamental, o que significa que a melhoria do atendimento e da taxa de conclusão na idade adequada no ensino fundamental requer uma expansão significativa da oferta do Ensino Médio para o alcance do que prevê a meta. Por essa razão, entre as estratégias previstas no plano, destacamos a necessária renovação do Ensino Médio, com proposta pedagógica que considere práticas pedagógicas com abordagens interdisciplinares estruturadas pela relação entre teoria e prática, por meio de currículos escolares que organizem, de maneira flexibilizada e diversificada, conteúdos obrigatórios e eletivos articulados em dimensões como ciência, trabalho, linguagens, tecnologia, cultura e esporte.

Assim, os desafios colocados são muitos e passam pela efetivação do regime de colaboração como definido no § 4º da citada emenda, quando determina que, na organização de seus sistemas de ensino, a União, o Estado e os Municípios definirão formas de colaboração, de modo a assegurar a universalização do ensino obrigatório.

Dentre os principais programas, projetos e ações do Ministério da Educação destinado ao atendimento do Ensino Médio com qualidade, destacam-se o Plano de Ações Articuladas (PAR), o Programa Ensino Médio Inovador, o Ensino Médio articulado à educação profissional, as feiras de ciências, os programas de transferência de renda, transporte escolar, alimentação escolar, dentre outros.

Estratégias:

8.1. Apoiar a institucionalização do programa nacional de renovação do Ensino Médio, a fim de incentivar práticas pedagógicas com abordagens interdisciplinares estruturadas pela relação entre teoria e prática, por meio de currículos escolares que organizem, de maneira flexível e diversificada,

conteúdos obrigatórios e eletivos articulados em dimensões como ciência, trabalho, linguagens, tecnologia, cultura e esporte, garantindo-se a aquisição de equipamentos e laboratórios, a produção de material didático específico, a formação continuada de professores e a articulação com instituições acadêmicas, esportivas e culturais;

8.2. Apoiar a relação professor/estudante, infraestrutura e material didático adequada ao processo educativo, considerando as características desta etapa de ensino, conforme os padrões do Custo Aluno Qualidade.

8.3. Incentivar a manutenção e a ampliação de programas e ações de correção de fluxo, por meio do acompanhamento individualizado do estudante com rendimento escolar defasado e pela adoção de práticas como aulas de reforço no turno complementar, estudos de recuperação e progressão parcial, de forma a reposicioná-lo no ciclo escolar de maneira compatível com sua idade.

8.4. Verificar a oferta de vagas para o Ensino Médio nos turnos diurno e noturno, bem como a distribuição territorial das escolas de Ensino Médio, de forma a atender a toda a demanda de acordo com as necessidades específicas dos alunos.

8.5. Acompanhar a implantação, imediata, em todas as escolas de uma organização curricular para o ensino noturno regular, de modo a atender as especificidades do aluno trabalhador.

8.6. Apoiar a garantia de que no currículo sejam inseridas atividades que utilizem outros espaços pedagógicos além da sala de aula, possibilitando o acesso a esses locais em todos os turnos.

8.7. Solicitar a implantação e ampliação da oferta do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional para atender a demanda.

8.8. Solicitar a expansão das matrículas gratuitas de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional, observando-se as peculiaridades das populações do campo e das pessoas com deficiência.

8.9. Apoiar cursos profissionalizantes presenciais e a distância, com elevação da escolaridade, para atender demandas específicas, especialmente as comunidades indígenas, quilombolas, trabalhadores que atuam em setores econômicos sazonais e adolescentes em processo de ressocialização.

8.10. Acompanhar a estruturação, o fortalecimento e o monitoramento do acesso e da permanência dos jovens beneficiários de programas de transferência de renda, no Ensino Médio, quanto à frequência, ao aproveitamento escolar e à interação com o coletivo, bem como das situações de discriminação, preconceitos e violências; práticas irregulares de trabalho,

consumo de drogas, gravidez precoce; em colaboração com as famílias e com órgãos públicos de assistência social, saúde, conselhos deliberativos das escolas, igrejas, organizações não governamentais e órgãos de proteção à adolescência e juventude.

1.4 EDUCAÇÃO SUPERIOR

DIAGNÓSTICO

Dentre os muitos problemas enfrentados pela sociedade brasileira, podemos citar que o elevado índice de baixa escolaridade para população é algo gritante e excludente. Em Campo Verde podemos afirmar que este problema também é bastante expressivo, pois a falta de escolarização acarreta a desqualificação profissional e o impedimento das pessoas de ingressarem no mercado de trabalho de forma autônoma e competente. Por isso temos que pensar na educação superior com muita seriedade, pois quando um profissional busca o ensino superior ele busca um novo posicionamento social, seja ele intelectual ou social. O intelectual porque passa a participar de discussões que oportunizam novos olhares sobre o mundo, as coisas e as relações que o cercam, e o social porque passa a mobilizar-se socialmente contribuindo para que as relações sejam melhores, principalmente as relações de trabalho, que constituem trampolim para o lazer, a cultura.

Diante de tudo que expomos acima podemos afirmar que a Educação é um dos fatores determinantes para o êxito dos demais fatores sociais. Uma população escolarizada é uma nação civilizada.

Em Campo Verde temos muitos desafios na educação superior, mas o mais expressivo é a carência de atendimento e a escassez de oportunidades em vagas para o ingresso do ensino superior. Atualmente temos a presença de 03 faculdades em nossa cidade. São elas, Instituto Tecnológico do Ensino Superior (IFMT), Anhanguera, UAB.

No interior dessa realidade, o Plano Nacional de Educação estabelece que até 2011 o país proverá a oferta de educação superior a pelo menos 30% dos jovens entre 18 e 24 anos, sendo que pelo menos 40% dessas vagas deverão estar em instituições públicas. Segundo dados do censo da educação superior, levantados pelo INEP/MEC, em 2005 foram oferecidas 2.167.457 vagas nos cursos de graduação presenciais em todo o Brasil, sendo 278.439 delas nas Instituições de Ensino Superior (IES) públicas e 1.889.018, nas privadas. Entre os ingressantes, foram 258.330 na rede pública e 1.007.807 na rede privada, perfazendo um total de 4.453.156 estudantes matriculados,

sendo 1.192.189 em IES públicas e 3.260.967 em privadas. Constata-se, ainda, que cerca de 65% dos matriculados são jovens entre 18 e 24 anos.

Vê-se, a partir destes dados, que a rede privada oferece 87,1% das vagas, mas apenas 53,3% delas são ocupadas. Isso acontece pelo esgotamento da capacidade de pagamento da população, exigindo, assim, a expansão da rede pública, a fim de elevar sua participação dos 26,8% dos matriculados para 40%, no mínimo. Outrossim, em estudo e pesquisas realizadas constata-se que as vagas das IES públicas federais localizam-se majoritariamente nas capitais, enquanto que as vagas das IES públicas estaduais e municipais encontram-se majoritariamente no interior.

Caso visualizado em nosso Município, pois contamos apenas com Instituições pequenas em nossa cidade, não havendo a presença de nenhuma universidade, a qual em nosso estado só está presente nas grandes cidades e capitais.

META 9.

Requerer dos órgãos competentes, principalmente da União investimento no Ensino Superior, visando elevar a taxa de matrículas na educação superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para pelo menos 40% de novas matrículas no segmento público, até o último ano de vigência deste plano.

Estratégias:

- 9.1. Articular com os órgão e instituições competentes demonstrando a necessidade do ensino superior expressa no Município;
- 9.2. Levantar a demanda de Ensino Superior existente no Município e encaminhar com solicitação para as Instituições da região com potencialidade para atender essa população;
- 9.3. Estabelecer parcerias com a União, Estado e Municípios vizinhos visando à expansão do Ensino Superior;
- 9.4. Divulgar a todos os interessados as políticas de inclusão aos programas de governo (FIES, PROUNE, bolsa CIEE, Projeto Educa Mais), visando assegurar que a comunidade permaneça e conclua o Ensino Superior;

META 10.

Incentivar a elevação gradualmente do número de matrículas na pós graduação (latu senso e estrito sensu) de modo a atingir o maior número de mestres e doutores.

Estratégias:

10.1. Levantar a demanda de curso de pós graduação com a finalidade de atender as necessidades do município, em especial na área da educação, visando articular cursos de pós graduação para os municípios;

10.2. Efetivar parcerias com a União, Estado e entidades privadas, visando a formação continuada dos professores da Educação Básica, a partir da vigência deste Plano Municipal de Educação.

10.3. Sugerir que as Instituições de Ensino Superior latu sensu que incluam temas contemporâneos em suas diretrizes curriculares contemplando cursos de especializações específicos nas áreas de demanda do município;

10.4. Acompanhar os cursos de formação oferecidos no Município, preservando a qualidade dos mesmos.

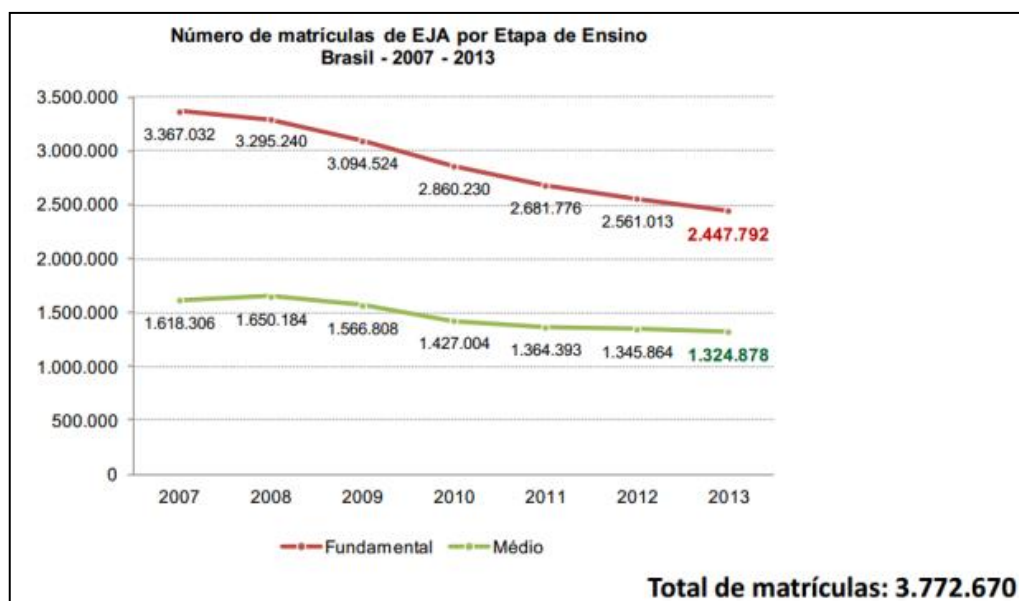
2 MODALIDADES DE ENSINO

2.1 EJA – EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTO

DIAGNÓSTICO

O município de Campo Verde apresenta um crescimento econômico acima da média nacional, cuja base da economia está pautada na produção agrícola, pecuária, indústria, comércio e construção civil. O desenvolvimento do município requer da administração municipal uma política voltada a atender todas as necessidades de sua população, dentre elas destaca-se à relacionada à educação. Portanto, a Educação de Jovens e Adultos é de relevante importância, pois através dela é possível promover uma grande transformação na vida dos estudantes, tornando-os aptos ao pleno exercício da cidadania e à inclusão social. No município de Campo Verde a Educação de Jovens e Adultos define sua identidade como modalidade da Educação Básica, sendo ofertada especialmente na rede pública que atende da alfabetização ao Ensino Médio, embora o atendimento, no âmbito municipal, se restrinja ao Ensino Fundamental dos anos iniciais. A Educação de Jovens e Adultos como oferta de modalidade de ensino é algo novo nos Sistemas Municipais de Educação. É na Constituição de 1988, em disposições transitórias, que a lei incumbe os municípios e, supletivamente, os Estados e a União, de prover cursos presenciais para jovens e adultos. A LDB nº 9.394/96, na seção dedicada a educação básica de jovens e adultos, reafirma o direito destes a um ensino básico

adequado às suas condições, e o dever público de oferecê-lo gratuitamente, na forma de cursos e exames supletivos.



Em décadas passadas, a Educação de Jovens e Adultos sempre foi marcada pela realização de programas de caráter compensatório que não tinha espaço garantido nos sistemas oficiais de ensino. Foram campanhas, movimentos planos, etc., que visavam a atender e sanar as exigências do mercado em expansão.

Entretanto, só nas últimas duas décadas 90/2000 é que as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos, resolução CNE/CEB nº1/2000, definem a EJA como modalidade da Educação Básica e como direito do cidadão, afastando-se das ideias de “compensação, suprimento” e assumindo a de “reparação, equidade e qualificação” o que representa uma conquista e um avanço. Isto posto como direito constitucional, observa-se que a realidade do sistema educacional ainda não professa a inclusão de todos na Educação Básica e, principalmente, para aqueles que não tiveram acesso a essa educação na idade adequada, além de não garantir a qualificação progressiva como estabelece as diretrizes para o EJA.

Resultados preliminares do Censo Escolar 2013, divulgados pelo Ministério da Educação, indicam que 3.102.816 estudantes estão matriculados na educação de jovens e adultos das redes pública estadual e municipal de ensino. Desse total, 2.143.063 (69,1%) estão no ensino fundamental e 959.753 (30,9%) no ensino médio. Dados demonstram redução de 20% em comparação com 2012, quando foram registradas 3.906.877 matrículas.

O Censo Escolar aponta ainda que as matrículas na EJA caíram em relação a 2012. No entanto, se analisarmos um período mais amplo, veremos que em 2007 havia

4.985.338 alunos matriculados na EJA; enquanto em 2013, esse número foi de 3.772.670 alunos. Isso significa que, em seis anos, houve uma queda de 25% nas matrículas na EJA.

Em Mato Grosso como acontece em outros estados do Brasil, os déficits do Ensino Fundamental resultaram, ao longo dos anos, num número expressivo de jovens e adultos que não tiveram acesso ou não lograram terminar o Ensino Fundamental obrigatório. Conforme Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), enquanto em 2004 o estado possuía 199,5 mil pessoas que não sabiam ler e escrever, em 2013 o número chegou a 262 mil, o que corresponde a 8,7% da população geral de Mato Grosso.

Em Campo Verde há também uma redução significativa no número de procura pelo EJA, as matrículas vem diminuindo como à nível nacional, desde 2007 há uma oscilação no número de matrículas, como demonstram os gráficos abaixo.

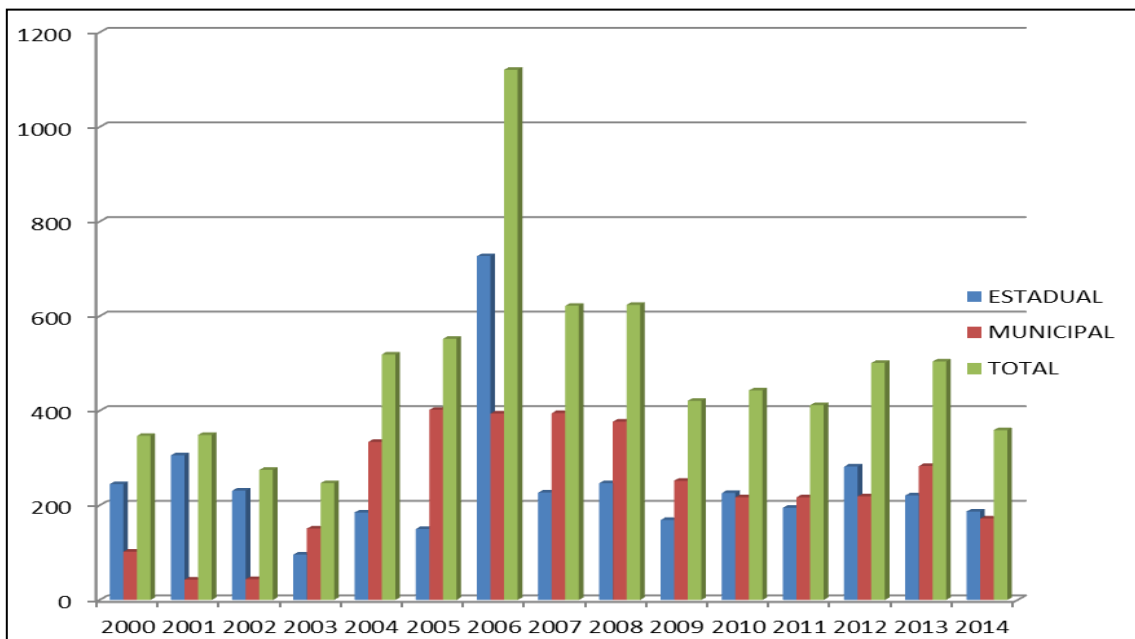


GRÁFICO – APROVADOS ANOS INICIAIS (EJA)

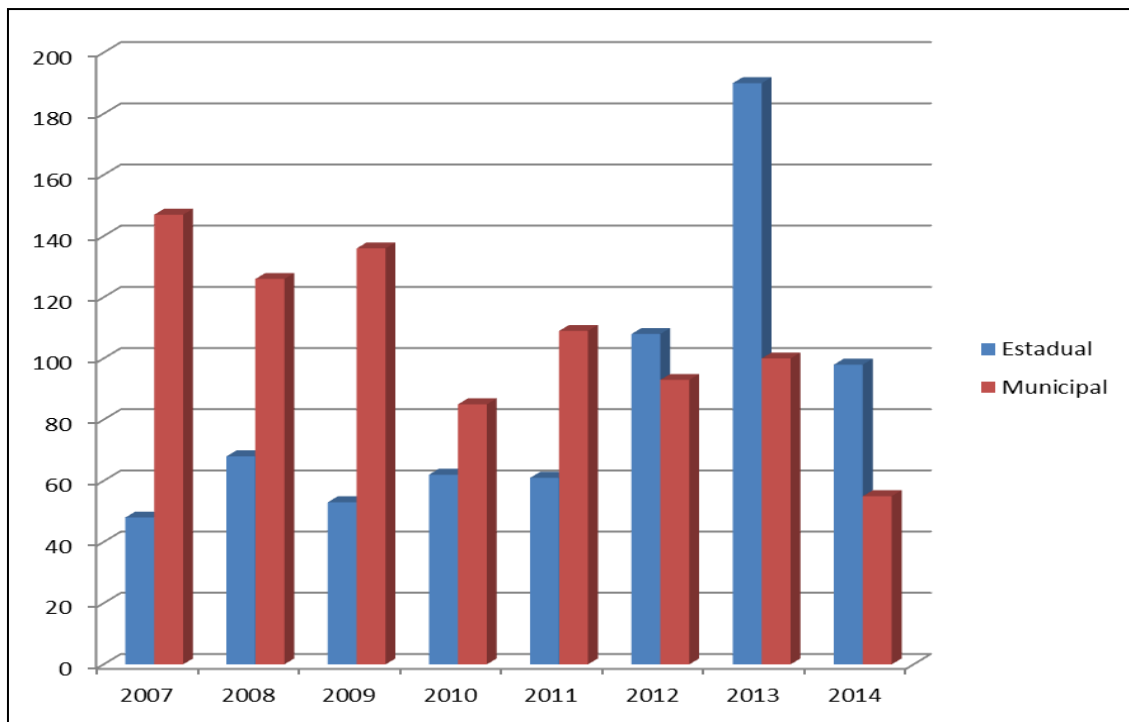
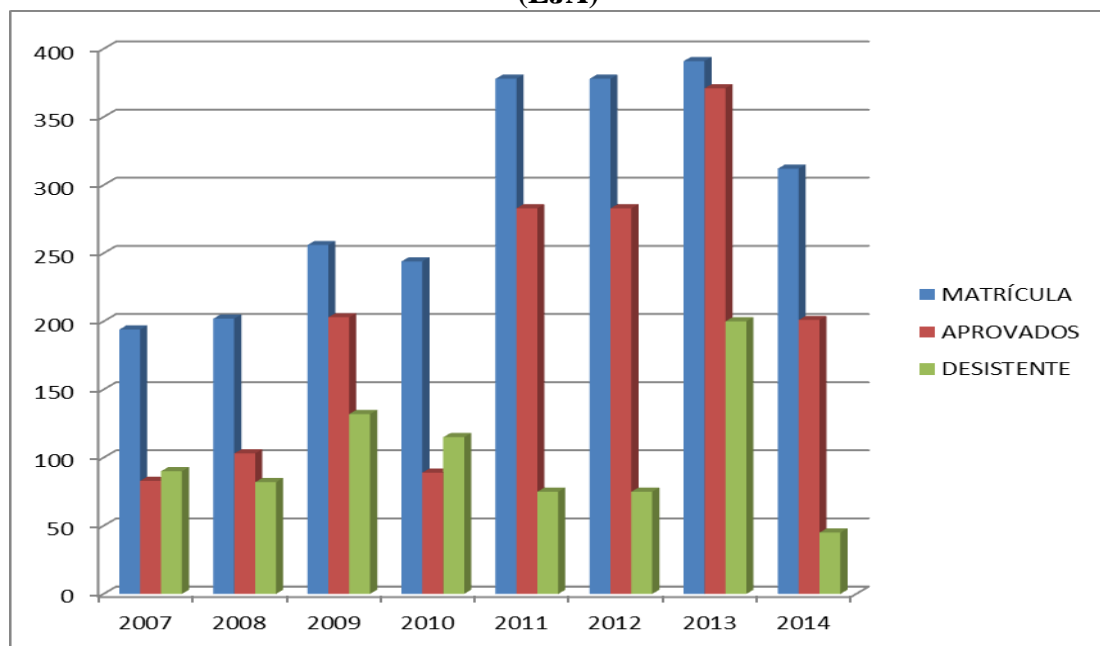


GRAFICO – MATRÍCULAS /APROVADOS /DESISTENTES – ENSINO MÉDIO (EJA)



META 11

Ofertar vagas de Educação de Jovens e Adultos – EJA para 100% (cem por cento) da demanda existente.

INDICADOR: número de vagas ofertadas para EJA em relação à demanda de jovens e adultos.

Estratégias:

11.1. Realizar anualmente, levantamento e avaliação de experiências em alfabetização de jovens e adultos, que constitua referencia para os agentes integrados ao esforço municipal, estadual e nacional de erradicação do analfabetismo no Município, através do Fórum Municipal de Educação.

11.2. Garantir condições de acesso, permanência e continuidade nos estudos a jovens, adultos e idosos/as na modalidade de EJA, como forma de redução significativa das taxas de analfabetismo no Município.

11.3 Oferecer, acompanhar e avaliar a formação docente e continuada, mantendo programas de formação de educadores de jovens e adultos, capacitados para atuar de acordo com o perfil da clientela, para que a qualidade da educação de jovens e adultos atinja os objetivos propostos pela Constituição Nacional e Estadual, e pela Lei de Diretrizes e Bases nacional.

11.4. Criar um banco de dados, em parceria com o estado, por meio de censo educacional, nos termos do art. 5º, &1º da LDB, da população analfabeta, por bairro ou distrito das residências e/ou locais de trabalho, visando localizar e induzir a demanda e programar a oferta de educação de jovens e adultos para essa população.

11.5. Realizar no município, anualmente, avaliação e divulgação dos resultados dos programas de educação de jovens e adultos, como instrumento para assegurar o cumprimento das metas do plano.

11.6. Prover transporte escolar na zona rural, quando necessário, com colaboração financeira da União e Estado, de forma a garantir o acesso e permanência dos jovens e adultos na escola.

11.7. Colaborar com a alfabetização de todos os jovens e adultos no município com garantia de continuidade da escolarização básica em todos os turnos, conforme a necessidade.

11.8. Estabelecer parcerias entre União, estado e Municípios, envolvendo Secretarias de educação, de Saúde, de Ação Social, executando ações de atendimento ao estudante da EJA por meio de programas, suplementares de saúde, inclusive atendimento oftalmológico e fornecimento gratuito de óculos.

11.9. Apoiar a diversificação curricular da EJA integrando a formação geral à preparação para o mundo do trabalho, estabelecendo interrelação entre teoria e prática nos eixos da ciência, do trabalho, da tecnologia e da cultura e cidadania, de forma a organizar o tempo e os espaços adequados às características desses estudantes.

2.2 EDUCAÇÃO ESPECIAL

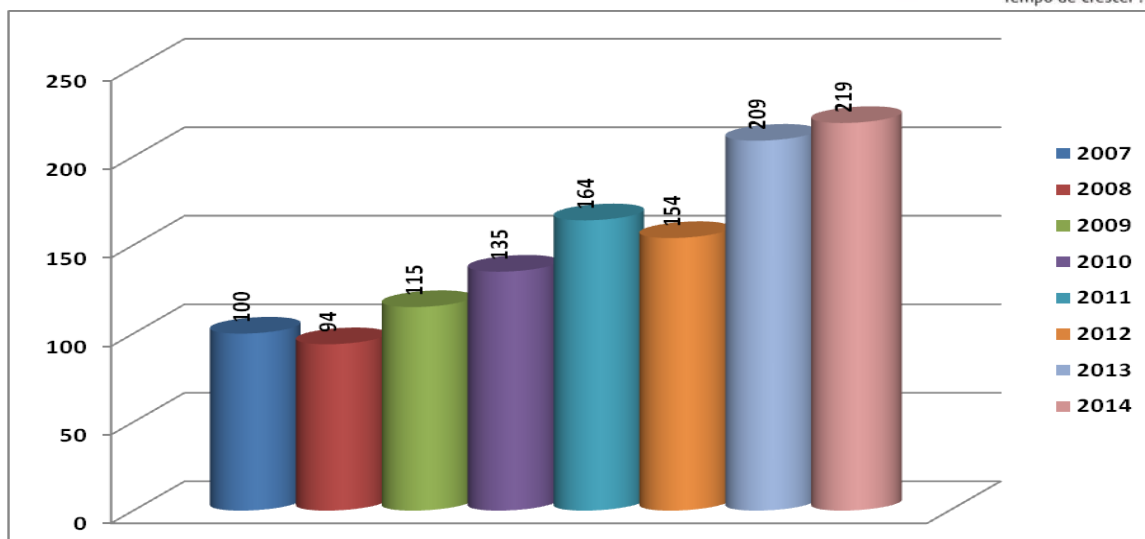
DIAGNÓSTICO

A Organização Mundial de Saúde estima que em torno de 10% da população têm necessidades educacionais especiais. Essas podem ser de diversas ordens: visual, auditivas, físicas, intelectuais, múltiplas, distúrbios de conduta e também superdotação ou altas habilidades. Se esta estimativa se aplicar no Município de Campo Verde que de acordo com o IBGE de 2014, conta com uma população estimada em, 36.800 mil habitantes, seria cerca de 3.680 pessoas com alguma necessidade especial. Os números de matrículas de alunos com necessidades educacionais nos estabelecimentos escolares são tão baixos que não permitem qualquer confronto com aquele contingente. Dos anos de 2007 a 2014, apenas 1,99% são alunos com necessidade educacional especial.

MATRÍCULAS	2007	N(%)	2008	N(%)	2009	N (%)
Total alunos matriculados	7.129	100	7.374	100	6.877	100
Total alunos com necessidades especiais	100	1,40	94	1,27	115	1,67

MATRÍCULAS	2010	N(%)	2011	N(%)	2012	N (%)
Total de alunos matriculados	7.410	100	7.455	100	7.804	100
Total de alunos com necessidades especiais	135	1,82	164	2,20	154	1,97

MATRÍCULAS	2013	N(%)	2014	N(%)
Total alunos matriculados	7.849	100	7.750	100
Total alunos com necessidades especiais	209	2,66	219	2,83

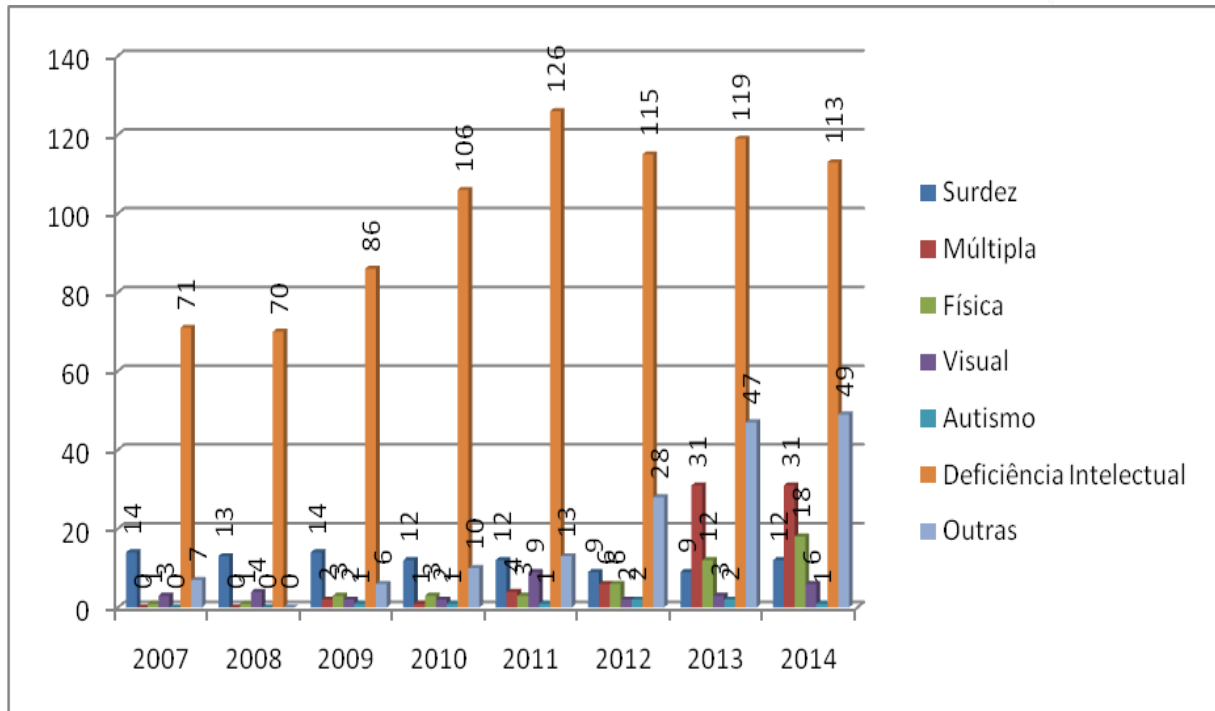


Fonte: INEP

Nesse contexto, evidencia-se a importância no que se refere ao Atendimento Educacional Especializado – AEE, a referida política define que:

O atendimento educacional especializado identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando as suas necessidades específicas. As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização (sala de aula). Esse atendimento complementa e/ ou suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela. (Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, 2008).

A Educação Especial baseia-se na premissa de que os processos de desenvolvimento e de aprendizagem são resultantes das interações de sujeitos: estudantes (criança, adolescente, jovem e adulto), família, escola e sociedade, na construção do conhecimento. Tendo como objetivo central proceder a um estudo de possibilidades para o levantamento das necessidades educacionais específicas do aluno em processo de avaliação e as consequentes adequações no currículo, tornando, assim, possível a inclusão deste público no ensino regular, com encaminhamento para o Atendimento Educacional Especializado – AEE na Sala de Recursos e/ ou outros atendimentos profissionais externos. Atualmente o Município conta com intérpretes trabalhando em sala de aula, professoras de sala de recurso, AEE (Atendimento Educacional Especializado).



Fonte: INEP

META 12

Universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezesete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.

Estratégias:

12.1. Implantar salas de recursos multifuncionais e fomentar a formação continuada de professores para o atendimento educacional especializado nas escolas urbanas e do campo, garantir a educação inclusiva, promovendo a articulação pedagógica entre o ensino regular e o atendimento educacional especializado;

12.2. Garantir a oferta do atendimento educacional especializado complementar e suplementar a todos os estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, matriculados na rede pública de educação básica, conforme necessidade identificada por meio de diagnóstico e ouvidos a família;

12.3. Manter e ampliar programas suplementares que promovam a acessibilidade nas escolas municipais para garantir o acesso e a permanência dos estudantes com deficiência

por meio da adequação arquitetônica, da oferta de transporte acessível e da disponibilização de material didático próprio e de recursos de tecnologia assistiva;

12.4. Garantir a oferta de educação bilíngue, em Língua Brasileira de Sinais- LIBRAS como primeira língua e na modalidade escrita da Língua Portuguesa como segunda língua, aos alunos surdos e com deficiência auditiva de 0 (zero) a 17 (dezessete) anos, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas, nos termos do art. 22 do Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, e dos Arts. Nº 24 e Nº 30 da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, bem como a adoção do Sistema BRAILLE de leitura para cegos e surdo-cegos;

12.5. Garantir a oferta da educação em Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS e sistema Braille, a professores e comunidades;

12.6. Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso à escola, bem como da permanência e do desenvolvimento escolar dos alunos com deficiência, combater às situações da discriminação, preconceito e violência, com vistas ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso educacional, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, à adolescência e à juventude;

12.7. Apoiar a ampliação das equipes de profissionais da educação para atender à demanda do processo de escolarização dos estudantes com deficiência, garantindo a oferta de professores, profissionais de apoio ou auxiliares, tradutores e intérpretes de Libras, guias-intérpretes para surdo-cegos, professores de Libras, prioritariamente surdos, e professores bilíngues.

12.8. Garantir a educação em tempo integral para pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na faixa etária de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos, assegurando atendimento educacional especializado complementar e suplementar ofertado em salas de recursos multifuncionais da própria escola ou em instituições especializadas;

2.3 EDUCAÇÃO DO CAMPO

DIAGNÓSTICO

A Educação do Campo, chamada de educação rural na legislação brasileira, incorpora os espaços da floresta, da pecuária, das minas e da agricultura, mas os ultrapassa ao acolher em si os espaços pesqueiros, caiçaras, ribeirinhos e extrativistas. O campo, mais que um perímetro não urbano é um campo de possibilidades que dinamiza a ligação dos seres humanos com a própria produção das condições da existência social e com as realizações da sociedade humana. A partir dessa visão idealizada das condições materiais de existência na cidade e de uma visão particular do processo de urbanização, há os que consideram que a especificidade do campo constitui uma realidade provisória

que tende a desaparecer, em tempos próximos, face ao inexorável processo de urbanização que deverá homogeneizar o espaço nacional.

A Constituição Federal de 1988 proclama a educação como direito e, dever do Estado, independentemente dos cidadãos residirem nas áreas urbanas ou rurais. Assim, os princípios e preceitos constitucionais da educação abrangem todos os níveis e modalidades de ensino ministrado em qualquer parte do país.

A atual LDB, de dezembro de 1996, promove a desurbanização da escola do campo, apontando para a necessidade de um planejamento científico ligado ao seu contexto, vinculando-se ao mundo do trabalho e à prática social do camponês. A escola deverá adequar-se às condições do local, com calendário escolar próprio, baseado na zonalidade do plantio/colheita, mas com definidas exigências no que diz respeito à organização e estruturação do ensino fundamental.

Porém, não são especificados na Lei os princípios e bases da nova política educacional do campo. A educação do campo, agora teria como base não o modelo urbano/industrial e uma consciência ecológica e de preservação da cultura e práxis rural.

Observa-se que alguns problemas como citados abaixo interferem no ensino rural:

- ✓ Situação do professor formação urbana, problemas de moradia e transporte;
- ✓ Situação dos alunos: aluno-trabalhador rural; distância entre escola/casa/trabalho; heterogeneidade de idade nas salas de aula.
- ✓ Participação da comunidade: distanciamento dos pais, embora tenha a escolaridade como valor sócio moral.
- ✓ Ação didático-pedagógica: currículo inadequado, baseado no trabalho urbano-industrial; conflito entre período escolar e o plantio/colheita.

O conteúdo formal e filosófico do planejamento e da política educacional para a escola do campo deve valorizar e entender o significado e o papel da escola entre os camponeses, até que ponto ela é "valor social", qual sua função na formação da mão-de-obra e como elemento constituinte da sua cultura/práxis, extraindo "alternativas mínimas quanto à organização institucional, de racionalização de recursos prováveis e de justificativas para a ação pedagógica entre os alunos do campo, das bases críticas e epistemológicas da escola rural, seu conteúdo, prerrogativas e seu período máximo". (Leite, 1999:78)

A evasão e a repetência escolar no meio rural apresentam altas taxas e suas causas são relacionadas à escolaridade/produção, pois na escola o que se ensina pouco ou nada tem a ver com a vida extra-escolar dos camponeses. Além disso, o calendário escolar é inapropriado para o meio, confrontando-se com as épocas de forte trabalho.

O camponês utiliza a escola como forma de adquirir instrumentos para defender sua classe, como um espaço público de troca de opiniões e experiências. A educação oferece melhores "armas" para esta luta.

Como processo social, a educação deve ter duas funções: permitir o avanço das forças sociais, com a educação acompanhando as conjunturas sócio-políticas e enfatizando o saber social, fortalecer o conhecimento humano, valorizando cada cultura. Essas funções proporcionariam, conforme o autor, conhecimentos, cidadania e continuidade cultural. A política educacional demonstra o tipo de homem que se pretende formar, localiza este homem dentro de uma sociedade política e produtiva, define o nível intelectual-cultural necessário para se fazer compreender. Portanto, uma correta política educacional para a área rural deveria, conforme o autor, incluir seis pontos:

1. Exercício da democracia e da cidadania;
2. Busca de conhecimento técnico e reconhecimento do saber rural e urbano;
3. Contextualização da produção e da vida rural na atualidade social e econômica;
4. Formação e profissionalização rural e do trabalho cooperativo;
5. Vivência ecológica e valorização do habitat rural;
6. Intensificação da identidade rural e campesina.

Em defesa da municipalização (descentralização) do ensino fundamental, apontamos como um ponto forte o objetivo de adequar o ensino/ aprendizagem às múltiplas realidades da escola e dos alunos, pois na maioria dos casos há um conflito entre a função da escola e a realidade do local, além das demandas do mercado serem diferente em cada região.

Conclui-se que, durante a história até os dias de hoje, a maior preocupação com o povo camponês não foi à escola em si, mas a produção agropecuária, estando à escola a serviço do capital e do capitalista, negando uma escolarização para a práxis do campo, confrontando-se com as épocas de forte trabalho.

META 13

Possibilitar melhorias na qualidade do ensino do campo, da educação básica em todas as etapas e modalidades respeitando as especificidades regionais, e garantir com participação do Estado e da União um transporte gratuito e adequado para todos os estudantes do campo na faixa etária da educação escolar obrigatória, a partir da homologação deste Plano.

Estratégias:

13.1. Articular mecanismos de cooperação entre Estado e União para a organização, a implementação e a supervisão de programas e projetos destinados à melhoria da escola do campo, a partir da vigência deste PME;

13.2. Contribuir com a UNDIME (União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação) para a articulação de estudos, visando à regulamentação do valor mínimo do FUNDEB diferenciado para as escolas do campo, em cumprimento ao que determina a Lei n.º 9424/96, junto ao Ministério da Educação;

13.3. Estudar e definir uma política de transporte escolar que assegure o direito do aluno de acesso à escola, padrões adequados de segurança e o financiamento compartilhado entre as três instâncias de governo, a partir da vigência deste PME;

13.4. Desenvolver parcerias entre os sistemas de ensino, as universidades e instituições de formação visando garantir formação em nível superior aos profissionais que trabalham nas escolas do campo, a partir da vigência deste PME;

13.5. Manter a educação para jovens e adultos especialmente voltados para a população do campo, de acordo com a demanda; dividindo as responsabilidades entre estado e município.

13.6. Firmar parcerias com instituições nacionais, internacionais e organizações não governamentais para planejar estratégias de colaboração na implementação e manutenção da educação no campo;

13.7. Colaborar com o Estado, a União e outras instituições para ofertar cursos básicos aos estudantes-trabalhadores do campo, voltado para a melhoria do nível técnico das práticas agrícolas;

13.8. Adaptar os edifícios escolares para a acessibilidade física no atendimento aos alunos portadores de necessidades especiais, no prazo imediato após a aprovação deste PME;

13.9. Formular uma proposta em parceria com Estado e União, contemplando as demandas quantitativas e qualitativas da Educação no Campo, preservando a frequência dos alunos em escolas pautadas em Projeto Político Pedagógico rumo ao desenvolvimento rural sustentável.

13.10. Viabilizar a partir da vigência deste PME que 80% dos alunos do Ensino Fundamental que moram no campo estudem, preferencialmente, em Escolas do Campo ou nas autorizadas para esse fim, viabilizando para eles o transporte escolar de qualidade, quando for necessário;

13.11. Adequar imediatamente às escolas rurais, assim que o PME for aprovado com recursos tecnológicos como: biblioteca e laboratórios de informática com internet de qualidade, para que as mesmas tenham oportunidade de oferecer ao aluno do campo condições para uma educação de qualidade;

13.12. Prever forma mais flexível de organização escolar para o campo, bem como a adequada formação dos professores considerando a especificidade do alunado e as experiências do meio;

13.13. Garantir o acesso com qualidade e superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da Cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação.

13.14. Exigir o cumprimento do art.6º das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação do Campo, no que se refere ao dever que tem o poder público de proporcionar Educação Básica nas comunidades do campo;

13.15. Promover estudos e pesquisas sobre as diversas iniciativas de educação do campo, com especial foco na avaliação das suas diferentes formas de organização, funcionamento, processos de implementação e recursos; (NOTA TECNICA) RETIRAR

13.16. Identificar e disseminar experiências bem-sucedidas de educação rural (Programa mais educação, Escola Sustentável, Escola do Campo, etc.);

13.17. Viabilizar programas e projetos educativos como horta escolar, visando o enriquecimento da merenda escolar e aulas práticas aos alunos, melhorando o currículo escolar das escolas do campo.

2.4 EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA E FORMAÇÃO PROFISSIONAL

DIAGNÓSTICO

As metas do plano Educacional estão voltadas para a implantação de uma nova Educação Profissional no País, articulada com diferentes iniciativas dos setores econômicos sociais e culturais da sociedade.

A Educação Profissional está concebida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB 9394/1996, como uma modalidade de educação continuada, a qual perpassa toda a vida produtiva do cidadão. Tem como objetivos garantir a profissionalização diversificada, flexível e de qualidade nos níveis básico, técnico e tecnológico.

A configuração do mercado de trabalho e da População Economicamente Ativa - PEA exige um conjunto de estratégias de curto, médio e longo prazo, cujo sucesso depende do grau de consenso entre Governo, trabalhadores e empresários, principalmente nas ações para enfrentar o desemprego, para abrir novas oportunidades de trabalho e para melhorar a qualidade de vida da sociedade.

As principais instituições que oferecem formação e qualificação profissional destinada, prioritariamente, a massa trabalhadora, no município de Campo Verde são:

-Escola Estadual Ulisses Guimarães: Técnico em Administração e Técnico em Logística.

-SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial: Oficial Administrativo, Oficial Financeiro e Cobrança.

-SENAC - Serviço de Apoio as Micro e Pequenas Empresas: Balconista, Depilação, Manicure, Auxiliar Tributário, Computação e Recursos Humanos.

-PRONATEC - Curso de Operador de Máquinas.

-SINE - Sistema Nacional de Emprego - Diferentes programas estão sendo implementados e executados, mediante parcerias entre órgãos governamentais, federais, estaduais e municipais, instituições privadas e representações de trabalhadores e empregados.

-SECITEC – Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia - tem oferecido cursos durante o ano de 2015 pela rede de educação profissional do Estado do Mato Grosso.

META 14

Colaborar com ampliação das matrículas da Educação Profissional Técnica de nível médio, acompanhando a qualidade da oferta e pelo menos 50% da expansão no segmento público. Em 2012, houve 1.362.200 matrículas nesta modalidade de ensino. A meta é atingir o número de 4.086.600 de alunos matriculados.

Estratégias:

14.1. Manter parcerias para o desenvolvimento de projetos de pesquisa e de extensão, entre instituições formadoras e o sistema de ensino federal, estadual e municipal;

14.2. Colaborar na parceria entre o município e a secretaria estadual de ciência e tecnologia para implantação dos cursos de formação continuada dos professores e gestores da rede municipal, estadual e particular do município de Campo Verde;

14.3. Solicitar e acompanhar a oferta de formação continuada na área de agroecologia sustentabilidade e economia solidária aos profissionais da educação básica, em parceria com as secretarias municipais, estaduais de meio ambiente, agricultura, educação e instituições públicas e privadas;

14.4. Acompanhar a formação continuada para trabalhadores da educação profissional e tecnológicas da rede pública sob a responsabilidade financeira da união, estado e município em parceria com UNEMAT, IFMT, UFMT, SECITEC;

14.5. Solicitar parcerias para oferecimento de cursos de formação inicial, complementação pedagógica e pós-graduação aos docentes que atuarão na educação básica, profissionalizante e tecnológica em parceria entre o município, SECITEC e UNEMAT;

2.5 EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

DIAGNÓSTICO

O Ensino a Distância é um método muito eficaz e de baixo custo que vem para auxiliar no desenvolvimento cultural da população, quebrando as barreiras geográficas e fortalecendo a universalização do ensino profissionalizante e superior do país. É também muito importante para a formação continuada de profissionais, podendo se estender aos casos emergenciais e para a educação de jovens e adultos.

No Brasil e em nosso município, o Ensino a Distância já não é mais uma novidade e sim uma realidade há aproximadamente uma década, trazendo oportunidade para jovens e pessoas com menor poder econômico, assim como às pessoas que por varias razões não conseguiram dar continuidade aos estudos em idade apropriada e que agora podem resgatar seus sonhos de realização pessoal e profissional.

De acordo com a LDB (art. 80, § 1º e 2º) a União é responsável pelo credenciamento das instituições autorizadas a oferecer cursos de educação a distância, assim como regulamentar os requisitos para a realização de exames e registro de diplomas. E no §3º, a LDB enfatiza que os sistemas de ensino poderão ter ainda a cooperação e integração de outros sistemas, cabe a União a responsabilidade de controlar e avaliar os programas além de suas implementações.

O ensino a distância engloba também os instrumentos pedagógicos e tecnológicos utilizados e imprescindíveis, como a TV, o vídeo, o computador, o tablet, a internet, a informática, etc. para o enriquecimento curricular.

Os Referenciais de qualidade de Ensino à Distância são utilizados pelo MEC para autorizar os cursos de graduação na modalidade, com o objetivo de orientar alunos, professores, técnicos e gestores de instituições de ensino superior que podem usufruir dessa forma de educação.

A tecnologia educacional tem trazido avanços pedagógicos e conhecimentos importantes para alunos e profissionais da educação de nosso município, além de valorizar a inclusão através de conhecimentos multiculturais.

A educação à distância é uma importante aliada para suprir a necessidade e dar oportunidade aqueles que não conseguiram concluir o Ensino Fundamental, Médio, ou ainda, para quem busca um curso Superior ou Pós-graduação, podendo ainda, proporcionar uma melhoria nos níveis de conhecimento e levar cultura aos interessados.

A LDB, Lei n.º 9.394/96 de 16/12/96 em seu artigo 80, destaca:

“O Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino à distância, todos os níveis e modalidades de ensino e de educação continuada”.

§ 1º A Educação a distância, organizada com abertura e regime especiais, será oferecida por instituições especificamente credenciadas pela União.

§ 2º A União regulamentará os requisitos para a realização de exames e registros de diploma relativos a cursos de educação a distância.

§ 3º As normas para a produção, controle e avaliação de programas de educação a distância e a autorização para a sua implementação, caberão aos respectivos sistemas de ensino, podendo haver cooperação e integração entre os diferentes sistemas.

§ 4º A educação a distância gozará de tratamento diferenciado, que incluirá:

I - custos de transmissão reduzidos em canais comerciais de radiodifusão sonora e de sons e imagens;

II - concessão de canais com finalidade exclusivamente educativas;

III - reservas de tempo mínimo, sem ônus para o Poder Público, pelos concessionários de canais comerciais.

Todas as escolas municipais e estaduais já contam com programas de informática e internet, nos níveis Infantil, Fundamental e Médio.

É de suma importância que os professores estejam sempre se atualizando e aperfeiçoando tecnologicamente melhorando seus níveis de formação.

META 15

Solicitar a Ampliação da oferta e da qualidade de Ensino Tecnológico e Superior na modalidade de ensino à distância dos órgãos competentes.

Estratégias:

15.1. Assegurar estrutura física, assim como de equipamentos para manutenção e ampliação de cursos à distância.

15.2. Estimular o desenvolvimento e uso de ambientes virtuais de aprendizagem, na busca do cumprimento da meta em relação ao ensino superior;

15.3. Buscar parcerias com o governo estadual e federal para novas tecnologias e cursos à distância.

15.4. Incentivar a oferta e a criação de cursos a distância que visem qualificar os profissionais já existentes no mercado, bem como oportunizar a capacitação de profissionais nos cursos já oferecidos pelas instituições do município.

15.5. Observar as metas estabelecidas no Plano Estadual de Educação para esta modalidade de ensino e em regime de colaboração com o Estado, apoiar as suas iniciativas, prevendo mecanismos para execução das mesmas.

2.6 EDUCAÇÃO INDÍGENA E QUILOMBOLA

DIAGNÓSTICO

Campo Verde não possui área indígena em seu território na atualidade, pois desde que começou a ser povoada pelos homens brancos a partir do século XVIII, com a chegada dos primeiros colonizadores vindos de Minas Gerais, não houve uma preocupação de elaborar um documento que pudesse resgatar elementos desta cultura. O município de Campo Verde não possui comunidades quilombolas e em sua história não há registros destas comunidades, isto devido a natureza de sua colonização. Apesar de não haver registros históricos precisos sobre as culturas indígenas e quilombolas, em nossas escolas através dos currículos contemplamos nossos alunos com os temas que respeitem as diferenças no que tangem a etnia, crença, cultura como determina a LDB a Constituição Federal bem como o Plano Nacional de Educação e Plano Estadual de Educação ambos de 2014.

As políticas para a Educação das Relações Étnico-Raciais devem ter como objetivo reafirmar os direitos de todos os cidadãos mato-grossenses e valorizar a diversidade étnico racial, fazendo com que todos se orgulhem de suas raízes, sejam elas indígenas, africanas, europeias ou asiáticas, e respeitem o direito do outro de ser diferente.

As diversidades étnica, racial e cultural constituem os aspectos mais fortes e ricos do processo construtivo da identidade mato-grossense. Contudo, não podemos deixar de reconhecer que a nossa realidade, bem como a do país, é marcada por preconceitos e discriminações, particularmente em relação às populações negra e indígena. Nesse contexto, a educação torna-se um dos instrumentos mais importantes para desconstruir preconceitos e promover mudanças positivas nas relações já referidas.

Os dados do IBGE-2001 apontam um total de 2.505.245 habitantes em Mato Grosso. Destes, 1.341.907 são negros (pretos + pardos), constituindo a maioria da

população, atingindo 53,6%, uma porcentagem maior que a média nacional, sendo o segundo maior contingente de afrodescendentes do Brasil.

Na grande Cuiabá esse percentual sobe para 65%, conforme o censo da população negra em Mato Grosso, realizado pela SEPLAN/TER/2004, apontando que 56,95% da população do Estado se auto reconhece como negra. Existem municípios em que este percentual passa dos 80%, como são os casos de Poconé, Acorizal, Alto Paraguai, Barão de Melgaço, Jangada, Rosário Oeste e Santo Antônio de Leverger.

Um dos aspectos da resistência e luta do movimento negro no Estado até os dias atuais configura-se nos Quilombos. Apesar de não existirem números absolutos, há registros dos períodos colonial e imperial da nossa história regional de 11 quilombos – assim como outros contingentes de afrodescendentes que para cá vieram em vários momentos da nossa história.

Atualmente, estão em processo de identificação de suas terras, no INCRA, cerca de 55 Comunidades Quilombolas. A Fundação Cultural dos Palmares reconhece duas destas comunidades: A Cor é Bela, no município de Vila Bela da Santíssima Trindade e Mata-Cavalo, em Nossa Senhora do Livramento. Entretanto, a população negra não está restrita às comunidades quilombolas. Ela se faz presente em todos os âmbitos populacionais urbanos e rurais, configurando-se como um dos elementos constitutivos da população brasileira deste Estado e, quantitativamente, majoritária.

O Estado de Mato Grosso abriga atualmente em O Estado de Mato Grosso abriga atualmente em seu território 39 povos indígenas, configurando-se como o segundo Estado da União em número de etnias. As populações indígenas fazem parte do patrimônio da humanidade. São sociedades distintas entre si, com organização político-familiar particulares, com línguas, culturas, cosmologia, tecnologia e conhecimento do meio ambiente de valor incalculável.

O município de Campo Verde por sua vez não possui populações indígenas e quilombolas, portanto apenas acompanha as estratégias estabelecidas pelo Plano Nacional de Educação e pelo Plano Estadual de Educação.

META 16

Atender a população indígena, em todos os níveis de ensino, em 100% (cem por cento) da demanda em idade apropriada até 2017.

O indicador usado no Plano Estadual de Educação é a quantidade de alunos em idade apropriada atendidos pela quantidade de demanda em idade apropriada não atendida.

Estratégias:

- 16.1. Acompanhar a realização anual, em parceria com os municípios, o mapeamento da população escolarizável que se encontra fora da escola tanto de indígenas quanto de quilombolas.
- 16.2. Conhecer as políticas de produção e publicação de materiais didáticos para as escolas indígenas e quilombolas;
- 16.3. Acompanhar a implantação e o fomento nos territórios etno educacionais dos povos indígenas e quilombolas;
- 16.4. Inteirar-se sobre a como acontece a infraestrutura e o pedagógico para atendimento de estudantes indígenas e quilombolas com necessidades especiais;
- 16.5. Conhecer a técnica e financeiramente as ações do Conselho Estadual Indígena (CEI).
- 16.6. Compreender como de dá a implantação da organização curricular para o ensino noturno regular, de modo a atender as especificidades do aluno trabalhador indígena e quilombola.

3 POLÍTICAS DE APOIO E SUSTENTAÇÃO

3.1 FORMAÇÃO E VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO.

DIAGNÓSTICO

O Plano Nacional de Educação tem como um dos objetivos centrais do seu desenvolvimento, a melhoria da qualidade de ensino, que é tema de debates e reivindicações de toda sociedade civil organizada e elemento de preocupação dos Governos Federal, Estadual e Municipal. Essa qualidade de ensino na formação e construção de cidadão se efetiva, à medida que as questões como a formação profissional inicial, as condições de trabalho, salário, carreira e a formação continuada forem consideradas simultaneamente, como condições básicas para promoção da educação.

A carreira do magistério deve se tornar uma opção profissional que atraia pessoas interessadas na formação em cursos de licenciatura, nas diferentes áreas do saber, de modo a aumentar a procura por cursos dessa natureza e suprir as demandas por esses profissionais qualificados, tanto para a educação básica como para a educação superior.

Nesse sentido, é necessário valorizá-la, torná-la tão atrativa e viável como as demais áreas profissionais tidas como estratégicas para o desenvolvimento social e econômico da sociedade, uma vez que, segundo o art. 205 da Constituição Federal, de 1988, trata-se de valorização de uma

atividade que faz parte do “pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício, sua qualificação para o trabalho”. Ou seja, nessa perspectiva, a pessoa que não recebe educação não se desenvolve plenamente e, portanto, não adquire as condições necessárias para o exercício de sua cidadania. Além disso, tem reduzidas suas chances no mundo do trabalho. Assim, o trabalho dos profissionais da educação é indispensável e precisa ser valorizado. Um dos mecanismos para expressar a valorização deste trabalho educativo é o estabelecimento de planos de carreira para os profissionais da educação básica e superior.

Estabelecer condições para o desenvolvimento da profissionalização docente constitui-se questão fundamental para uma política educacional comprometida com a organização de projetos pedagógicos que atendam as dimensões econômicas e sociais que marcam a sociedade atual.

Um dos pontos importantes para que isso aconteça é o reconhecimento efetivo da atividade docente como trabalho intelectual, cuja natureza exige formação permanente, com remuneração e condições de trabalho condizentes ao desempenho profissional. De modo que, a formação do educador aliada as condições de trabalho a ele oferecido, tempo para estudo, pesquisa e preparação de suas aulas, deve possibilitar a instituição de posturas de ensino e aprendizagem que relaciona teoria e prática, ação e reflexão, para que cada educador possa constituir-se em competente organizador de situações de aprendizagem. O professor deve ter condições teóricas e práticas para exercer o papel de mediador e estimulador no processo ensino-aprendizagem, pautado em concepções pedagógicas facilitadoras da formação para o exercício da cidadania.

A valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos na forma da lei, planos de carreira para o magistério público, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas. (Emenda Constitucional nº 53/2006)

Posteriormente, o FUNDEF, o FUNDEB, o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), o Piso Salarial do Profissional (Lei nº 11.738/2008), o Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica, as Diretrizes Nacionais para os Planos de Carreira do Magistério e, mais recentemente, a Prova Nacional de Concurso para Ingresso na Carreira Docente (Portaria Normativa nº 3/2011). Contudo, isso não foi suficiente para a consolidação, nos termos das normatizações em vigor, dos planos de carreira, especialmente quanto à elaboração ou adequação de seus Planos de Carreira e Remuneração (PCCR) até 31/12/2009 (Res. CNE/CEB nº 2/2009, art. 2º e Lei nº 11.738/2008).

A sociedade exige escolas estruturadas com equipamentos tecnológicos e profissionais melhores qualificados, em constante processo de formação para o atendimento de todos os níveis e modalidades do ensino.

Na atualidade, acompanhando as mudanças a Secretaria de Educação promove durante o ano letivo cursos de atualização pedagógica de acordo com as áreas de atuação e desenvolvimento infantil, bem como estimula parcerias das unidades escolares e da própria secretaria com empresas interessadas em realizar atividades educativas e/ou culturais na comunidade, como o Programa a União Faz a Vida do SICREDI, com a empresa Monsanto e Editora Saber com Sabor. Segue abaixo os cursos oferecidos com a quantidade de participantes nos anos 2014 e 2015.

Cursos - ano de 2014

Nome do Curso	Carga Horária	Quantidade
Literatura Infantil e Infanto Juvenil: Ilustração e Diálogo	04 horas	37
Oficina de Contação de Histórias	04 horas	23
Estudo de Música	04 horas	16
PDDE Interativo	04 horas	26
Palestra Direitos e Deveres da Educação Especial	02 horas	18
Palestra sobre Educação Infantil – Avaliação	02 horas	109
Curso de Educação Especial	04 horas	50
Oficina de Artes	04 horas	46
Curso em Educação Infantil	08 horas	80
Curso Fundamentos de Matemática	08 horas	39
Curso - Tecnologias Educacionais e Adolescência	12 horas	38
Curso – Alfabetização	08 horas	101
Curso - Educação Especial	04 horas	19
Pacto		
Formação pela Escola	60 horas	80

Cursos - ano de 2015

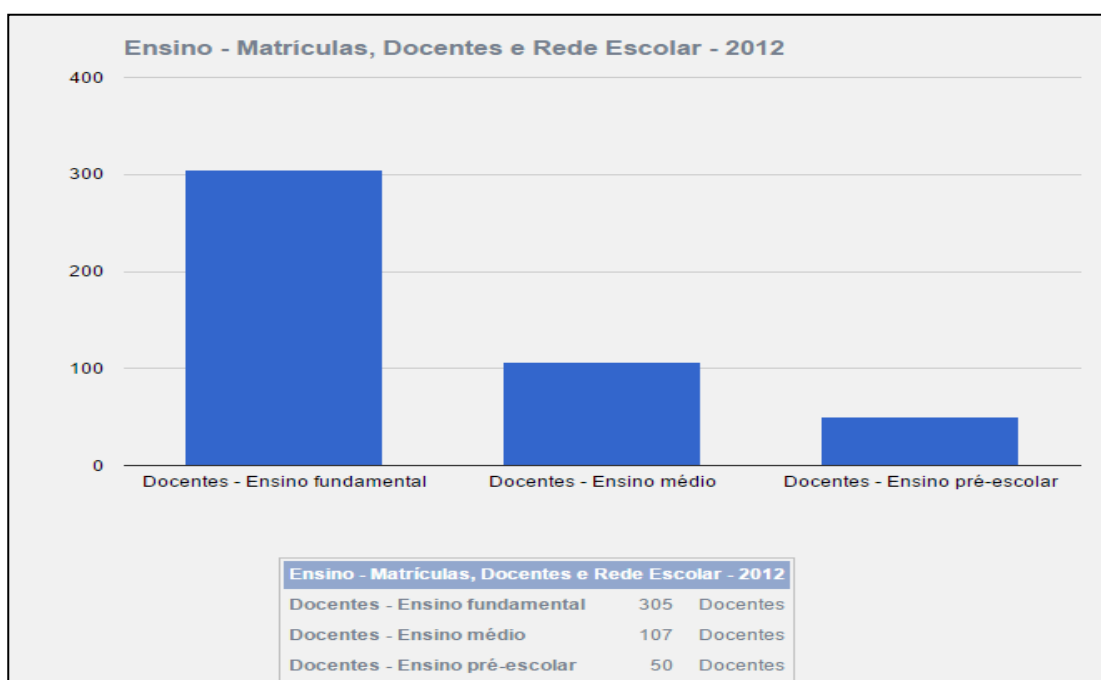
Nome do Curso	Carga Horária	Quantidade
Palestra de Primeiros Socorros	04 horas	39
Oficina de Música	08 horas	43

Estudo de Música	04 horas	16
Curso de Gestores	40 horas	33
Curso de Educação Infantil	40 horas	87
Curso de Alfabetização	40 horas	39
Curso para Professores de 6º ao 9º ano	40 horas	59
Curso para Professores de 3º ao 5º ano	40 horas	29
Formação pela Escola	60	160

Com uma população de aproximadamente 36.800 habitantes (IBGE) a Prefeitura de Campo Verde conta com um total de 282 professores, atuando nas redes de ensino Municipal atendendo a Educação Infantil, Ensino Fundamental e EJA. Como demonstra a tabela abaixo há uma defasagem nos salários dos professores nos anos de 2005 a 2012, onde não foram repassados os valores para reposição salarial baseado no piso nacional do MEC. Sendo que de 2013 até 2015 os professores e SMEC trabalharam para entrarem em acordo sobre a forma de recuperar esta desvalorização. No início do ano de 2015 os trabalhos referentes ao PCCR foram finalizados e a Lei N° 2.061, de 17 de março de 2015, regulamentou a forma de recuperação das perdas salariais dos últimos anos, sendo estabelecida a porcentagem mínima de 3,5% de aumento salarial anual acima do índice estipulado pelo FUNDEB ou IPCA, levando-se em consideração o maior valor conforme Lei específica.

Evolução do ganho salarial nos últimos 11 anos dos professores municipais:

2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
0%	0%	7,99%	0%	6%	5,20%	7%	0%	8,55%	9%	16,51



META 17

Incentivar a formação em nível de pós-graduação 50% dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PME, e garantir a todos formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.

Estratégias:

17.1. Participar, em regime de colaboração, o planejamento estratégico para dimensionamento da demanda por formação continuada e indicar a respectiva oferta por parte das instituições públicas de educação superior, de forma orgânica e articulada às políticas de formação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

17.2. Participar do programa de composição de acervo de obras didáticas, paradidáticas e de literatura e de dicionários, e programa específico de acesso a bens culturais, incluindo obras e materiais produzidos em Libras e em Braille, sem prejuízo de outros, a serem disponibilizados para os professores e as professoras da rede pública de educação básica, favorecendo a construção do conhecimento e a valorização da cultura da investigação;

17.3. Incentivar e divulgar aos profissionais da educação a utilização do portal eletrônico para subsidiar a atuação dos professores e das professoras da educação básica, disponibilizando gratuitamente materiais didáticos e pedagógicos suplementares, inclusive aqueles com formato acessível;

17.4. Divulgar e orientar para os professores e instituições da educação básica municipal as ações do Plano Nacional do Livro e Leitura a fim de fortalecer a formação dos professores e das professoras das escolas públicas de educação básica, por meio da implementação das ações do Plano Nacional do Livro e Leitura e da instituição de programa nacional de disponibilização de recursos para acesso a bens culturais pelo magistério público.

17.5. Garantir aos profissionais da educação formação continuada com ênfase na educação especial, educação do campo, educação para o trabalho e respeito às diversidades em parceria com os CEFAPRO (Centro de Formação e Atualização dos Profissionais da Educação Básica) e instituições superiores públicas.

17.6. Ofertar curso de formação continuada aos profissionais da educação, prioritariamente no local de trabalho, de forma articulada e integrada com a prática no contexto do processo educativo.

17.7. Acompanhar e avaliar a formação docente inicial e continuada dos profissionais da educação.

17.8. Aderir a programas de formação que garantam cursos de extensão e pós-graduação, por meio de convênios com IES, para a formação de docentes voltados às modalidades e especificidades.

17.9. Participar do desenvolvimento de projetos de pesquisa e de extensão, entre instituições formadoras e os sistemas de ensino Federal, Estadual e Municipal.

17.10. Ofertar formação continuada aos profissionais na função de gestores da educação pública.

17.11. Oferecer formação continuada com especialistas aos profissionais da educação básica pública que atendem alunos com necessidades educacionais especiais.

17.12. Oferecer cursos de formação continuada sobre História e Cultura Afro-Brasileiras e Relações Étnico-Raciais e Indígenas aos profissionais da educação e de maneira específica aos professores das redes pública que atuam nas disciplinas referidas nas Leis Federais n.º 10.639, de 09 de janeiro de 2003, e 11.645, de 10 de março de 2008.

17.13. Oferecer formação continuada aos profissionais da educação pública e privada com ênfase na superação das desigualdades educacionais na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação. (JÁ CONSTA NA META 13/13)

17.14. Oferecer formação continuada na área de agroecologia, sustentabilidade e economia solidária aos profissionais da educação do campo, em parceria com as Secretarias Municipais, Estadual de Meio Ambiente, Agricultura, Educação e outras instituições. (JÁ CONSTA NA META 14)

17.15. Garantir e aplicar recursos pedagógicos, financeiros, humanos e físicos para a participação dos profissionais da educação das redes pública em fóruns, seminários e grupos de estudos relativos à temática da educação.

META 18

Valorizar o magistério das redes públicas da educação básica, a fim de aproximar o rendimento médio do (as) demais profissionais com escolaridade equivalente, até o sexto ano de vigência deste PME.

Estratégias:

18.1. Constituir, por iniciativa da Secretaria Municipal de Educação, até o final do primeiro ano de vigência deste PME, fórum permanente, com representação dos trabalhadores da educação, para acompanhamento da atualização progressiva do valor do piso salarial nacional para os profissionais do magistério público da educação básica;

18.2. Constituir como tarefa do fórum permanente o acompanhamento da evolução salarial por meio de indicadores da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD, periodicamente divulgados pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE;

18.3. Implementar, no âmbito do Município, plano de Carreira para os (as) profissionais da educação básica da rede municipal, observados os critérios estabelecidos na Lei no

11.738, de 16 de julho de 2008, com implantação gradual do cumprimento da jornada de trabalho em um único estabelecimento escolar;

18.4. Pleitear a ampliação da assistência financeira específica da União aos entes federados para implementação de políticas de valorização dos (as) profissionais do magistério, em particular o piso salarial nacional profissional.

META 19

Assegurar, no prazo de dois anos, a avaliação do plano de carreira para os (as) profissionais da educação básica pública do sistema de ensino municipal e, para o plano de carreira dos profissionais da educação básica pública, tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do art. 206, VIII, da Constituição Federal.

Estratégias:

19.1. Estruturar a rede pública municipal de educação básica de modo que, até o início do terceiro ano de vigência deste PME, 90% (noventa por cento), no mínimo, dos respectivos profissionais do magistério e 50% (cinquenta por cento), no mínimo, dos respectivos profissionais da educação não docentes sejam ocupantes de cargos de provimento efetivo e estejam em exercício nas redes escolares a que se encontrem vinculados;

19.2. Implantar, na rede pública municipal de educação básica, acompanhamento dos profissionais iniciantes, supervisionados por equipe de profissionais experientes, a fim de fundamentar, com base em avaliação documentada, a decisão pela efetivação após o estágio probatório e oferecer, durante esse período, curso de aprofundamento de estudos na área de atuação do (a) professor (a), com destaque para os conteúdos a serem ensinados e as metodologias de ensino de cada disciplina;

3.2 FINANCIAMENTO, GESTÃO EDUCACIONAL DE REGIME DE COLABORAÇÃO.

DIAGNÓSTICO

O financiamento da educação é fundamental para garantir acesso, permanência e processos de organização e gestão direcionados à efetivação de educação pública de qualidade no país, a vinculação de recursos financeiros para a educação, a ampliação dos percentuais do PIB para a educação nacional, bem como a definição do custo aluno-qualidade, o acompanhamento e o controle social da gestão.

Ou seja, a garantia de financiamento adequado das políticas educacionais é base e alicerce para a efetivação do Sistema Nacional de Educação e, por conseguinte, para o alcance das metas e estratégias do PNE com vistas à garantia de educação em todos os níveis, etapas e modalidades e para superação das desigualdades regionais.

O município de Campo Verde como tantos outros deste país vem passando por um momento de crise financeira, o que atinge diretamente o financiamento da educação. O Município tem o dever constitucional de responsabilizar-se, prioritariamente, pela Educação Infantil e concomitante com o governo estadual Ensino Fundamental, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria, só podendo atuar nos níveis mais elevados quando a demanda naqueles níveis estiver plena e satisfatoriamente atendida.

Conforme determina o Plano Municipal de Educação a melhoria dos níveis de qualidade de ensino requer a profissionalização das ações tanto do Ministério da Educação como dos demais níveis da administração educativa, como a ação dos estabelecimentos de ensino. Essa profissionalização implica na definição clara de competências, bem como a adoção de recursos na área política, técnica, humana quer a nível central ou a nível descentralizado, tendo por objetivo único o desenvolvimento de uma gestão responsável. Financiamento e gestão estão intimamente interligados. A transparência na gestão dos recursos financeiros e o exercício do controle social garantirão a efetiva aplicação dos recursos destinados à educação. Os dispositivos constitucionais como Lei Federal 9424/96, a Emenda Constitucional 14/96, Constituição Estadual e na Lei Orgânica do Município, estabelecem parâmetros mínimos para a distribuição dos 25% obrigatórios de aplicação pelo município na educação.

O Município de Campo Verde possui estabelecimentos de ensino sendo 13 municipais, 05 particulares, 06 estaduais, 01 federal e 02 filantrópicas. Sendo de responsabilidade do município, 03 Centros Educacionais, 02 Creches, 03 Escolas do Campo que atendem Ensino Fundamental, Educação Infantil e EJA.

Para que se possam definir metas educacionais se fazem necessário uma definição clara dos custos e dos recursos disponíveis para o financiamento da educação. Desta forma, cabe a análise dos dados a seguir relacionados:

A Constituição Federal de 1988, no art. 212, dispõe que a União aplicará, anualmente, nunca menos de 18%; e os Estados e Municípios 25%, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino. Prevê, ainda, que a educação básica terá como fonte adicional de financiamento a contribuição social do salário educação, recolhida pelas empresas na forma da lei.

O art. 214 da Constituição Federal, com as alterações da redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009, dispõe que a lei estabelecerá o PNE, de duração decenal, com o objetivo de articular o Sistema Nacional de Educação

em regime de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino (MDE) em seus diversos níveis, etapas e modalidades por meio de ações integradas dos poderes públicos das diferentes esferas federativas que conduzam a “estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto”.

Esses dispositivos constitucionais são fundamentais para a garantia da educação como direito social por meio de seu financiamento público e pelo estabelecimento de condições objetivas de oferta de educação pública de qualidade que respeite a diversidade.

Os recursos vinculados (percentuais mínimos que a União, Estado, e Município devem investir em educação) e subvinculados, como é o caso do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), bem como a garantia de novos recursos permanentes e estáveis são fundamentais para a melhoria da educação nacional

Os recursos do FUNDEB, recursos do Salário educação além de outros que compõe o orçamento da Secretaria de Educação e Prefeitura, são administrados conjuntamente entre a Secretaria de Educação e pela Secretaria de Finanças da Prefeitura Municipal, pois a SMEC não possui estrutura específica para este fim.

Porém, existe um bom relacionamento entre as Secretarias envolvidas no processo de gestão dos recursos destinados a Educação, sempre ocorrendo troca de informações.

Desde 1997 o Governo Federal trabalha com a descentralização dos recursos financeiros para as unidades escolares através do PDDE- Interativo, e a Prefeitura Municipal desde o ano de 2010 trabalha com a Lei N° 1573, onde repassa recursos diretamente para as unidades escolares, fortalecendo a sua autonomia e a participação da comunidade escolar onde foi induzindo a formação de Associações de Pais e Mestres e de Conselhos Escolares. As APMs vêm colaborando com as escolas municipais de maneira muito eficaz não apenas na parte financeira, com também através dos Conselhos Deliberativos Escolares.

Praticamente todas as ações da SMEC estão informatizadas, através de sistemas de gerenciamento de dados dos alunos, profissionais, pais, mediante controle por matrícula e rendimento escolar dos alunos da rede municipal. Estas informações associadas geram dados para uma série de outras ações, tais como gestão da merenda, divisão de recursos, transporte escolar, livros didáticos, materiais pedagógicos e controle dos recursos do FUNDEB. A SMEC oferece Internet para a Biblioteca Pública e para as escolas.

Quadro de receita orçamentaria da Prefeitura Municipal, Secretaria Municipal de Educação e Cultura e FUNDEB.

ANOS	ORÇAMENTO PREFEITURA	Variação %	ORÇAMENTO EDUCAÇÃO	%	Diferença na educação	% Gasto com Educação	Folha de Pagamento Educação	% Aumento da folha	Repasse FUNDEB	% de aumento FUNDEB
2007	48.092.468,10		13.853.302,53	+ 17	Para mais 2.438.408,00	+28,80	5.826.838,36		4.763.995,73	
2008	46.709.303,58	- 2,96	13.453.738,16	- 2,96	Para menos 399.564,37	+28,80	7.207.252,32	23,69	7.778.715,55	38 %
2009	48.696.852,59	+ 4,08	14.724.209,96	+ 8,34	Para mais 1.270.471,80	+30,23	7.808.294,29	8,33	7.966.415,01	2,35%
2010	53.576.699,40	+ 9,11	15.222.622,58	+ 3,26	Para mais 497.712,62	+28,41	8.133.447,15	4,16	8.756.437,44	9,02%
2011	64.281.787,22	+ 16,65	16.479.963,95	+ 7,63	Para mais 1.257.341,37	+25,63	8.323.836,31	2,341	9.330.814,98	6,15 %
2012	76.483.945,06	+ 15,95	23.994.475,19	+ 31	Para mais 7.514.511,24	+31,37	10.593.158,94	27,263	9.896.766,76	5,7%
2013	70.918.985,44	- 7,85	21.822.443,07	- 9,95	Para menos 2.172.032,12	+30,77	13.056.099,85	23,250	10.771.549,59	8,12%
2014	78.537.057,11	+ 9,70	22.335.154,13	+ 2,29	Para mais 512.711,06	+28,43	13.352.568,99	2,271	12.688.402,43	15,10%
2015	80.538.556,79	2,48%	25.002.948,66	+ 10,66	Para mais 2.667.794,53	+31,04	16.510.000,00	19,12	13.970.437,05	9,17%

Os dados para o ano de 2015 são previsões. Dados: SISTN e TCE/ MT.

META 20

Garantir, imediatamente, a aplicabilidade integral dos recursos financeiros públicos, conforme previsto em lei, destinados à educação.

Indicador - total de recursos aplicados na educação pelo total de recursos destinados para a educação.

Estratégias:

20.1. Garantir, imediatamente, a aplicabilidade integral dos recursos financeiros destinados à educação, conforme os 25% (vinte e cinco por cento) estabelecidos na Constituição Federal e Lei Orgânica Municipal.

20.2. Assegurar outras fontes de receita à educação, incluindo na vinculação todos os tributos (impostos, taxas e contribuições).

20.3. Utilizar o piso salarial profissional nacional pautado na Lei Federal nº 11.738 de 16 de julho de 2008, como patamar mínimo de referência para a elaboração do Plano de Carreiros Cargos e Remuneração para os profissionais da Educação.

20.4. Manter um padrão de gestão que priorize a destinação de recursos para as atividades-fim, a descentralização, a autonomia da escola, a equidade, o foco na aprendizagem dos alunos e a participação da comunidade.

20.5. Assegurar, por intermédio de instrumentos legais, a autonomia administrativa, pedagógica e financeira das escolas públicas, garantindo o repasse direto de recursos para despesas de manutenção e capital para o cumprimento de sua proposta didático-pedagógica.

20.6. Avaliar os mecanismos atualmente existentes de gestão dos recursos financeiros da escola, construindo um plano de trabalho conjunto órgão gestor/unidade escolar/APM.

20.7. Assegurar, mediante instrumentos legais específicos, que o recebimento definitivo da obra seja feito pela unidade executora da escola e respectivo responsável técnico do órgão fiscalizador central.

20.8. Em atendimento ao PNE, no prazo de 02 (dois) anos da vigência deste PME, será implantado o Custo Aluno Qualidade Inicial - CAQI, referenciado no conjunto de padrões mínimos estabelecidos na legislação educacional e cujo financiamento será calculado com base nos respectivos insumos indispensáveis ao processo de ensino-aprendizagem e será progressivamente reajustado até a implementação plena do Custo Aluno Qualidade - CAQ.

20.9. Implementar o Custo Aluno Qualidade - CAQ como parâmetro para o financiamento da educação de todas etapas e modalidades da educação básica, a partir do

cálculo e do acompanhamento regular dos indicadores de gastos educacionais com investimentos em qualificação e remuneração do pessoal docente e dos demais profissionais da educação pública, em aquisição, manutenção, construção e conservação de instalações e equipamentos necessários ao ensino e em aquisição de material didático-escolar, alimentação e transporte escolar;

3.3 GESTÃO DEMOCRÁTICA, CONTROLE SOCIAL E PARTICIPAÇÃO.

DIAGNÓSTICO

Gestão democrática e controle social: participação dos conselhos escolares:

A Gestão Democrática na Educação é uma conquista que está presente na LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – 9.394/96 onde foi uma conquista dos segmentos populares organizados, e também dos educadores.

Ela compreende todos os elementos que compõe a educação, desde a formação de líderes para o processo democrático, Plano de Carreira dos Profissionais da Educação, Conselhos Escolares, Conselhos de Controle Social (FUNDEB/PNATE/PNAE), e eleição para Gestores Escolares.

“Quanto à gestão democrática, ela deve ser desenvolvida a partir de ações participativas, onde se vê a necessidade de colaboração das pessoas envolvidas no processo administrativo e pedagógico nas tomadas de decisões, tendo como referencia o próprio diretor. Estas questões permitem a concretização de que é fundamental a participação efetiva de mestres e funcionários da escola, pais, alunos e toda comunidade social e escolar.”

(*CARTILHA DE INDICADORES DA QUALIDADE NA EDUCAÇÃO - 2004, p. 31*).

A gestão democrática se dá não somente pela criação e fortalecimento dos conselhos escolares, mas por todas as ações que envolvem uma administração pública educacional, no caso, além dos conselhos escolares, a gestão abrange também o projeto político pedagógico com todos os seus desafios (avaliação, currículo, planejamento, formação continuada para educadores), envolve também a gestão de pessoas a administração dos recursos e a sua transparência na forma de gerenciamento como de prestação de contas.

Para Paulo Freire, a atuação pedagógica na escola:

“Tudo deve ser visível. Tudo deve ser explicado. O caráter pedagógico do ato de governar, sua missão formadora, exemplar, que demanda por isso mesmo dos governantes, seriedade irrecusável. Não há governo que persista verdadeiro, legitimado, digno de fé, se seu discurso não é confirmado por sua prática, se apadrinha e favorece amigos, se bem duro apenas com os opositoristas e suave e ameno com os correligionários.” (FREIRE, 1992, p. 174).

Para que a gestão democrática se concretize se faz necessário que o poder público e a sociedade civil coloquem em prática as leis, sempre visando a melhoria da qualidade de ensino e a ampliação da oferta com o objetivo principal de se preocupar com o saber do aluno, garantindo assim o seu papel social.

META 21

Assegurar condições, no prazo de um ano, para a efetivação da gestão democrática da Educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública e à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto.

Estratégias:

21.1. Aprovar legislação específica que regulamente a matéria na área de sua abrangência, respeitando-se a legislação nacional, e que considere, conjuntamente, para a nomeação dos diretores e diretoras de escola, critérios técnicos de mérito e desempenho, bem como a participação da comunidade escolar;

21.2. Ampliar os programas de apoio e formação aos conselheiros que fazem parte dos conselhos de acompanhamento e controle social do FUNDEB, de alimentação escolar, regionais e aos demais representantes educacionais em conselhos de acompanhamento de políticas públicas, garantindo a esses colegiados recursos financeiros, espaço físico adequado, equipamentos e meios de transporte para visitas à rede escolar, com vistas ao bom desempenho de suas funções;

21.3. Incentivar a sociedade escolar e local constituírem Fóruns Permanentes de Educação, com o intuito de coordenar as conferências municipais, bem como efetuar o acompanhamento da execução deste PME e dos seus planos de educação;

21.4. Estimular, na rede de educação básica municipal, a constituição e o fortalecimento de grêmios estudantis e associações de pais, assegurando-lhes, inclusive, espaços adequados e condições de funcionamento nas escolas e fomentando a sua articulação orgânica com os conselhos escolares, por meio das respectivas representações;

21.5. Estimular a constituição e o fortalecimento de conselhos escolares e conselhos municipais de educação, como instrumentos de participação e fiscalização na gestão escolar e educacional, inclusive por meio de programas de formação de conselheiros, assegurando-se condições de funcionamento autônomo;

21.6. Estimular a participação e a consulta de profissionais da educação, alunos (as) e seus familiares na formulação dos projetos político-pedagógicos, currículos escolares, planos de gestão escolar e regimentos escolares, assegurando a participação dos pais na avaliação de docentes e gestores escolares;

21.7. Favorecer processos de autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira nos estabelecimentos de ensino;

21.8. Desenvolver programas de formação de diretores e gestores escolares, bem como aplicar prova específica, a fim de subsidiar a definição de critérios objetivos para o provimento dos cargos, cujos resultados possam ser utilizados por adesão.

21.9. Criar, consolidar e aperfeiçoar o sistema de avaliação institucional, assegurando a participação efetiva da sociedade organizada, que esteja envolvida no processo educacional.

21.10. Definir indicadores quantitativos e qualitativos que possibilitem a avaliação contínua do PME.

META 22

Assegurar, imediatamente, o cumprimento (existência) do plano de carreira para os profissionais da educação básica pública.

Estratégias:

22.1. Assegurar o cumprimento do Plano de Carreira, Cargos e salários dos profissionais da educação básica municipal.

22.2. Assegurar no mínimo 02 horas de formação continuada computada na hora de trabalho dos profissionais técnicos e apoio da educação.

22.3. Garantir direitos e condições dignas de atendimento ao profissional da Educação Municipal e agilidade nos processos de aposentadoria para que seja publicada em no máximo 03 meses, a partir do momento da solicitação.

22.4. Elaborar e executar instrumentos legais que amparem o profissional da educação pública preservando a integridade física, psíquica e moral em caso de agressões de natureza verbal, física e psicológica, denúncias sem provas, punições sem justa causa.

22.5. Garantir assistência médica ao tratamento dos problemas relacionados à saúde adquiridos no exercício da profissão.

4 – BIBLIOGRAFIA

BRASIL. **Lei do Plano Nacional de Educação**. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.

BRASIL. **Lei do Plano Estadual de Educação**. Lei nº 10.111, de 06 de junho de 2014.

BRASIL. **Lei do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB**. Lei nº 11.494, 20 de junho de 2007.

BRASIL, MEC/INEP – **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais**. Número de funções docentes por modalidade/município de Campo Verde- Censo de 2007 a 2014.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996.

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 002/2009-CEE/MTm, <<http://www.cee/mt.gov.br>> disponível em 15 de abril de 2015

Tabela de dados orçamentários. BRASIL, TESOURO NACIONAL. **Sistema de Coleta de Dados Contábeis de Estados e Municípios**. Declarações. <<http://www.tesouro.fazenda.gov.br>> disponível em 20 de abril de 2015

Tabela de dados orçamentários. BRASIL, **Tribunal de Contas de Mato Grosso**. Espaço cidadão/Receitas-Campo Verde. <<http://www.tce.mt.gov.br>> disponível em 15 de abril de 2015

Dados do Ideb/Inep (2013). Organizado por Meritt (2014) <<http://www.qedu.org.br/brasil/ideb>> disponível em 03 de maio de 2015

Resultados da Prova Brasil 2013. <<http://academia.qedu.org.br/prova-brasil/prova-brasil-2013>> disponível em 18 de abril de 2015

Escola de Educação Básica no Município de Campo Verde, Fonte Censo Escolar/INEP 2013 | Total de Escolas de Educação Básica: 23.

<<http://www.qedu.org.br/cidade/76-campo-verde/censo-escolar>>, disponível em 20 de abril de 2015

Movimento e Rendimento Escolar, <<http://academia.qedu.org.br/censo-escolar/rendimento-e-movimento-escolar>> disponível em 15 de abril de 2015

Rendimento Ensino Médio, <<http://www.qedu.org.br/cidade/76-campo-verde/censo-escolar>> disponível em 15 de abril de 2015

Matrículas Ensino Médio, <<http://www.qedu.org.br/cidade/76-campo-verde/censo-escolar>>, disponível em 20 de abril de 2015

Tabelas de Índice de Desenvolvimento Humano, www.pnud.org.br/ , www.ipea.gov.br e www.ibge.gov.br disponível em 15 de abril de 2015